



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA
PROF-FILO

PIERRE FRANCISCO ALVES

**A EXPERIÊNCIA POLÍTICO DEMOCRÁTICA PELA CONSTRUÇÃO DA
ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Uma práxis de cidadania Gramsciana no ensino de Filosofia

VITÓRIA

2022

PIERRE FRANCISCO ALVES

**A EXPERIÊNCIA POLÍTICO DEMOCRÁTICA PELA CONSTRUÇÃO DA
ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Uma práxis de cidadania Gramsciana no ensino de Filosofia

VITÓRIA

2022

PIERRE FRANCISCO ALVES

**A EXPERIÊNCIA POLÍTICO DEMOCRÁTICA PELA CONSTRUÇÃO DA
ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Uma práxis de cidadania Gramsciana no ensino de Filosofia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação do Colegiado Geral do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Paraná-UFPR, realizado no polo da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.

Orientador: Dr. Maurício Abdalla Guerrieri

VITÓRIA

2022

PIERRE FRANCISCO ALVES

**A EXPERIÊNCIA POLÍTICO DEMOCRÁTICA PELA CONSTRUÇÃO DA
ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Uma práxis de cidadania Gramsciana no ensino de Filosofia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação do Colegiado Geral do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Paraná-UFPR, realizado no polo da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.

Orientador: Dr. Maurício Abdalla Guerrieri

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Abdalla Guerrieri (Orientador)

Titular-membro interno ao PROF-FILO, UFES.

Prof. Dr. Antônio Vidal Nunes

Titular-membro interno ao PROF-FILO, UFES.

Prof. Dr. Edson Maciel Junior

Examinador externo - UFES

(DEDICATÓRIA)

Dedico este trabalho a minha filha Sophie, minha companheira e esposa Christiane, meus pais José Alves e Leoci (in memoriam), meus irmãos Maxwell e Nelinho por tudo que significam em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus pelo dom da vida e por proporcionar a realização de um sonho. Agradeço a todos os estudantes e professores que reconhecem que a educação é o caminho mais seguro para resistir a todas as formas de indiferença.

Agradeço em primeiro lugar a Christiane (AMORECA) minha amada companheira nesta jornada de vida... Dou graças a Deus por ter colocado você em meu caminho como luz e guia.

Agradeço aos estudantes, aos colegas professores e gestores da escola Oliveira Castro. Agradeço aos professores do mestrado prof. Marcelo, Barreira, Gilmar Bonamigo, Antônio Vidal, Jorge Augusto (Bento) e Claudia Murta pela dedicação na transmissão e formação de conhecimentos. Obrigado aos colegas de turma Thiago, Paulo, Márcio pela amizade companheirismo e momentos de enriquecimento e troca de experiências marcantes, regadas a muita conversa, cafés, cigarros, cachimbo, bandejão do restaurante universitário (RU) e pela força de vontade. Obrigado!

“Agradeço [principalmente] ao meu orientador Prof. Maurício Abdalla pela tolerância com minha indisciplina e teimosia e pela liberdade que concedeu a este professor que não foi, nem de longe, um modelo de aluno. Não fosse essa atitude – não sei se contaria com a mesma tolerância em outros orientadores. Dificilmente esta dissertação seria concluída. Suspeito que o prof. Maurício tivesse alguma confiança de que o resultado poderia ser positivo e espero não o ter decepcionado”. *(Este trecho foi extraído dos agradecimentos da tese do prof. Maurício Abdalla, defendida em 2009 e expressa justamente os mesmos sentimentos de gratidão ao meu orientador em relação ao trabalho).*

*Odeio os indiferentes. Acredito
que viver significa tomar partido.*

*Não podem existir apenas
homens estranhos à cidade.*

Antônio Gramsci

RESUMO

O tema central do trabalho foi amadurecido ao longo de anos de atuação docente como professor ao notar que mesmo caracterizados como seres políticos, há persistência na existência da indiferença política e prática democrática representada pela dificuldade dos estudantes em refletirem à luz de aparatos filosóficos sobre os temas relacionados.

Depois de identificado o problema da indiferença política gerada pela ausência de uma sólida formação e da prática política para o exercício da cidadania, o trabalho apresenta uma maneira de mitigar a escassez desta formação político-filosófica. Isso ocorre por meio de experiências de práxis democráticas capazes de fundamentar ainda mais a atuação do professor de filosofia ou de qualquer outro no ambiente escolar como sendo caracterizado sempre um como um posicionamento de decisão política e ideológico que possam fomentar mudanças sociais significativas.

Os objetivos do trabalho consistem em refletir sobre os desafios para promoção de educação filosófica crítica na escola, além de indicar possibilidades para que sejam repensados a urgente necessidade da implementação de caminhos que favoreçam práticas educacionais progressistas.

O trabalho dá ênfase a formação político filosófica, além ao abordar a história, legislação e contribuições do movimento estudantil considerando as dimensões do cuidado pessoal e coletivo com atenção a necessidade do aumento da participação dos estudantes em espaços de governo e decisão política tendo em vista a melhoria das condições sociais como no aperfeiçoamento de um sistema democrático em qualquer território escolar onde o trabalho venha a ser aplicado.

As questões centrais desenvolvidas neste trabalho tiveram como principais referenciais teóricos, as ideias conceituais do filósofo italiano Antônio Gramsci, e do educador Paulo Freire, além da contribuição de outros teóricos da educação e de outras áreas que trouxeram valiosas ementas as intervenções feitas para apropriação dos conceitos e práxis educativas junto aos alunos.

A sua finalidade é demonstrar como foi possível, mesmo com todas as subjetividades envolvidas, abraçar os princípios de uma educação filosófica libertadora e torná-la verdadeiramente emancipatória, tendo por base um referencial teórico consagrado pela filosofia e aplicados por meio de um instrumento familiar aos alunos semelhante ao que ocorre no processo democrático eleitoral brasileiro.

A intervenção pedagógica versa sobre o processo de formação ocorridos utilizando a metodologia dialética e desenvolvida em forma de projetos realizados durante os encontros de

Práticas de Filosofia com estudantes com faixa etária entre 08 e 16 anos de uma escola da rede pública do sistema municipal de ensino da cidade de Cariacica-ES.

O trabalho aponta ainda caminhos para a superação do problema da indiferença, indicando alternativas para que sejam alcançados os objetivos planejados por meio da apresentação de um guia detalhado com algumas oficinas, dinâmicas e textos utilizados para explorar os conteúdos sobre a formação e práxis políticas democrática com estudantes em escolas de educação fundamental I e II.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia, Democracia, Política, Grêmios estudantis. Filosofia da Praxis, Gramsci.

ABSTRACT

The central theme of this work was matured along years of teaching performance as a professor when noticing that even characterized as political beings, there is persistence in the existence of political indifference and democratic practice represented by the difficulty of students to reflect on the light of philosophical apparatus on the related themes.

After identifying the problem of political indifference generated by the absence of a solid political formation and practice for the exercise of citizenship, the paper presents a way to mitigate the lack of this political-philosophical formation. This occurs through experiences of democratic praxis capable of further substantiating the performance of the philosophy teacher or any other in the school environment as being characterized always one as a political and ideological decision positioning that can foster significant social changes.

The objectives of the work consist in reflecting on the challenges to promote critical philosophical education at school, besides indicating possibilities to rethink the urgent need to implement ways that favor educational practices capable of providing the expansion of student participation in spaces of political decision both today and in the future through the process of formation and construction of student organization and student councils.

The work emphasizes the political-philosophical formation, besides approaching the history, legislation and contributions of the student's movement, considering the dimensions of personal and collective care with attention to the need of increasing the participation of students in government and political decision-making spaces, trying to improve the social conditions as well as the improvement of a democratic system in any school territory where the work will be applied.

The central issues developed in this work had as main theoretical references, the conceptual ideas of the Italian philosopher Antonio Gramsci, and the educator Paulo Freire, besides the contribution of other educational theoreticians and from other areas that brought valuable comments on the interventions made for the appropriation of concepts and educational praxis with the students.

Its purpose is to demonstrate how it was possible, even with all the subjectivities involved, to embrace the principles of a liberating philosophical education and make it truly emancipatory, based on a theoretical referential consecrated by philosophy and applied through an instrument familiar to the students similar to what occurs in the Brazilian democratic electoral process.

The pedagogical intervention is about the formation process that took place using the dialectic methodology and developed in the form of projects carried out during the Philosophy Practice meetings with students between 08 and 16 years old from a public school in the municipal education system of the city of Cariacica-ES.

The work also points out ways to overcome the problem of indifference, indicating alternatives to achieve the planned objectives through the presentation of a detailed guide with some workshops, dynamics and texts used to explore the contents about the formation and democratic political praxis with students in elementary schools I and II.

KEYWORDS: Teaching Philosophy, Democracy, Politics, Student Union. Philosophy of Praxis, Gramsci.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Quantitativo de estudantes que tiraram título de eleitor por idade	26
Tabela 02- Frases que mais se aproximam da relação que você tem com a política.....	27
Tabela 03- Sobre a participação da juventude para discussão de políticas públicas com a população para tentar resolver diferentes problemas sociais.....	29
Tabela 04. Número de alunos inscritos para concorrer nas eleições do grêmio estudantil.....	106

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	14
2-A IDENTIFICAÇÃO DE UM PROBLEMA NA FORMAÇÃO POLÍTICO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	20
2.1- Os indiferentes	
3- A FUNDAMENTAÇÃO E METODOLOGIA PARA FORMAÇÃO POLÍTICA COM REFERENCIAL TEÓRICO FILOSÓFICO.....	37
4- A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SUA ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO.....	59
4.1- A legislação acerca da organização estudantil.....	67
5- GUIA DE INTERVENÇÃO PRÁTICA.....	71
6- CONCLUSÃO.....	97
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
APÊNDICE	
Antônio Gramsci	111
ANEXOS	
Anexo 1- Texto A águia e a galinha.	
Anexo 2- Modelo de documento orientativo para comissão Eleitoral.	
Anexo 3- Modelo de cronograma para eleições do grêmio.	
Anexo 4- Modelo de Ficha de Inscrição para concorrer às eleições do Grêmio.	
Anexo 5- Questões de filosofia do simulado aplicado na escola em 2021.	
Anexo 6- Modelo 01 de cartaz para divulgação das eleições do Grêmio na escola.	
Anexo 7- Modelo 02 de cartaz para divulgação das eleições do Grêmio na escola.	
Anexo 8- Modelo 03 de cartaz para divulgação das eleições do Grêmio na escola.	

INTRODUÇÃO

A filosofia como uma atitude diante da vida e dos questionamentos e inquietações sobre o mundo sempre aguçaram nossa curiosidade e impulsionaram os homens a novas descobertas para respostas sobre o funcionamento do universo. Como sabemos desde a Grécia antiga até nossos dias, as indagações nascidas no campo filosófico foram o “estopim” para as mais variadas e fecundas reflexões sobre temas filosóficos. Os conteúdos temáticos presentes nesta dissertação, giram em torno de uma fundamentação filosófica inerente à própria constituição humana, que dentre muitas, estão a nossa capacidade de viver em sociedade, característica fundante de nossa existência como seres essencialmente políticos e sociais.

Explorando a maneira de como ocorreram estas experiências e quando elas podem acontecer que se desenvolveu esta pesquisa-ação com estudantes de nível fundamental de ensino o que resultou no produto de uma intervenção que possibilitou novas experiências e reflexões acerca do papel que a filosofia política exerce, e deveria ocupar na escola e na sociedade.

A inclusão da filosofia nos currículos seja como disciplina, seja como métodos de ensino sempre foi acompanhada de polêmicas. Por isso, o objetivo deste trabalho também foi refletir sobre quais razões que muitas vezes alimentam esta resistência às aulas de filosofia, qual é o seu papel político na escola e apresentando uma forma de filosofar ao demonstrar como foi realizada a intervenção filosófica que resultou em experiências democráticas concretas vividas pelos alunos e toda comunidade escola.

Utilizando-se de um processo metodológico conhecido apenas hipoteticamente por grande parte dos alunos como é a campanha eleitoral, foi utilizada uma dinâmica semelhante com os estudantes da escola Oliveira Castro, local onde a intervenção pedagógica foi realizada. Isso proporcionou que os alunos pudessem vivenciar uma práxis cidadã pelo ensino e prática filosófica que constituem as linhas de pesquisa deste trabalho conforme rege as normas do PROF-FILO. Isso assegurou também que os estudantes de uma escola da rede pública de ensino, pudessem ter a chance de exercitar pelo processo de escolha político democrática para o grêmio, os significados de importantes conceitos filosóficos e com isso, refletir a luz de aparatos filosóficos, sociológicos e pedagógicos o significado da filosofia política por meio de uma práxis democrática numa dimensão de cuidados humanos coletivos tão urgentes e necessários à escola do século XXI.

Muitos filósofos ao longo da história voltaram os seus olhares sobre o homem, mas foi principalmente na modernidade e perceberam que as experiências subjetivas vividas por nós são fundamentais para explicar nosso modo de enxergar o mundo. A intervenção pedagógica planejada e executada neste trabalho foi direcionada ao enfrentamento de um problema. A

indiferença política acarretada pela mesma falta de formação política e prática democrática na escola de ensino Fundamental Oliveira Castro que pertence a Rede municipal de ensino da cidade de Cariacica-ES.

Para alcançar os objetivos planejados no trabalho foram adotados como referenciais teóricos elementos importantes do pensamento de alguns filósofos, com ênfase no legado deixado em parte dos escritos do filósofo italiano Antônio Gramsci e do educador Paulo Freire.

O caminho percorrido neste trabalho mostrou-se eficaz primeiramente, para reforçar a ideia do filósofo grego Aristóteles de que *somos animais políticos*, e segundo, para enfrentar o problema da ausência da formação sobre política e experiência democrática para alunos em nível fundamental de formação escolar, considerando que estes estudantes são caracterizados neste trabalho como sujeitos de produção de expressivas relações políticas.

As ações realizadas na escola giram em torno da necessidade de garantir uma educação que vá de encontro ao analfabetismo político que acarreta a ignorância política e, por conseguinte a indiferença em relação aos seus significados. A intervenção mostrou-se como um caminho capaz de superar o egoísmo que surge principalmente pela ausência de espaços de diálogos democráticos constantes sobre as responsabilidades coletivas. A compressão da necessidade de superação da insensibilidade em relação aos temas abordados faz que sejam agravados os problemas sociais já que poderiam ser amenizados e até mesmo superados, desde que houvesse um maior empenho das escolas na formação político democrática das futuras gerações como argumentarei a seguir.

O primeiro capítulo apresenta uma abordagem sobre as diversas formas de manifestação de indiferenças existentes, dentre elas a indiferença política que é identificada aqui juntamente com a ausência de uma práxis democrática como problemas centrais neste trabalho. Estes objetos/problemas passaram a ser enfrentados pela escola, quando as aulas de filosofia passaram a ficar mais atraentes e foram capazes de proporcionar uma formação teórica e principalmente prática pela experiência democrática de construção da representação estudantil através do processo eleitoral do grêmio que ocorrem com alunos do ensino fundamental I e II.

O capítulo inicial expõe ainda, argumentos que fundamentam a necessidade da presença das temáticas relativas à política e a práxis democrática no ensino fundamental. Os capítulos que seguem, indicam caminhos para combater o problema com intervenções que inicialmente foram feitas utilizando abordagens dos temas por meio de oficinas, dinâmicas e aulas expositivas sobre a condição humana. O Ser humano é entendido aqui, como um Ser em construção e dependente das relações de cuidados alheios a si próprios, sem os quais seríamos incapazes de tornar nossa sobrevivência possível. Esta abordagem sugere as fases da infância e adolescência como períodos

propícios para formação do que existe em nós de mais humano, que é a capacidade de fazer política e viver em sociedade como veremos.

No início são apresentados alguns gráficos de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, que remetem ao problema central identificado no trabalho que é a tímida participação política dos jovens no Brasil e a ausência de instrumentos capazes de promover uma maior formação para a participação democrática dos jovens na vida política a partir da escola.

Ao refletir sobre a filosofia política e as consequências da ausência de uma formação escolar que estimule a participação dos alunos de maneira mais marcante, surgem ao mesmo tempo no capítulo, encaminhamentos para tornar o próprio pensamento filosófico na escola um mecanismo ainda maior para a compreensão das relações de poder existentes no mundo dos alunos. Assim, podem dispor de instrumentos capazes de fornecer condições para combater a indiferença e fazer as mudanças a sua volta acontecerem.

O capítulo segundo apresenta a fundamentação teórica e metodológica do trabalho e tem por objetivos, apresentar o conhecimento político filosófico como impulsionador da emancipação e da autonomia do aluno como cidadão em sentido pleno, aquele interessado no entendimento da sociedade e no crescimento de sua atuação como agente reconstrutor de realidades, que pela filosofia política, podem e devem assumir novos significados. A metodologia de cunho Dialético Filosófico foi desenvolvida com os estudantes com a finalidade de problematizar o papel da política na escola e levá-los a compreender a necessidade de assumirem a corresponsabilidade e comprometimento pelo bem coletivo independentemente dos espaços que ocupam.

Ao refletir sobre a importância do pensamento filosófico como instrumento de compreensão do mundo pela transformação da visão do importante papel que formação política exerce na sociedade foi importante salientar que as intervenções eram executadas visando principalmente à reflexão sobre práxis filosóficas apoiadas em autores que dialogam a respeito da proposta de formação política, e em especial, aqueles autores de herança marxista.

Dissertamos no segundo capítulo, também sobre importantes conceitos criados por Gramsci como *intelectual orgânico* e *hegemonia*, já que para ele estes conceitos em especial, compunham a discussão da tarefa educativa- cultural dos intelectuais, foi demonstrado aos alunos que isso ocorria pela tensão entre o poder de domínio exercido sobre as classes e as relações sociais nelas presente já que para ele: “A tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática” (Gramsci, 1999, p. 126). É apresentada a fundamentação teórica de Gramsci e outros pensadores que colocam o professor com um intelectual que ocupa lugar peculiar no centro da discussão sobre o significado do seu próprio fazer pedagógico com as implicações de sua atuação no processo de emancipação do

saber na escola. Já o conceito de hegemonia nascido no universo do aparato filosófico de Gramsci, é apresentado no trabalho como forma de trazer a luz da teoria marxista, pressupostos necessários para que os alunos pudessem compreender melhor a maneira de como a escola e o próprio Estado brasileiro atuam de forma velada para manutenção de uma certa ideologia de consenso dominante, isso foi explorado nos encontros, pela apresentação e descoberta dos mecanismos e forças que impedem que dinâmicas de mudança ocorram na sociedade partindo do chão da escola.

Outro conceito aprofundado versa sobre o significado de uma Educação *Cidadã*, que foi explorado através das ações de intervenção junto aos alunos com o auxílio da compressão do que seria o exercício da cidadania aos olhos do educador Paulo Freire em muitos de seus escritos. Freire apresenta relevantes contribuições para neste trabalho por sua leitura crítica a respeito do papel intrinsecamente político que a escola desempenha na formação da sociedade brasileira.

Ainda no segundo capítulo é realizada uma reflexão sobre o crescimento das discussões a respeito da implantação de uma vertente pedagógica profundamente carregada de um viés político ideológico denominado *escola sem partido*. Este projeto em forma de lei vem sendo discutido por diversos setores da sociedade e tem por objetivo atacar a liberdade de cátedra de professores e outros profissionais da educação, a partir do momento que tende a censurar qualquer manifestação de caráter histórico político na escola.

Argumentamos ainda sobre os perigos da implantação do projeto de uma “escola sem partido”. Esta ideia é defendida por setores conservadores da sociedade e vai de encontro aos objetivos principais deste trabalho que é ofertar uma possibilidade para formação política e exercício da cidadania no espaço escolar desde o ensino fundamental. Demonstramos como as contribuições do pensamento do filósofo italiano Antônio Gramsci e do educador brasileiro Paulo Freire para educação, infelizmente são enxergadas como ameaças para aqueles que querem a continuidade de uma escola sem pensamento crítico como defende o projeto escola sem partido.

Contrapondo-se a esta ideia de fazer da escola uma produtora de ignorantes políticos que apresentamos as motivações para escolha dos referenciais adotados, para que assim, o trabalho pudesse ter a solidez teórica necessária para alcançar os objetivos desejados junto aos alunos que são primeiro fomentar a formação política e segundo, combater a indiferença por meio do exercício democrático manifestado pelo processo de construção da representação estudantil.

O capítulo terceiro faz uma abordagem histórica do movimento estudantil com ênfase na importante contribuição dos estudantes no processo de democratização no Brasil e mostra a trajetória da organização dos estudantes como sinônimo de resistência à forte supressão das liberdades individuais e coletivas no período que antecede a promulgação da constituição. Este mesmo capítulo mostra como as consequências do enfrentamento realizado pelos estudantes

principalmente durante os últimos anos do período de vigência dos governos militares no Brasil foram duras, exemplo disso, foram às prisões, torturas e o desaparecimento de pessoas em virtude de exigiram uma maior participação democrática nas decisões que afetavam o futuro do país.

O capítulo aborda ainda, aspectos importantes da luta dos estudantes pelo reconhecimento da legitimidade e relevância de sua organização no Brasil e mostra como este processo simbolizou uma expressão democrática salutar para a sociedade, até que finalmente fossem aprovadas leis em diferentes esferas do poder público garantindo sua organização e ordenamento legal. Também faz uma análise das manifestações mais recentes de estudantes, principalmente como os movimentos de rua ocorridos nas últimas décadas impulsionaram o ressurgimento da organização estudantil no país e como estas mobilizações continuam nutrindo nossa jovem democracia pela ocupação de espaços de diálogos importantes para a consolidação de um sistema democrático forte mesmo diante das constantes ameaças que vem sofrendo atualmente no Brasil. O último capítulo atende as exigências no Regulamento do PROF-FILO em seu Art. 46º. Que diz:

“O trabalho de conclusão do curso de mestrado profissional em filosofia do PROF-FILO versará sobre um processo planejado e implementado pelo aluno no contexto de sua prática docente como professor de Filosofia, com o objetivo alcançar resultados e suscitar discussões que motivem outras intervenções similares em favor da expansão e da melhoria do ensino de Filosofia¹”.

Desta forma, ao final do trabalho, é apresentado um produto educacional, fruto de algumas das diversas intervenções práticas da pesquisa. Consiste apresentação de um guia detalhado metodologicamente contendo um passo a passo para auxiliar professores e alunos na formação política filosófica em forma de oficinas, dinâmica e outras atividades capazes de fazer que sejam criados grêmios estudantis em escolas de ensino fundamental.

Um desafio ao trabalho foi repensar a dinâmica de participação dos alunos para a abertura de outras possibilidades democráticas de diálogo para que todos pudessem compartilhar opiniões sobre o assunto. Contrário ao que se diz a expressão (ditado) popular; “política não se discute”, demonstramos que as temáticas relativas à vida política já se encontram historicamente presentes na escola, sem, no entanto, que fossem exploradas como merecem ser. A filosofia da práxis desenvolvida na Escola Oliveira Castro, não se limitou à conquista de um espaço escolar mais

¹ Regulamento do Mestrado Profissional em Filosofia– PROF-FILO, Seção III. p.13. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/files/2019/04/Regulamento.11-03-19.pdf>.

democrático para os estudantes, mas foi capaz de fazer que houvesse a apropriação de uma corresponsabilidade pela busca de melhorias na qualidade da educacional na escolar.

Por fim, o trabalho de intervenção aponta uma solução para o problema, que esta participação, não poderia residir apenas na construção da organização estudantil, mas estendeu-se a oferta de uma melhor qualificação profissional aos alunos da escola que pertencente as camadas sociais mais populares como defendia Gramsci.

1-A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DA AUSÊNCIA NA FORMAÇÃO POLÍTICO-DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

“Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens estranhos à cidade. [...] Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. Odeio os indiferentes também porque me provocam tédio as suas lamúrias de ternos inocentes [...] sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris que estão comigo a pulsar a atividade da cidadania futura, que estamos a construir.”² (Gramsci).

Os indiferentes

Os conceitos centrais presentes neste trabalho foram desenvolvidos com estudantes, como meio de combater uma constatação feita ao longo de anos de trabalho de atuação docente. Entre os diversos problemas enfrentados pela educação no Brasil, um de maneira particular despertou meu interesse. Foi o crescimento da indiferença política gerada pela ausência de uma formação capaz de levar ao exercício consciente de uma práxis democrática entre estudantes de escolas de nível fundamental. Ao longo de décadas de atuação docente, notei que a situação é agravada pelo fato de existirem poucos espaços de promoção de uma práxis democrática empreendedora que estimule a formação de organizações de estudantes como ocorre nos grêmios estudantis principalmente em ambientes dos níveis fundamentais da educação.

Ao fomentar a participação política pelo envolvimento dos alunos no processo de criação do grêmio na escola onde o trabalho foi concentrado, pode-se demonstrar que a prática democrática vivida pelos alunos se caracteriza como uma forma de posicionamento político e resistência diante das manifestações de injustiças e indiferenças.

Foi justamente para atender a um convite feito pelo italiano Antônio Gramsci, um dos principais referenciais teóricos inspiradores deste trabalho que decidimos também enfrentar a covardia presente nas entranhas da indiferença política, ofertando formação política e práxis democrática a alunos da rede pública de ensino desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Assim Gramsci refere-se aos indiferentes: “Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. [Indiferença é abulia, parasitismo]”. (GRAMSCI, 1917, p.29). Inspirar a participação dos estudantes na vida política a nível escolar significou para os alunos o momento de transição do que o filósofo entende por indiferença, abulia, parasitismo e, covardia. (GRAMSCI, 1917, p.32). A partir do momento em que estudantes são motivados a ocupar

² La Città Futura, n.º. único, 11 de fev. 1917, p. 1-2.

espaços políticos decisivos de transformação social já no início de sua vida escolar, ocorrem mudanças na maneira de enxergar os significados da política, democracia, filosofia e de si mesmo como seres em construção, sempre em movimento como alerta Freire: “Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento” (FREIRE, 2012, p. 82).

Como sujeitos de movimento, precisamos que de dinamismo para que a formação da constituição humana aconteça. Por este motivo, sabemos que ele não pode ser construído apenas pela abstração já que a produção do conhecimento acontece quando há continuidade de processos na escola. A deficiência na continuidade de ações pedagógicas contribui para o aumento da indiferença política no ambiente escolar.

Quando foi proporcionado aos estudantes já no ensino fundamental a compreensão de sua dimensão na responsabilidade política em nível coletivo, é possível fazer que se vejam como seres capazes de gerar mais solidariedade mútua. A solidariedade é a melhor resposta à neutralidade e indiferença odiosa que é capaz de impedir a vivência autêntica da cidadania e a responsabilização das condições de vida de toda uma geração o que para Gramsci é posicionar-se, para ele: “[...] associar-se a um movimento quer dizer assumir uma parte da responsabilidade dos acontecimentos futuros torna-se artífice direto desses acontecimentos”. (GRAMSCI, 1917, p.34).

A indiferença foi identificada como um problema também pelo filósofo Antônio Gramsci que ao apresentar suas reflexões sobre a indiferença publicou um artigo em uma revista em 1917. Neste artigo como o título “Os indiferentes” cujo trecho foi citado acima, ele iniciou dizendo: “[...] Covardia, não é vida³”. Concordo com as palavras do filósofo, e penso que nunca foram tão atuais, principalmente tendo em vista o crescimento da cultura do medo e da apatia em nossa sociedade, mas esta indiferença, como veremos, é inaceitável segundo Gramsci, principalmente quando nos referimos à escola e aqueles que compõem já que o ambiente escolar é o lugar mais apropriado para combatê-la o que justifica a relevância de ações de intervenções como as realizadas neste trabalho.

Entendo que dentre as diversas formas de manifestações de indiferenças existentes a indiferença de caráter político aqui identificada como problema é agravada pelo fato de a escola cujo papel é político, na grande maioria das vezes não proporcionar aos estudantes, já no ensino fundamental, a chance de refletirem sobre a necessidade da responsabilidade coletiva expressada

³- idem.

na política e no exercício democrático. Isso traz sérios danos à sua formação integral no que tange ao exercício pleno da cidadania.

Esta indiferença, apontada por Gramsci não é inerente a nossa existência e nem atua imparcialmente na história, mas exerce sua força ativamente para proteger as velhas estruturas. Concordo com o filósofo que precisamos combater as velhas estruturas de poder, a ainda que estas estruturas atuam para a manutenção de uma estratificação social injusta e identificada como: “o pântano que cerca a velha cidade e defende melhor que as mais rígidas muralhas, melhor que o peito dos seus guerreiros em vórtices dizimando-os [os guerreiros] e desencorajando-os até que desistam do empreendimento heróico”. (GRAMSCI, 2020, p. 31).

O problema da indiferença expressada pelo desinteresse político de nossos adolescentes e jovens é agravado pela falta de formação política que permanece ainda distante da escola. Esta indiferença é capaz de agir ativamente para produzir e reproduzir desigualdades, o que torna o agravamento deste cenário ainda mais preocupante diante da falta de espaços de diálogo com os alunos, o que é claramente vivenciado em muitas escolas.

Mesmo que esta indiferença atue de maneira aparentemente inocente, ela é nociva e na escola onde ocorreu esta intervenção pedagógica acarretava, entre outros fatores, o sentimento de não pertencimento e irresponsabilidade que os estudantes apresentavam com relação aos problemas coletivos vividos pela escola. Este círculo vicioso fazia aumentar ainda mais o número de indiferentes, como os denunciados por Gramsci no início deste capítulo.

O combate à indiferença política através da formação e práxis filosófica durante o processo de construção da representação estudantil na EMEF. Oliveira Castro, onde o trabalho se desenvolveu, tratou-se de um processo contínuo de problematização, formação e amadurecimento de toda a escola, num percurso paciente e gradativo a partir da observação dialética atenta, marcada pelo movimento de recuo e distanciamento dos fatos aparentemente banais da escola. Esse afastamento permitiu que fosse identificado o problema, de modo a mitigar a grande escassez de formação político-filosófica, como no caso em questão, por meio de experiências capazes de fundamentar ainda mais a atuação do professor de filosofia ou de qualquer outro no ambiente escolar como sendo caracterizado sempre como um posicionamento político pedagógico.

Uma análise mesmo superficial na atuação docente filosófica foi capaz de revelar a existência de um problema que deveria ser combatido visando constituir e multiplicar pensamentos e ressignificar atitudes nutridas pela postura de *Filósofo Educador*, já que “um professor de filosofia, ou o filósofo educador de que falam os PCN+, deve ter claro que trabalha em um campo que engloba vários elementos e que podem ser abordados de diferentes maneiras.” (ABDALLA, 2009, p. 21).

A postura de um filósofo educador cujo olhar é múltiplo sobre as formas de produção de saberes durante a intervenção para enfrentamento do problema fez que houvesse uma maior integração com as demais disciplinas, isso favoreceu uma maior participação dos alunos nas aulas e nas decisões da escola Oliveira Castro o que também transformou invisíveis estudantes em protagonistas do governo daquilo que existe de mais precioso para transformação de suas vidas, sua própria formação escolar. Dessa maneira, foi colocado em prática um conceito fundante para o trabalho, ofertar condições para desenvolver o que Gramsci entendia ser a função da escola: “[...] as instituições de ensino deveriam formar o cidadão, no sentido do Iluminismo, mas também o cidadão com condições políticas de governar”. (GRAMSCI, 1975, C.v3, p. 487).

O movimento de transformação pela escuta e participação estudantil nasce do conjunto de esforços de toda a comunidade escolar no intuito de mitigar a indiferença o que não é uma tarefa fácil de ser implementada. Isso ocorre justamente pelo modelo de dependência de aprovação da participação de todas as decisões dos alunos ainda vigente nas escolas. Foi preciso estreitar os laços de confiança nos alunos e em sua capacidade de manifestação responsável desde o início de implantação das ações da formação política na escola. Para o exercício da autonomia discente, é evidente a necessidade de superação de conceitos alicerçados no cotidiano escolar há anos, como o de que os estudantes são apenas receptores de conhecimentos e permanecem passivos diante do saber.

A ideia de uma filosofia capaz de possibilitar a transformação do mundo concretizou-se ao ser ao mostrar-se como um poderoso instrumento de formação política e democrática aos alunos e a todos aqueles que se aproximam da filosofia como a atitude de abertura a novas experiências do pensar. Esta visão de mundo composta por novos significados sobre a pergunta filosófica a respeito do sentido da vida passou a surgir de maneira espontânea na cabeça dos alunos que passaram a enxergar com proximidade o problema da indiferença como uma questão social, esta mesma indiferença descoberta por Gramsci como “uma força que atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua”. (GRAMSCI, 2020, p.31).

Ao longo de anos de trabalho como professor de filosofia e mais recentemente nos encontros com os alunos notei que se suscitavam ideias sobre o significado da nossa própria existência atrelada ao seguinte condicionante: quem vive e pensa a vida deve obrigatoriamente sentir certo desconforto ao ver aumentar todos os dias o número de analfabetos políticos sem a perspectiva de chegada de dias melhores. Uma maneira de enfrentar o problema da indiferença na escola foi refletir com os estudantes que concordaram que estranho é apenas existir.

Foi preciso que fosse gerado nos alunos certo desconforto com a indiferença política. Este foi o primeiro passo para o acesso a uma maneira de fazer filosofia provedora de uma visão que os levassem a compreender primeiramente que estranho é não se incomodar com todos aqueles

que vivem à margem da própria existência e sem acreditar que podem fazer diferente. Foi identificado ao longo de anos de trabalho docente que o problema identificado aqui é alimentado por certa negligência da escola em ofertar uma maior formação crítica que leve os estudantes a se reconhecerem como agentes de transformação social.

Tanto a formação como a práxis política passam na maioria das vezes distantes do currículo escolar no ensino fundamental. Acredito que a mudança necessária deve passar obrigatoriamente pelos longos anos de formação permanente dos alunos no ambiente escolar, isso antes mesmo de legalmente serem reconhecidos como cidadãos capazes de fazer escolhas políticas aos 16 anos de idade conforme a legislação eleitoral brasileira.

Outra alternativa encontrada para solucionar o problema da indiferença foi oferecer juntamente com as formações e práticas democráticas a chance de os alunos serem inseridos em atividades que promovessem uma maior participação política nas decisões da escola como o conselho de classe, conselho de estudantes, comissão de formatura e outros espaços de escuta discente. Segundo Boff, "O ser humano é um ser de participação, um ator social, um sujeito histórico e coletivo de construção de relações sociais o mais igualitárias, justas, livres e fraternas possíveis dentro de determinadas condições histórico-sociais" (BOFF, 2001, p.26).

Esta definição mostra com clareza uma das principais características da constituição humana, que é a participação social coletiva e não há dúvidas que combater a indiferença através do estímulo a participação comprometida com os interesses coletivos uma maneira de resistir ao egoísmo. Todos nós precisamos perceber o outro e sermos solitários com seus problemas, principalmente quando ameaçam a vida e a escola como um macro cosmos da sociedade, é um lugar onde se pode perceber a diversidade da vida por excelência.

Seja na identificação do problema ou no desenvolvimento do trabalho de intervenção para enfrentá-lo, foi preciso levar cada estudante a notar que estranho é não se incomodar com as incoerências humanas diante da injustiça social que é responsável por um verdadeiro genocídio das camadas mais pobres da sociedade. E ainda, que era justamente neste extrato social mais desfavorecido de condições de acesso ao exercício pleno da cidadania que a maioria deles se encontravam, razões pelas quais, não poderiam simplesmente mais aceitar passivamente serem dominados, principalmente se este domínio fosse intelectual, este era o maior motivo dos próprios alunos tornarem-se intelectuais orgânicos para atuarem politicamente.

Diante da evidência do problema, os alunos passaram compreender e discordar com a lógica excludente que priva gerações inteiras de conhecerem e vivenciarem uma experiência democrática de cidadania na escola deste os anos escolares iniciais.

Foi fundamental entenderem também que esta mesma lógica produz milhares de indiferentes políticos de um lado e do outro atua sorrateiramente para inserir cada vez mais

intelectuais egoístas e alheios aos interesses dos alunos na representação política o que acarreta o agravamento da indiferença política e da desigualdade social.

Também foi necessário despertar na escola o entendimento do desconforto de ver o extermínio gradativo de esperanças, sonhos e expectativas de gerações. Esse extermínio tem início quando a escola não oferta o conhecimento técnico, cultural e político mínimo necessário para a tomada de consciência coletiva. Foi imprescindível que os alunos entendessem que a instituição escolar é composta por agentes dinâmicos de mudança que são os próprios estudantes e que não é aceitável que permanecessem invisíveis aos olhos daqueles que detêm o poder, precisavam aprender e exercitar a arte de governar suas próprias histórias e “voar alto”.

Para Boff, na condição humana somos seres de encontros, é o que ele traz um dos textos (Anexo I) utilizados para a realização da formação com os alunos:

“Foi uma graça a águia ter encontrado um bom samaritano que a ajudou a recuperar os sentidos e voltar a ser plenamente sadia. Qual a importância da solidariedade, da compaixão e da sinergia na construção do humano? Foi indispensável que alguém despertasse a galinha-águia para reascender-lhe o fogo interior de sua identidade. Qual a função da conscientização no processo de individuação?” (BOFF, 2001, p.33).

Durante os últimos anos de atuação docente tenho trabalhado uma proposta filosófica cujo tema principal é a formação política para o governo, este é um meio de fazer o enfrentamento à indiferença política, com a prática solidária do exercício democrático pela organização estudantil na escola.

Penso que o professor pertencente de qualquer espaço educativo que seja jamais poderá abster-se do tema política e cidadania, sob o risco de impossibilitar aqueles a quem ele instrui o que é o exercício pleno da cidadania, isso por consequência faria que fosse retardado o crescimento de nossa jovem democracia.

Os conceitos política e democracia convergem, já que a ideia de que a política se origina no vocábulo grego Pólis (cidade-estado) e a palavra cidadania estão enraizadas na expressão latina correspondente, civitatem. Essas duas palavras, política e cidadania, indicam a intrínseca relação entre indivíduo e vida política em sociedade.

Em 2013, O Participatório – Observatório Participativo da Juventude, que é um órgão ligado à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), realizou pesquisa ampla para conhecer a realidade dos/as jovens brasileiros/as. A pesquisa Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros. Os estudos constatam infelizmente, que ainda que as maiorias dos jovens entrevistados já tenham tirado o título de eleitor que é documento que os habilita para votar, (gráfico 01) o segundo gráfico demonstra que há um crescimento do

desinteresse da população e em especial dos estudantes pela vida política no Brasil nos últimos anos como podemos ver nos gráficos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA⁴.

Gráfico 1 . Tirou título de eleitor, por idade



Fonte: Agenda juventude Brasil, 2013.

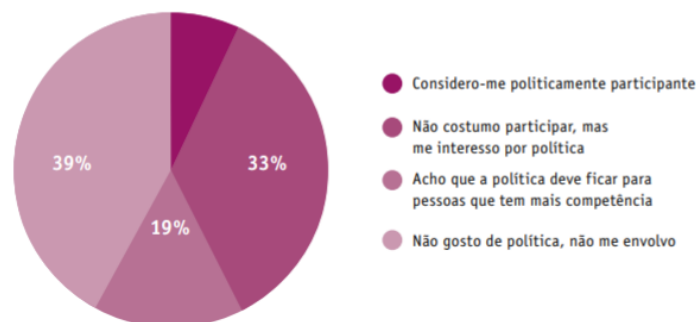
Os dados do IPEA indicam que existe um grande desafio a ser superado, o de aproximar a política e a própria práxis democrática da juventude brasileira como caminho para superar uma noção generalizada que os jovens têm sobre a vida política. Equivocadamente nossa juventude até mesmo grande parcela da população, enxerga na ideia de participação na representação política, uma concepção extremamente ruim e esta visão negativa da política, infelizmente também se estende todos aqueles que nela desejam ingressar, o que reafirma em muitos jovens o desejo de manterem-se distantes desta importante manifestação democrática.

Quando perguntados sobre a frase que mais se aproximava da relação que os jovens têm com a política 39% responderam que: “Não gosta de política e não se envolve”. Isso reforça a ideia de que a política é um mundo à parte, distante do cotidiano dos jovens estudantes a não ser em época de eleições. Isso mais uma vez reafirma a urgente necessidade da realização de iniciativas que sejam capazes de inserir os estudantes neste universo com ações que vão de encontro ao problema a exemplo do que foi desenvolvido neste trabalho.

⁴ Disponível em. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27857. Acesso em 25/06/2021.

Gráfico 2 . Frases que mais se aproximam da relação que você tem com a política

Foi perguntado: De um modo geral, qual das seguintes frases se aproxima mais da relação que você tem com a política.



Fonte: Agenda juventude Brasil, 2013.

Concordando com a concepção Aristotélica de que somos essencialmente animais políticos quando defini ao afirmar: “Não menos estranho seria fazer do homem sumamente feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é essencialmente um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 1991, p.210). O que traz certo estranhamento nos dados da pesquisa é que ela é contrária ao que afirma o filósofo. Concordo com ele que o interesse pela participação política é sim um elemento essencial e exclusivamente humano. No entanto, a escassez de formação e práticas políticas no cotidiano da escola é um problema a ser explorado e enfrentado do ponto de vista da atuação docente. A falta de acesso aos seus significados quando não estão presentes na escola e são tratados como temas centrais de maneira transversal e interdisciplinar, acarretam o desinteresse como podemos verificar nos números da pesquisa, já que os conceitos passam a ser pouco compreendidos pelos alunos e passam também a enxergar pouca importância de significado para eles.

Infelizmente o esvaziamento do sentido real daquilo que a vida política significa na verdade, não se restringem somente aos alunos por falta de uma formação adequada, ou apenas ao campo filosófico onde costuma ser mais explorada, mas estendem-se aos profissionais de outras disciplinas escolares. Isso, inquieta aqueles que identificam a necessidade de problematizar com maior aprofundamento temáticas tão relevantes como e que na maioria das vezes permanecem ainda ausentes no mais importante espaço de convívio de crianças, adolescentes e jovens como é o espaço escolar.

Apoiado em definições como as de Aristóteles de que somos políticos por natureza, que pretendo mostrar que o embate entre a situação miserável de exploração da maioria da população ocorre na escola e de forma sutil. Quando a escola propositalmente ignora sua força de mobilização política, ela alimenta as formas de indiferenças e fortalece a manutenção do poder político exercido por aqueles que detêm também o poder econômico. Uma saída é a superação

desta ideologia nociva das elites que defendem o distanciamento entre política e escola, mas apenas para os filhos dos pobres ao insistirem em instaurar nas escolas onde estão estes estudantes um modelo ideológica pedagogicamente alienante, sem reflexão política e social capaz de levar a uma revolução pela escola o único caminho para a superação deste problema como defendiam tanto Gramsci como Freire.

Ambos veem que o problema da ausência de formação política reveste-se de um viés ideológico que é transmitido pela escola a exemplo daquilo que apresento como um desafio que precisava ser superado pelo trabalho de intervenção, eles também dão grande relevância ao poder das ideologias, principalmente das “historicamente orgânicas”, ou seja, aquelas necessárias à determinada estrutura, que se impõe pelo materialismo histórico como elemento que perpetua o grande poder das ideologias que tornam a escola um campo fértil para alienação da mão de obra que atuam sem que haja contestação da lógica excludente que é repetida na escola. Para esses pensadores as ideologias por si não seriam capazes de revolucionar a sociedade. Segundo Gramsci, “[...] para Marx as ‘ideologias’ não são meras ilusões e aparências; é uma realidade objetiva e atuante. Só não são a mola da história” (GRAMSCI, 1977, p. 436).

Para o filósofo italiano a ideologia torna-se um instrumento de dominação das massas mais vulneráveis da sociedade. Os dominantes mantêm o poder universalizando as suas ideias por meio das instituições religiosas, educacionais e na organização do Estado, pela lei. Assim, a dominação procede de forma não violenta, camuflada para que sua ideologia seja aceita passivamente através da aceitação de uma divisão injusta de classes que passa a ser aceita como benéfica, para não gerar revoltas.

O exemplo de uma explícita forma de manutenção da transmissão de ideologias que se assemelha ao modelo de escola parecida com as existentes na época de Gramsci chama-se projeto “*Escola sem partido*”. Este modelo educacional a serviço das elites, representa uma ameaça a educação cidadã em nossos dias.

A proposta de aprovação deste projeto, que vem sendo discutida em várias esferas legislativas, e longe de promover a pluralidade de ideias, tem o objetivo claro de alcançar exatamente o contrário. No cerne da discussão sobre a Escola sem Partido, está a tentativa absurda de cerceamento explícito da liberdade de cátedra docente, como alerta Frigotto:

“Ao pôr entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia”. (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

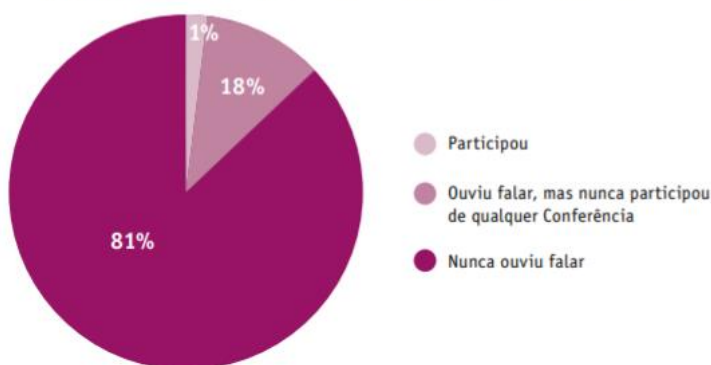
A análise do processo entre a relação do ensino de filosofia e a participação discente pela formação dos grêmios, mais precisamente na formação política e organização estudantil, como ocorre na escola onde o trabalho foi conduzido, pode indicar caminhos para se repensar dialeticamente o papel da própria escola e do posicionamento de professores. As reflexões adversas ao modelo educacional carregados de ideologia, capazes de responder às necessidades puramente econômicas e aos interesses do mercado capitalista como os que existem nos fundamentos presentes no projeto “Escola sem partido” somente contribuem para agravar o problema da falta de formação política e a experiência democrática na escola.

A discussão da autonomia para a tomada de decisão e participação democrática na escola consiste em uma das primeiras e mais importantes formas de exercício da cidadania, conforme afirma Gramsci. Esse conceito é entendido a partir da compreensão de que cada “[...] cidadão possa tornar-se governante” (GRAMSCI, 2006, C.12, p. 50), e que o estímulo para tal, na maioria das vezes, encontra-se no campo puramente teórico, como se observa no cotidiano escolar.

Um exemplo deste desinteresse pela participação cidadão do ato de governar está no gráfico do IPEA apresentado abaixo. Os números demonstram que há grande necessidade de que ocorram avanços quanto ao acesso à informação sobre a existência de espaços de participação democrática da juventude em discussões sobre políticas públicas com a população. Os dados apontam que 81% dos jovens responderam que desconhecem mecanismos de participação política como forma de discutir soluções para enfrentamento dos problemas sociais, o que já é preocupante.

Gráfico 4 . Participação em conferência pública para discutir políticas com a população

Foi perguntado: Participou de alguma conferência pública para discutir políticas com a população, para tentar resolver diferentes problemas sociais?



Fonte: Agenda juventude Brasil, 2013.

Existe o desafio ainda, de identificar os fatores que limitam a participação e contribuição da juventude na discussão de políticas públicas com a população. Outro dificultador que agrava

o problema é o processo de construção da autonomia do saber na escola que é lento e tampouco é simples, pois envolvem outras forças no campo pedagógico. Exemplo disso foi constatar a resistência de alguns gestores, professores, coordenadores e pedagogos da escola onde ocorreu a intervenção.

Somente após as ações apresentarem resultados no aumento da participação corresponsável dos alunos em espaços de poder, que houve o crescimento na garantia à participação também dos estudantes no conselho de classe, planejamentos e outras reuniões, isso fazia crescer também um interesse essencial a todos, o de combater a indiferença política.

De fato, a política está em nossa essência. No entanto, apesar desse caráter inerente à nossa natureza, cresce a cada dia o desinteresse pelo tema, graças aos discursos e maus exemplos desestimulantes por parte de muitos políticos de carreira. Tais pessoas ao invés de desempenhar sua função representativa, são facilmente seduzidas por ganância, egoísmo e, principalmente, corrupção, o que talvez explique a visão deturpada de muitos, principalmente os mais jovens, do papel da política. Por isso, é importante intensificar as ações de afirmação da relevância dos temas relacionados à filosofia e à política como realizadas com neste trabalho.

É verdade que a prática discente depende das relações hierárquicas de “poder” pré-existentes historicamente no contexto escolar. Mesmo assim, percebo que ações como as realizadas neste trabalho, fizeram crescer no território escolar o interesse na superação do problema e derrubou barreiras previamente estabelecidas que dificultavam a ampliação da participação democrática comprometida. Ainda que lenta esta participação é expressada na promoção de espaços de convivência de lazer, cultura, esporte e outros eventos significativos, que por se tratarem de iniciativas propriamente discentes auxiliam no combate do problema.

As Iniciativas para fomento de espaços que estimulam nas escolas públicas e privadas se disseminam por todo o País. Como exemplo, podemos citar as ações do Instituto Sou da Paz, importante Organização Não Governamental (ONG) criada em 1997, em São Paulo, por iniciativa de um grupo de estudantes. O material por ela elaborado também foi utilizado como aporte teórico nas formações dos estudantes na escola.

O Instituto Sou da Paz vem promovendo campanhas de desarmamento como forma de combater a violência a partir da escola. Também defende a criação de grêmios estudantis como uma das mais eficazes formas de fomentar valores como a democracia e a cidadania no Brasil⁵. Para seus membros os eventos protagonizados pelos alunos a partir do grêmio no espaço escolar são exemplos, ainda que embrionários, de práticas políticas e democráticas na escola:

“O importante é saber que a festa, assim como o campeonato, e o som no intervalo, podem ser considerados uma ação política e cultural. Primeiro, porque vocês estão

⁵- Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>. Acesso em: 12 nov. 2020.

representando um grande número de estudantes que os elegeram para realizar estas atividades. Por exemplo, terá que negociar com a Direção o uso da quadra (campeonato), a abertura da escola (festa), o uso do aparelho ou do pátio (som no intervalo). E até com os próprios alunos, para decidir, por exemplo, o que terá na festa, ou que tipo de som vai tocar em cada dia no intervalo. Esse é um processo que envolve e exige capacidade de negociação, diálogo, argumentação. Ao estabelecer estas relações para garantir direitos dos estudantes, vocês estão fazendo política e promovendo a cultura”. (SOU DA PAZ, 2011, p. 25).

Essas ações simples desenvolvidas pelos alunos na escola serviram de incremento para a realização de diversas possibilidades de formação política e democrática, elas indicam o início da tomada de iniciativas que visam melhorar o cotidiano escolar. Isso confere aos estudantes a perspectiva ativa de pensar a escola concreta, prática, numa atitude filosófica de diálogo e promoção da participação cidadã que é construída passo a passo.

O essencial é que, nesse diálogo, a escola pôde deixar claro aos estudantes a sua leitura do papel da educação na vida daqueles a ela confiados. A escola, por meio do professor, promove assim uma educação aliada à liberdade de pensar uma escola melhor, numa construção participativa do eu e do outro, numa dinâmica que estimula à práxis filosófica.

No que tange à filosofia política propriamente dita, remeto novamente a Aristóteles (384-322 a.C.). Em sua concepção da educação, ele acreditava em uma pedagogia cuja principal função seria preparar todos os indivíduos para o governo da cidade. Para ele, a educação e consequentemente a escola, deveriam, durante o processo de formação cidadã oferecer condições para que cada pessoa tenha a capacidade de exercer a virtude política, devem existir em cada indivíduo as condições para que assumisse a responsabilidade pelo destino político da polis, o que se concretizava durante a *Ágora*, lugar das assembleias democráticas, segundo ele:

“Uma cidade é virtuosa pelo fato de os cidadãos que participam de seu governo serem eles próprios virtuosos; ora, em nossa cidade todos os cidadãos fazem parte do governo. O ponto a considerar é, pois, como um homem se torna virtuoso porque, mesmo se fosse possível que o conjunto dos cidadãos fosse virtuoso sem o serem individualmente, é preferível que possuam a virtude individualmente, pois a virtude do corpo social inteiro resulta da virtude de cada cidadão” (ARISTÓTELES, 2007, p. 80).

Para Aristóteles as escolhas individuais possibilitam o crescimento da virtude para que a vida em sociedade seja possível. Diante do problema da falta de formação política e democrática entre os estudantes, foi preciso explicitar que somente tem significado uma ação política que converge para o bem da *Pólis*, isso mostra que há um desafio a ser superado na medida em que for explorado pela implantação gradual de processos de formação para a eleição e o acompanhamento da atuação dos estudantes para que fossem capazes de auxiliar no governo da escola. Isso nos leva a pensar no papel incontestável da formação política adquirida prioritariamente por estudantes como contribuintes para a luta contra o poder hegemônico e o crescimento da indiferença política, sendo conduzida como pensava Gramsci por “[...] um

progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, C.v11, p. 103).

É importante que os estudantes não só tenham contato como também exercitem as reflexões sobre os temas política e democracia desde o ensino fundamental, assim como Kohan (2004), entendo que “[...] a infância é a matéria-prima das utopias, dos sonhos dos políticos, dos filósofos e dos educadores.” (KOHAN, 2004, p. 32). Identifiquei também que a partir da infância que o problema da ausência da formação política e democrática deve ser enfrentada. Para isso, as ações foram aplicadas aos estudantes de 3º ao 5º ano do ensino fundamental I dentro do projeto *Educação em valores éticos, cuidados humanos e sustentabilidade*. Nesta fase os alunos já dominam a leitura e a escrita, portando, possuem condições de fazer elaborações mentais de fala e escritas mais complexas.

O próprio Gramsci relata que as experiências escolares no início de sua instrução acadêmica foram decisivas para suas escolhas na vida adulta: “Recordações igualmente penosas não faltam, de resto, em outros escritos seus, como a alusão a uma fortíssima inclinação que apresentava, quando rapaz, para as ciências e que permaneceu infrutífera, porque não teve professores que valessem mais que um tostão furado. (D. II, 160)”. (MANACORDA, 2008, p. 25).

Dado esse papel basilar da infância é também nela que devem se inserir neste momento de sua vida, espaços capazes de possibilitar reflexões acerca do que chamo de novidade filosófica. Isso não significaria criar uma filosofia diferente daquela existente, originada da curiosidade, do espanto, como afirmava Aristóteles. Esses espaços visam despertar a atenção dos estudantes aos desafios éticos contemporâneos como deve atuar por obrigatoriedade a escola. Isso pela pura necessidade de reflexão dialética, com o propósito de apresentar algumas respostas aos desafios educacionais de nosso tempo como o desafio da formação democrática. Para Paulo Freire, influenciado pelos escritos de Gramsci e para quem: “A disciplina verdadeira não existe na estagnação, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que os instiga e na esperança que os desperta” (FREIRE, 1987, p.177). Para que a educação não se estagne e seja capaz de seguir seu dinamismo próprio que a concentração do trabalho nas etapas do ensino fundamental da educação escolar é proposital. Não é somente pelo entendimento de que é esta a etapa da educação mais detentora da dimensão singular na vida dos alunos, mas também pela expectativa de que as experiências nessa fase educacional causam impressões profundas na formação humana, decisivas para a vida adulta.

O acesso aos conhecimentos de política, ética e democracia numa ótica filosófica é uma necessidade urgente na escola e precisa ser ofertado desde as séries iniciais do ensino

fundamental para que os alunos exerçam a vida política e cheguem à vida adulta mais maduros no que diz respeito à política e a democracia.

Ao “antecipar” a formação política e democrática aos estudantes de nível fundamental I, foi possível permitir que os alunos tenham na novidade filosófica, maior clareza do papel que a política e a práxis democrática desempenha em nossa sociedade, quando alcançarem os níveis de educação do Fundamental II e do ensino Médio.

Somos seres sociais e políticos e esse é um dos motivos pelos quais precisamos nos responsabilizar tanto pela sociedade como por nossas escolhas políticas, principalmente diante do crescimento desenfreado da desigualdade e do egoísmo. Já para Chauí, “[...] a política decorre da natureza e a cidade existe por natureza. Os humanos são, por natureza, diferentes dos animais, porque são dotados do logos, isto é, da palavra como fala e pensamento. Por serem dotados da palavra, são naturalmente sociais ou, como diz Aristóteles, somos animais políticos”. (CHAUI, 2000, p.491).

A natureza desta condição como seres políticos é um objeto de estudo interessante, no entanto, os trabalhos em torno desta expressão antropológica observada já na escola são pouco explorados como problema em variados níveis de pesquisas.

Durante a execução da intervenção e escrita do trabalho, busquei leituras cunho acadêmico que corroborassem no enriquecimento das ideias sobre a relação entre o pensamento de Gramsci, a filosofia como formação política num viés da organização estudantil e a práxis democracia como problema em alunos de nível fundamental, no entanto, são poucas as pesquisas que identificam um problema semelhante. Isso reforça ainda mais sua importância.

Ao dar ênfase a uma perspectiva teórica também inovadora para seu tempo, Gramsci fez, seguiu afirmando que a cidadania não pode se limitar ao conhecimento e a defesa dos direitos e deveres constitucionais fundamentais. Deve caminhar em conjunto com a aquisição de habilidades para o ingresso no mercado de trabalho, como assegura a Constituição Federal nos termos do artigo 6º, no capítulo II:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, C.F, 1988, p.38).

Esse modelo de cidadania ideal garantido pela Constituição, embora ainda não seja uma realidade para muitos, tem seu valor, por poder proporcionar avanços significativos na qualidade de vida das camadas subalternas por interesses políticos e pela limitação a oportunidades de melhoria do acesso, qualidade e permanência do estudante na escola, soma-se a falta de formação política como os principais problemas que desafiam a educação em nossos dias.

Penso que a maneira mais segura para superar estes obstáculos é auxiliar na formação de pessoas capazes de conviver em sociedade de maneira mais conscientes. Sabendo que o futuro da educação está em ensinar sobre a imprescindível necessidade de viver de maneira mais coletiva, contrapondo-se ao individualismo. Por conseguinte, a formação política e democrática na escola constitui-se como uma saída para enfrentar o egoísmo e a ignorância política. Essa práxis filosófica pelo exercício da cidadania na organização estudantil também vai ao encontro daquilo que ousou chamar de solidariedade humana.

O conceito de *solidariedade* aplica-se pessoa que está disposta a auxiliar, ajudar, defender e compartilhar principalmente as dores de outras pessoas. Neste sentido, é um termo de que se contrapõe ao problema da indiferença. A solidariedade passa a ganhar dimensões cada vez maiores na sociedade contemporânea, principalmente em virtude da pandemia do Corona vírus que tem assolado o Mundo desde o início de 2020. Penso que a pandemia levou o mundo a uma reflexão profunda sobre o verdadeiro significado das relações sociais de solidariedade e cuidado.

Contrapondo-se as dimensões contempladas por estes dois conceitos, estão os que defendem a economia, cuja principal palavra é o *lucro*. Aqueles que o defendem acima de tudo e de todos, viram-se obrigados a ceder lugar à palavra cuidado.

Vale salientar ainda que, sempre na história, o cuidado e a solidariedade ressurgem para nos lembrar da necessidade da reciprocidade para a sobrevivência, de que não nascemos prontos e somos seres “inacabados” para enfrentar a natureza, sozinhos ao nascer; ou seja, “[...] quer dizer que o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, antes que ele faça qualquer coisa”. (BOFF, 2004, p. 34). Por sermos seres inacabados, desde os primeiros dias de vida necessitamos que outra pessoa dispense os cuidados necessários à nossa sobrevivência. Caso contrário, diferentemente da maioria das criaturas, pereceríamos de fome, sede ou outra circunstância qualquer.

Como existe a necessidade antropológica de sermos cuidados dentro dos limites do convívio social, também entendo que a organização política e o exercício da cidadania constituem dimensões essenciais à nossa sobrevivência.

O dicionário Abbagnano de Filosofia define o termo solidariedade como “[...] inter-relação ou interdependência; assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo (ex.: S. familiar, humana etc.)” (ABBAGNANO, 2000, p.918). O termo solidariedade costuma aparecer nos discursos dos defensores da bandeira de um consumo consciente, de um progresso sustentável, de responsabilidade e inclusão social, de comprometimento político e ecológico. Ela ganha fôlego em tempos de incertezas mundiais, e com isso, se fortalece o desejo de organização política em variados espaços.

Essa dimensão de cuidado, também inerente à condição humana, assume um sentido mais solidário, que foi sendo absorvido no processo de formação política na escola depois de permanecer um período distante do currículo do ensino fundamental. Esta ideia é reforçada por filósofos e outros pensadores importantes ao longo da história ocidental, como observado por Bauman:

“Num mundo em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, porém mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não parece uma proposição atraente, ou mesmo razoável”. (BAUMAN, 2001, p.204)

Pensador também influenciado por Gramsci, Bauman acrescenta que diante do crescimento do egoísmo e da indiferença política, enganam-se os que permanecendo indiferentes àqueles que sofrem as injustiças cotidianas em nome de um futuro incerto. Ainda que muitos pensem que chegará um dia em que as pessoas poderão viver a margem das discussões políticas sobre o futuro da Pólis, intervenções como as que ocorreram neste trabalho fazem que cresça o interesse pela participação política.

Vale salientar ainda que, sempre na história, o cuidado e a solidariedade ressurgem para nos lembrar da necessidade da reciprocidade para a sobrevivência, de que não nascemos prontos e somos seres “inacabados” para enfrentar a natureza, sozinhos ao nascer; ou seja, “[...] quer dizer que o cuidado se encontra na raiz primeira do ser humano, antes que ele faça qualquer coisa”. (BOFF, 2004, p. 34). Por sermos seres inacabados, desde os primeiros dias de vida necessitamos que outra pessoa dispense os cuidados necessários à nossa sobrevivência. Caso contrário, diferentemente da maioria das criaturas, pereceríamos de fome, sede ou outra circunstância qualquer.

Como existe a necessidade antropológica de sermos cuidados dentro dos limites do convívio social, também entendo que a organização política e o exercício da cidadania constituem dimensões essenciais à nossa sobrevivência.

O dicionário Abbagnano de Filosofia define o termo solidariedade como “[...] inter-relação ou interdependência; assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo (ex.: S. familiar, humana etc.)” (ABBAGNANO, 2000, p.918). O termo solidariedade costuma aparecer nos discursos dos defensores da bandeira de um consumo consciente, de um progresso sustentável, de responsabilidade e inclusão social, de comprometimento político e ecológico. Ela ganha fôlego em tempos de incertezas mundiais, e com isso, se fortalece o desejo de organização política em variados espaços.

As experiências asseguram até aqui em diversos argumentos que é urgente que ocorra a expansão da discussão sobre a necessidade da solidariedade, do cuidado e do senso de

coletividade expressada pela organização estudantil em escolas de todo país como meio de fortalecimento de nosso jovem sistema democrático e forma de superar o egoísmo cujas raízes estão na indiferença

Devemos nos perguntar e levar os alunos a questionarem, como é possível que tão poucos tenham muito e muitos não tenham quase nada para sobreviver. Justamente por isso, a filosofia presente na escola assumiu, entre outros sentidos, a missão de ressignificar a compreensão política pela reflexão comprometida com o mundo onde vivem mais de sete bilhões de pessoas necessitadas e mais que nunca, em um cenário pós pandêmico, buscam ajuda solidária para continuar existindo.

Em uma observação mais atenta do problema, identifiquei como sendo um dos objetos da pesquisa a minha própria atuação docente e seu significado para os estudantes, percebi com isso, que, apesar das subjetividades existentes do processo, esses conhecimentos podem contribuir decisivamente para combater a ausência de formação política e a práxis democrática e imprimir no meio educacional mudanças de atitude em relação à responsabilidade sobre as escolhas políticas.

Assim, o interesse dos estudantes em compreender mais sobre si mesmo como seres políticos superando o problema da ausência de formação e dando a chance de refletirem em uma dimensão mais ampla que nos leva obrigatoriamente a repensarem sobre a relevância da política e da democracia como “virtude” a ser desenvolvida e praticada por todos que não desejam permanecer indiferentes.

2-A FUNDAMENTAÇÃO E A METODOLOGIA PARA FORMAÇÃO POLÍTICA COM REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO

A filosofia, desde os primórdios, na Grécia antiga, até a atualidade, sempre considerou que não basta somente ter acesso à educação, essa educação deve ser acompanhada de ensinamentos relativos à conduta política e ética que precisam ser praticados, já que se constituem como temas centrais a serem ensinados aos jovens, como assegura Aristóteles:

“Não basta somente que recebam a educação e os cuidados adequados quando são jovens: visto que mesmo quando se tornam adultos devem praticá-las [as virtudes] e estar habituados a elas, necessitamos de leis que também abranjam esta idade e de uma maneira geral, a vida inteira” (ARISTÓTELES, 1991, p.207).

A metodologia utilizada no trabalho considera principalmente a fase escolar do 3º ao 9º ano, um período especialmente propício a tornar as vivencia de experiências democráticas ainda mais marcantes.

Durante as aulas de filosofia foram apresentadas aos estudantes as ideias do filósofo italiano e de outros pensadores, como Freire, evidenciando-se a discussão político-pedagógica pela conquista da cidadania, isso se mostrou promissor e reforçou a ideia de que a escola é um território onde principalmente deve se fazer cumprir um dos principais objetivos a ela atribuídos, o de tornar o ato de ensinar um instrumento de transformação libertadora.

A elaboração de projetos fundamentados em metodologias exitosas e em conteúdos e saberes consagrados da filosofia e pela pedagogia abre horizontes à prática docente e filosófica. Nesse sentido, os dois principais referenciais teóricos da pesquisa, Gramsci e Freire ofereceram valiosas contribuições para a compreensão do papel da educação e do poder político democrático aos alunos.

Há em Gramsci uma concepção de uma “[...] nova de filosofia praticada por todos”, atual e necessária ao nosso tempo. Segundo essa concepção, todos podem filosofar e ir, além disso, pois, ao levarem em consideração suas realidades e desejos, modificam uma visão de sociedade numa reflexão ativa.

Equiparados à classe burguesa e munidos dos mesmos conhecimentos técnicos, filosóficos e culturais, os estudantes pobres das escolas periféricas, filhos de trabalhadores e na esmagadora maioria pretos, podem mudar visões de mundo particulares e coletivas e transformar esse mundo pela ocupação de lugares de governo nas decisões que afetam suas vidas e as das gerações futuras.

Todos os conceitos foram abordados a partir do olhar filosófico e pedagógico dentro do que em Cariacica são denominadas Práticas de Filosofia presentes e desenvolvidas em uma metodologia com um formato onde a matriz curricular está presente no currículo, mas fora do

que denominamos grade curricular do ensino fundamental como uma característica própria deste sistema de ensino.

odo o processo de formação executado nas aulas de filosofia suscitou o desejo crescente dos estudantes de aumentar sua participação política nas decisões da escola. Essa representação, até então, resumia-se a indicação de um aluno para o conselho de escola o que foi entendido pelos alunos como insuficiente.

Após o período de formação teórica dentro e fora da sala de aula, com variadas metodologias como oficinas, aula expositiva, dinâmicas de grupo, recursos audiovisuais e outros meios. Os estudantes foram questionados sobre temas e significados filosóficos como: O que é o homem? A política? A cidadania? A democracia? Também foram indagados os sentidos da organização estudantil e outros para, em seguida, proceder-se à prática do que foi aprendido nos encontros denominamos Diálogos Filosóficos.

Iniciou-se então um processo eleitoral democrático com voto direto de escolha dos representantes de cada turma para composição de uma comissão eleitoral organizadora. Essa comissão de estudantes, após um período de formação oferecida pelos professores de maneira interdisciplinar, aprofunda-se nos temas e serve de referência aos demais alunos da turma. Esses alunos ficam responsáveis pela organização do processo de escolha dos representantes de turma em eleições efetivadas pelos próprios alunos e acompanhadas pelo professor de referência.

Em seguida, a atuação dos estudantes escolhidos pelas turmas se concretiza por meio de encontros semanais de avaliação e encaminhamentos das propostas de todos os alunos que, ao apresentarem os resultados dos encontros com os demais, indicam as demandas que favorecem maior participação estudantil, capaz de trazer melhorias à qualidade da educação naquele contexto escolar.

Os primeiros contatos dos alunos com o saber filosófico são feitos nesse caso, com estudantes do ensino fundamental e à maneira “clássica”. Nos encontros iniciais é ofertado um breve aporte teórico sobre a história da filosofia e seus significados. No entanto, não é exigido um domínio profundo dos conceitos e da história da tradição filosófica, principalmente por se tratar de nível fundamental de ensino (3º ao 9º anos), mas o domínio de um nível de conhecimento filosófico de modo a fazer que possam alcançar novos sentidos transformadores da realidade vivida por eles no ambiente escolar.

Os encontros iniciais com os estudantes têm como tema a compreensão do ser humano como ser de relação, que se constrói na história com os outros, numa interdependência que remonta aos primeiros dias de vida. Esses encontros têm o propósito de levar à experiência de pensar a própria existência. Essa atitude consiste em questionar o mundo e as coisas comumente

aceitas, o que gera embriões de resistência crítico-filosófica por meio da passagem gradativa do senso comum ao bom senso dos estudantes.

Após as reuniões e encontros foi selecionado um grupo de alunos que demonstraram maior interesse na formação da organização estudantil e definidos aqueles que buscariam orientações junto à Secretaria Municipal de Educação-SEME, no intuito de obter maior apoio institucional para a formação do grêmio estudantil na escola. Isso originou à posterior identificação por parte da secretaria de educação a existência de uma atuação profissional de práxis democrática presente em seu sistema de ensino que sustentava a ideia de que teoria e prática devem andar juntas para conferirem significado aos conhecimentos. Assim surgiria o que o filósofo compreende como:

“O nascimento de um novo bloco histórico, por parte das classes subalternas, pressupõe não apenas a criação de um novo sistema hegemônico, mas também uma crise de hegemonia da classe dirigente, que pode ocorrer quando esta classe falha em algum empreendimento ou quando amplas massas saem da passividade e se inserem na vida política, apresentando certa organização e uma série de reivindicações, ainda que em condições limitadas”. (GRAMSCI, C.v.2, p. 55).

Ao integrar um espaço educativo de formação político-democrática pela filosofia, a escola contribui decididamente para a construção de uma sociedade mais igualitária. Esse desejo se traduz no anseio por uma sociedade com maior responsabilidade individual e melhor preparo para a convivência comprometida com uma consciência política transformadora.

Ao adotar como referencial norteador as reflexões do intelectual italiano Antônio Gramsci, talvez um dos mais importantes marxistas “clássicos”, também queremos nos aproximar do seu pensamento relacionado ao papel da escola. Encontramos em Gramsci – nas centenas de páginas dos Cadernos do Cárcere e em outros escritos, valiosas reflexões sobre a educação, a escola (sua natureza política e cultural, entre outras dimensões) e, sobretudo, o reconhecimento de que é a escola a mais importante instituição de formação sobre as maneiras de enxergar o planeta.

Os conteúdos desenvolvidos a partir dos encontros com as turmas levaram em consideração a ideia de que todos os estudantes são capazes de filosofar dentro de um processo metodológico dialético. Para isso, o ambiente escolar é o local mais adequado para isso, nele o estudante é capaz de despertar uma consciência crítico-filosófica, proporcionando a transformação social e política tão necessária em nossos dias.

É imprescindível recorrermos à escola quando nos referimos à construção ou reprodução de ideias filosóficas contemporâneas capazes de transformar as pessoas e o mundo como afirma Freire. “A Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1979, p. 84). É um desejo ousado e otimista de alçar as pessoas ao protagonismo das mudanças revolucionárias na visão de mundo que impulsionou este trabalho.

Foi importante também entender que as transformações no contexto educacional e no mundo extramuros demandavam tempo e paciência. Trata-se de um processo de construção lento, que precisa ser compreendido não como fruto de iniciativas unicamente individuais de um professor, seja ele de filosofia ou outra disciplina presente no currículo escolar do ensino fundamental, como se espera.

Alguns conceitos cunhados ou potencializados por Gramsci foram apresentados aos alunos dentro dos significados atribuídos por ele. Entre estes estão cidadania e práxis filosófica e política. Esses conceitos, entre outros, foram apresentados e desenvolvidos de maneira muito sutil e positiva pelos estudantes, que passaram a experimentá-los no contexto do percurso das eleições estudantis a classificá-los como cruciais no processo de formação e organização política no ensino fundamental.

A metodologia utilizada no trabalho foi à dialética, isso exigiu que primeiro ocorresse uma problematização consciente; ou seja, era necessário evidenciar a indiferença, de modo a torná-la perceptível aos estudantes durante as aulas, oficinas e dinâmicas de grupo utilizadas como meio de introduzir os temas correlatos de maneira sutil e ao mesmo tempo desafiadora para os alunos.

O interesse pelos temas relativos à filosofia política cresceu à medida que as ações eram postas em prática, tanto mais potente quanto se aproximavam as eleições e aumentavam os níveis de escolarização. Por isso mesmo, as contribuições como do filósofo Antônio Gramsci, com sua concepção de filosofia como prática exclusivamente humana e acessível a todos, são tão importantes. Para ele todos são capazes de filosofar, o que leva a uma definição mais democrática do fazer filosófico.

As constantes relações entre filosofia, política e educação emancipadora na escola são fundamentais para que essa mesma escola garanta o domínio intelectual das competências e habilidades curriculares presentes na Base Nacional Curricular Comum - BNCC que vem sendo instaurada em todo o País. Além disso, o caráter interdisciplinar e transversal do trabalho esteve presente em todo o processo, agregando um valor ainda maior aos conteúdos desenvolvidos.

Mesmo diante dos esforços para implantação de uma base curricular comum, é possível também que a instrução escolar seja ministrada sem questionamento à ordem estabelecida, isto é, à ordem liberal burguesa, para Gramsci, “[...] à divisão da sociedade em classes, à relação entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos. Aliás, é o contrário, é uma cidadania comprometida com o aperfeiçoamento e a manutenção dessa ordem”. (GRAMSCI, 2006, C.12, p. 49).

É preciso entender que, no ensino da filosofia da práxis, e a implantação curricular e apropriado método precisam levar em consideração as particularidades de cada território escolar e a visão

de mundo dos estudantes são fatores essenciais, em virtude das subjetividades pessoais e coletivas que indicam a maneira mais adequada de aplicação prática da metodologia. Com sabemos, a formação da infância e da juventude não é homogênea, e as variadas formas de juventude enxergam o mundo e precisam ser entendidas ponderando-se diversos fatores (étnicos, sociais, econômicos, culturais etc.).

Assim, concordo com Sanfelice que “Não podemos afirmar que exista um único perfil para o jovem, pois eles incorporam características sempre levando em consideração a realidade social e econômica em que este grupo está inserido”. (SANFELICE, 2013, p.69). Como não há classe social monolítica, dotada de identidade universal própria, também os jovens e adolescentes se diferenciam, entre outros fatores, pelo comportamento identificado por convenções sociais. Suas histórias são, ao mesmo tempo, únicas e compartilhadas pela realidade social em meio ao processo de produção das formas de existência que constituem cada território escolar.

A criação e o aprofundamento de temáticas e conceitos que atendessem às novas demandas do currículo elaborado em Cariacica resultaram no desenvolvimento de diversos projetos/ações na escola. É precisamente pela necessidade de ofertar uma formação ética e político-democrática na escola diante da escassez do tema que foram feitas as intervenções que justificam maior consolidação e sistematização de trabalhos como este em escolas de nível fundamental.

Diante da diversidade de pensamentos dentro da ótica metodológica dialética⁶, utilizei o método materialista histórico-dialético Marxista. Isso fez que o empenho na execução do trabalho conferisse e mim e aos demais professores envolvidos, uma experiência pessoal e principalmente, condições para que superássemos a fronteira de meros transmissores de conteúdos de filosofia ou outras disciplinas.

O método dialético histórico nos transformou em “animadores educacionais e culturais”, chamados por Gramsci de “conselheiros”, sujeitos para o filósofo italiano, são considerados como: “[...] guias que auxiliam os educandos utilizando como método a maiêutica⁷”. (GRAMSCI, 1978, p. 19-20).

⁶- Conforme Abbagnano, esse termo, que deriva de diálogo, não foi empregado, na história da filosofia, com significado unívoco, que possa ser determinado e esclarecido uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas interrelações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum. (ABBAGNANO, 2000. p 269).

⁷- A maiêutica significa “arte de partejar”. É um método criado pelo filósofo grego Sócrates (469-399 a.C) e faz referência à mulher que faz nascer, dá à luz um filho.

O modelo metodológico (dialética) utilizada é semelhante àquela adotada por muitos processos eleitorais democráticos já existentes. No entanto, leva sempre em consideração a realidade local em que a proposta de trabalho é praticada.

Ainda para Sanfelice, “As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2007, p.78). Conhecer a realidade social desses estudantes é um instrumento indispensável ao governo das decisões de suas próprias vidas.

Diferente do espírito de competitividade motivado pela corrida pelos primeiros lugares acredita que a filosofia, a educação e a escola compartilham um caráter emancipatório e cooperativo no âmbito de uma nova racionalidade, como afirma Abdalla:

“Concebida como uma prática voltada para a emancipação do ser humano”. [...] um projeto social que transcende os limites da escola e da universidade. Tal projeto vincula-se aos movimentos sociais e organizações da sociedade que buscam transformações [...] Seu ponto de partida é o reconhecimento da realidade de injustiça que nega aos seres humanos a liberdade, a satisfação das necessidades vitais e a sua realização como sujeito de desejos e de direitos materiais e espirituais”. (ABDALLA, 2002, p. 154).

Os projetos e ações executados dentro de uma metodologia de caráter dialético foram capazes de promover uma filosofia que abriu o caminho para assegurar o início do exercício democrático aos estudantes a partir da reflexão sobre ética, vida política e cidadania. Tais elementos são fundamentais para tornar esses discentes sujeitos mais cuidadosos uns com os outros. É assim que o espaço escolar se torna lugar de construção de uma educação que vise à emancipação intelectual, política, emocional e principalmente ética, tornando cada sujeito mais comprometido com os outros na busca de um mundo melhor.

Não obstante, assistimos atualmente a uma forte perseguição aos modelos escolares de caráter progressistas por setores conservadores da sociedade que insistem em atacar a escola os professores e a educação ao defenderem a ideia de implantação de uma chamada “escola sem partido”.

Esses ataques dirigem-se a um modelo educacional que possibilite aos estudantes o envolvimento na construção de uma escola primeiramente capaz de identificar o viés ideológico do currículo escolar produzido pelas elites como forma de manutenção das diversas desigualdades, mas principalmente apta a reverter essa situação pela educação, mobilizando formas de resistência como a organização estudantil e os grêmios; e num segundo momento, disposta a enxergar no pensamento e nas figuras de Gramsci e de Paulo Freire um aporte teórico sólido o bastante para produzir a transformação na realidade educacional de milhares de brasileiros.

Gramsci entende que, os principais responsáveis pela transformação social seriam desempenhados pelos intelectuais, desde que atuassem também de forma revolucionária dentro e fora do ambiente escolar. No entanto, essa ação intelectual não é uma tarefa naturalmente fácil. Primeiro, porque os próprios “intelectuais”, na grande maioria, não sabem que desempenham um papel ideológico contrário; e segundo, por serem muitas as intervenções que visam impedir aos profissionais a elaboração de um pensamento crítico sobre sua função ideológica da escola e de sua própria relevância como agentes de transformação social em nossos dias.

A ideologia à qual me refiro, transmitida e afirmada pela classe dominante na escola, infelizmente parece ser reproduzida mesmo sem saber, pela grande maioria dos professores e intelectuais, sendo definida pelo dicionário de filosofia Abbagnano como:

“[...] em geral, portanto, pode-se denominar a ideologia toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos; entendendo o termo crença em seu significado mais amplo, como noção empenhadora para a conduta, que pode ter validade objetiva. [...] o que torna ideologia uma crença não é de fato sua validade ou falsa validade, mas unicamente sua capacidade ao controle dos comportamentos em determinadas situações”. (ABBAGNANO, 2000, p. 531).

A teoria sobre a ideologia, que melhor nos esclarece sobre as implicações maléficas do pensamento dominante para milhões de estudantes que sobrevivem a uma realidade excludente, se expressa em diversos escritos de Karl Marx que inspirando o pensamento de Antônio Gramsci.

A importância do pensamento de Marx aqui se deve à criação de um dos sistemas de ideias mais influentes da história, principalmente pela leitura das crises históricas que geraram momentos singulares para a humanidade e persistem até a atualidade.

As crises descobertas por Marx e ainda vividas pela sociedade, como todas as crises, também se refletem na escola e foram identificadas por Gramsci, um dos principais filósofos da corrente marxista. Assim, com base nesse aporte teórico, desejo principalmente reafirmar que as lutas históricas, da Antiguidade às crises atuais da educação, estão diretas ou indiretamente presentes no pensamento de filósofos como Gramsci.

As interpretações dos escritos à luz do pensamento de Gramsci originaram as mais variadas correntes pedagógicas, na grande maioria, comprometidas com a transformação da sociedade tendo a escola como centro, da mesma forma que correu no trabalho. Um exemplo que justifica a escolha de Gramsci como principal referencial, é a aplicação do trabalho de intervenção realizado na escola. Ele tem início a partir da ideia de que o estudante precisa estar consciente de seu protagonismo e acreditar que é possível levar a cabo as mudanças necessárias para trazer igualdade e justiça social.

Outro autor que também “bebeu das mesmas fontes” e posteriormente inspirado em Gramsci, dedicou esforços à transformação social pela educação foi o educador Paulo Freire

(1921-1997). Com sua aguçada leitura da educação brasileira, Freire ao como outros pensadores, oferece um valioso e autêntico retrato da realidade educacional no país. Ele também fornece uma compreensão singular de como ocorrem dos processos de conhecimento em nossa sociedade e apresenta caminhos para a superação das desigualdades educacionais, tendo por premissa a garantia de condições iguais de oportunidades oferecidas por uma escola realmente libertadora de visões de mundo ideológicas.

Freire é importante no processo de formação política, democrática e filosófica, deste trabalho, não apenas pela sua militância política bem definida, mas também por ser considerado pela parcela conservadora da sociedade um “rebelde revolucionário”. Tanto Freire quanto Gramsci, mostram em seus discursos diversos motivos de insatisfação com o sistema educacional e econômico vigente a sua época. Eles denunciam esse mesmo “sistema” como sendo o responsável pelo crescente das injustiças sociais e do agravamento das diversas formas de desigualdades. Ambos se posicionam politicamente ao lado dos vulneráveis, ofertando condições intelectuais e materiais para o enfrentamento da injustiça social. A principal importância da Filosofia Política na escola é evidenciar que não existe educação neutra, indiferente, como afirma Freire:

“Não há, nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto à outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama sua politicidade”. (FREIRE, 1992, p. 78)

A indiferença política (Gramsci) e a neutralidade política (Freire) são em si mesmos posicionamentos. Ambas (neutralidade e a indiferença) se camuflam nos discursos da burguesia para perpetuar as injustiças e tornar a escola reprodutora do *status quo*. É incontestável que “Toda a prática educativa implica opções, interrupções, decisões, lutas, a busca por um lado, estar com e pôr-se contra, a favor de alguém e contra alguém” (FREIRE, 2001, p. 52).

A educação, para Freire sempre esteve carregada de politicidade, por isso ele concebe o professor como mediador do conhecimento. O docente, assim, deve enxergar os educandos como desafiados a participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Essa visão norteou o trabalho executado na escola Oliveira Castro, por meio de uma filosofia capaz de proporcionar uma *Experiência político democrática pela construção da organização estudantil já no ensino fundamental*, como retratada no título desta dissertação. É fundamental que “Professor e alunos saibam que a postura deles, [...] é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. [...] o bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade”. (FREIRE, 1996, p. 38).

É a partir de premissas como essas que foram executadas as ações, para refletir com os alunos sobre a situação miserável de exploração da maioria da população mundial e como a formação ética e política representam uma saída para superação da ideologia nociva das elites ainda instaurada na maioria das escolas.

Entre as mais explícitas formas de manutenção da transmissão da ideologia transmitida de forma passiva presente em nossos dias está o projeto de lei “*Escola sem partido*”. Essa proposta, que vem sendo discutida em várias esferas legislativas, e longe de promover a pluralidade de ideias, tem o objetivo claro de alcançar exatamente o contrário. No cerne da discussão sobre a Escola sem Partido está a tentativa absurda de cerceamento explícito da liberdade de cátedra docente, como alerta Frigotto:

“Ao pôr entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia”. (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

A análise do processo entre a relação do ensino de filosofia e a participação discente pela formação dos grêmios, mais precisamente na formação política e organização estudantil, como ocorre nas escolas onde o trabalho foi conduzido.

Esta é uma forma de expressão de cidadania e segundo Dallari:

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem acesso à cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998, p. 14).

Essa posição de inferioridade é compreendida aqui como a indiferença combatida por Gramsci. Para ele, as escolas dos estudantes filhos de trabalhadores precisam libertar-se da apatia e aprender e praticar a política e a democracia para experimentar a cidadania. Somente assim o bem comum, a igualdade social e a dignidade coletiva são expressas na realidade da maioria dos alunos, que precisam, antes de tudo, incomodar-se.

Esse foi um dos principais objetivos das intervenções, para que assim, a escola possa formar uma consciência política mais responsável e crítica em relação à função das instituições de ensino como transmissoras de múltiplas maneiras de enxergar o mundo. Gramsci acredita que essa consciência crítica não chegará espontaneamente à classe mais pobre (operária) estas ideias foram exploradas nos encontros.

O sujeito não se torna independente “[...] por si próprio” sem se organizar; o primeiro passo para a mudança precisa ser iniciado “de fora”, e com isso está diretamente implicada aí a

questão política, que envolve os intelectuais, pois não existe organização política sem o que o filósofo denomina intelectuais orgânicos.

No ambiente escolar, são professores conscientes do seu papel os agentes de transformação social e política que fornecem condições para a emancipação dos estudantes, já que todos são capazes de desempenhar funções intelectuais, segundo Gramsci. No entanto, nem todos cumprem especificamente essa tarefa na sociedade. “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual [...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’. Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. (GRAMSCI, 1968, p. 7).

O intelectual orgânico é aquele que consegue superar a reprodução da manutenção do sistema social injusto que torna a escola infecunda no que se refere a mudanças estruturais nos modelos educacionais desiguais da sociedade. Como para a professora Poliana Carvalho, que auxiliou na construção do grêmio em sua escola e destaca:

“O trabalho de formação realizado com os alunos do 6º ao 9º ano, tendo dois representantes em cada turma. Os alunos estão empolgadíssimos. Eles enxergam como uma possibilidade efetiva de ter participação nas decisões escolares⁸”.

(Poliana Carvalho, professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Cariacica).

É justamente o cenário de evidente expressão de variadas formas de desigualdades em relação às camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira que abriga as escolas que foram palco das ações deste trabalho. Isso gera possibilidades, mesmo com todas as subjetividades presentes na escola, de abraçar os princípios de uma educação filosófica emancipatória e, por meio da mediação, favorecer as (re) definições, (re) construções e reflexões sobre a importância da presença do professor de filosofia, com base no pensamento Gramsciano vivo, mesmo após mais de 100 anos da morte do filósofo.

Enfatizo ainda a necessidade de se conceber o desenvolvimento político do conceito de hegemonia na escola não apenas na qualidade de progresso político-prático, mas também como grande avanço filosófico, o que, para Gramsci, “[...] implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma ideia real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1968, p.21).

⁸- Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/67521/i-encontro-de-gremios-e-representantes-estudantis-promove-troca-de-experiencias-entre-escolas>. Acessado em 20/06/2020.

O trabalho em um sistema educacional em que se inserem procedimentos metodológicos e curriculares particulares para os professores de filosofia, como ocorre em Cariacica, garante o entendimento do modo como o formato e a operacionalidade de ações educativas e filosóficas em espaços/tempos “diferentes” dos modelos predominantes possibilitam gerar experiências positivamente marcantes com a filosofia em outros níveis e sistemas educacionais aonde a proposta também venha a ser implantada.

A consolidação do aparato hegemônico, como os defendidos pelo filósofo, remete à necessidade de unificação entre teoria e prática e à formulação de uma nova concepção do mundo a partir das ações de formação e construção de grêmios estudantis em uma filosofia que ofereça novos significados do mundo da política aos estudantes de escolas de todo o Brasil, principalmente as periféricas. Onde muitas crianças e adolescentes são submetidos às precárias condições de vida, é necessário pensar uma educação emancipadora que enfrente a hegemonia cultural, como denomina Gramsci.

A noção de hegemonia a que nos referimos deriva diretamente do termo grego *igemonía*, (liderança), e foi utilizada por Gramsci para tratar de um conceito da teoria marxista. Para Gramsci, essa hegemonia se estabelece principalmente quando “O Estado tem e pede o consenso, mas também educa este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (GRAMSCI, 1978, p. 119). É entendida aqui também como a maneira como o Estado utiliza, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

Nesse sentido, a escola é um terreno fecundo para a difusão e consolidação da ideologia burguesa. Contrário a isso, Gramsci pensa a escola como local de resistência, onde se deve produzir uma contracultura oposta a ideologias que a classe dominante utiliza para manter o *status quo*, na categoria de uma “[...] consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 1978, p. 9).

O crescimento do consenso hegemônico das classes mais desfavorecidas da sociedade precisa ganhar eco na voz dos estudantes, sobretudo em locais mais esquecidos da cidade e onde prioritariamente reside e estuda a maioria esmagadora dos alunos. Essa é uma proposta de formação política que abriu caminhos para o exercício real da cidadania e um convite à resistência, permanece presente nos conteúdos fundamentais ofertados pela escola. Em síntese, “[...] somente desta maneira resultados com a identificação das palavras e sua conceituação devem ser efetuadas levando em conta o contexto cultural e histórico” (GRAMSCI, 1975, p. 1545).

Gramsci acredita que é muito comum determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Para ele, “[...] é, portanto, a ausência de uma

dialética política intensa e a separação conseqüentemente entre a escola e a vida que criam e perpetuam o caráter retórico a inadequação didática e cultural da escola”. (MANACORDA, 2008, p. 204).

Ademais, essa concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, além de desagregada e ocasional, já que, segundo Alves, “Não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também elas, fatos políticos”. (ALVES, 2010, p. 71). São entendidos como cidadãos também governantes e líderes que, engajados nas lutas das classes sociais a que pertencem, organizam e encabeçam a população menos favorecida, defendendo os interesses do povo.

Afirmamos, assim, que não será possível construir uma nova concepção de educação sem a presença marcante dos professores, destacando aqui os de filosofia, desenvolvendo reflexões concernentes à potencialidade transformadora da realidade vivida pelos alunos sem que haja uma formação de caráter político e democrático.

As reflexões acerca da vida política precisam ser feitas por alunos e professores comprometidos com um projeto de transformação social pela via intelectual, que enxergam na escola o local de formação por excelência, como afirma Manacorda: “A distância com relação ao discurso precedente é apenas aparente; o papel dos intelectuais nas instituições de atividade cultural, entre elas a escola, cuja importância Gramsci já havia posto em relevo”. (MANACORDA, 2008, p. 166).

O professor que não sabe o significado ideológico de seu trabalho e atua acreditando agir imparcialmente na ação educadora não saberá o que esperar das crianças e adolescentes; não sabe que indivíduo será “formado” por ele. O ensino de filosofia política numa práxis filosófica gramsciana é essencial para que os estudantes vejam a escola como sinônimo de experiência cidadã.

Fazer com que o professor reconheça seu desempenho de uma função ideológica é um desafio apresentado tanto para Gramsci quanto para o trabalho que é realizado hoje na escola, o de preparar grupos subalternos para alcançar posições de direção e governança e se empenhar na construção de uma cultura contra hegemônica, que respeite as diferenças e garanta o acesso de todos à escola de qualidade.

As novas relações enfrentadas por um Gramsci aprisionado numa cela o obrigam a identificar novas estratégias de transformação da sociedade contra a hegemonia cultural. Ele pensa que, partindo de pequenos grupos de organização e difusão de uma cultura capaz de inicialmente identificar o problema da hegemonia cultural, é possível preparar pessoas para um

autêntico exercício da cidadania, algo praticável em escolas por ele denominadas como escola unitária.

Essa escola unitária foi resultado das análises de Gramsci sobre as diversas concepções pedagógicas. Após profunda reflexão, ele conclui que o local mais adequado à transformação social é identificado por ele como sendo a escola unitária. Além da formação humana, a escola precisaria também ofertaria uma unidade entre teoria e prática, ao entrelaçar concepções teóricas à práxis filosófica, trazendo a educação à dimensão estratégica na luta pela transformação social.

É importante ressaltar que a principal preocupação de Gramsci nem sempre foi propriamente a escola, com seu papel específico na sociedade capitalista. As reflexões que tratam da escola e da questão pedagógica são especificamente tecidas por Gramsci somente em 1932. A partir daí ele dedica seus escritos a temas relacionados à educação e ao que já havia escrito a respeito dos intelectuais e sua relevância na escola. Por essa razão, muitos não consideram Gramsci um teórico explícito da educação, sendo caracterizando como o mais importante pensador de tradição do marxismo por sua análise teórica das superestruturas.

Ele oferece elementos fundamentais que permitem pensar em uma teoria dialética da educação para nosso tempo e “[...] de qualquer maneira, ele não cessa de refletir, usando diversas abordagens sobre o problema pedagógico” (MANACORDA, 2008, p. 197).

As ações executadas na escola sob a ótica aqui apresentada verdadeiramente não passam de *potência* no sentido aristotélico. São um *ato* concreto de transformação política e social na vida de estudantes que escolheram abraçar a esperança de fazer da escola um ambiente onde se possa praticar uma educação emancipadora pela via da formação da prática política mediante a organização estudantil.

Acreditando numa forma de fazer filosofia utilizando o espaço escolar e as relações nele estabelecidas, partimos da premissa de que os esforços se concentrariam primeiro na compreensão teórica dos conceitos políticos e filosóficos, e segundo, na aplicação prática dos referenciais adotados no processo de organização eleitoral feito pelos próprios estudantes. Todos os envolvidos no projeto atenderam às expectativas almejadas de garantir a reflexão de caráter político e filosófico no percurso de formação e execução das eleições para representantes de turma, para o conselho de estudantes e do grêmio estudantil.

Os aportes teóricos e metodológicos utilizados no trabalho convergem principalmente para a educação *cidadã*⁹. Este conceito derivado do termo “cidadania” foi criado e valorizados

⁹- Esse conceito criado por Gramsci também foi idealizado pelo educador Paulo Freire, no livro *Pedagogia do oprimido* (1968), servia também para designar o papel da escola, que deveria preparar a criança para tomar decisões

por Gramsci é utilizado em diversas partes do mundo e trouxe à discussão pedagógica um caráter fundamental para aquilo que ele entendia ser objetivo da escola.

A formação de cidadãos era o que defendia Gramsci, entendendo que a escola tinha também a função de prover o acesso à cultura das classes dominantes nos mais variados aspectos para que todos usufruíssem de uma cidadania plena, ou seja, o que “Gramsci procura são métodos e fins educativos, não para ‘salvar’ o indivíduo singular, mas para formar a totalidade dos indivíduos” (MANACORDA, 2008, p. 119).

As reflexões com os estudantes ao longo do trabalho por vezes os levavam a pensar que o termo cidadania goza de certa superioridade conceitual em relação à política, o que se mostrou um equívoco. Imaginar que a política pertença a um campo menos significativo e inferior à cidadania para a vida em sociedade é infundado, já que a ausência de formação política na escola inviabiliza a construção da cidadania na sociedade democrática.

Ao ser absorvida pela comunidade escolar mediante a práxis filosófica, a participação política dos estudantes passou a conferir certo “empoderamento” ao dotar os alunos do entendimento de que é possível contribuir ativamente para seu processo de construção de conhecimento de maneira ativa.

Para o filósofo italiano, esse verdadeiro “Poder” estaria relacionado à ideia de posse das formas de se obter alguma vantagem (ou para fazer valer à vontade) de um indivíduo sobre outras pessoas. Desse modo, a contribuição de Gramsci e outros autores a respeito da importância da filosofia como formação política pelo exercício democrático e pautada pela conduta ética de todos os envolvidos é fundamental. Primeiro porque oferece uma leitura atualizada dos problemas mais contemporâneos da educação; e segundo, porque indica caminhos para sua superação.

Cabe também ressaltar a atualidade do pensamento de Antônio Gramsci em meio a presente crise profunda da transformação do sistema escolar. Essa crise se agrava ainda mais pela isenção da responsabilidade de vários sistemas de ensino de garantir os vínculos educacionais dos alunos por causa do fechamento das escolas em todo o mundo por um ano letivo inteiro em consequência da pandemia de Covid-19 no início de 2020. Isso reforça, em última análise, a necessidade cada vez mais urgente de se repensar a função da escola e demarcar a necessária ruptura com a lógica desumana do capital novamente evidenciada pela desigualdade educacional de milhões de estudantes em todo o mundo.

e consciência de que é possível mudar a relação entre opressores e oprimidos, passando estes a serem agentes transformadores.

Essa crise não é só da escola, ela abrange todo o tecido social e a filosofia não poderia ficar à margem de uma leitura, ainda que imediata, da situação dos vivida pelos estudantes. É inerente à própria filosofia a busca de reflexões sobre problemas de nosso tempo, como afirma Chauí.

“A Filosofia manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época de uma sociedade, os homens colocam para si mesmos, diante do que é novo e ainda não foi compreendido. A Filosofia procura enfrentar essa novidade, oferecendo caminhos, respostas e, sobretudo, propondo novas perguntas, num diálogo permanente com a sociedade e a cultura de seu tempo, do qual ela faz parte”. (CHAUÍ, 2000, p. 52).

É impossível dissociar as reflexões filosóficas da histórica existência concreta dos estudantes e de todos nós. Ao afirmar que “todos os homens são intelectuais” (GRAMSCI, 2001, C. v.12, p. 18), Gramsci também atribui a todos a responsabilidade pela construção de um mundo mais justo ao conceber que “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 2001, C, v11, p. 93). Retomo aqui a ideia odiosa da indiferença, contrapondo-a ao entendimento dos estudantes de que são decisivos para o encontro das respostas para a construção de uma sociedade com condições de vida melhores para todos.

Essa noção filosófica da vida política relacionada à conduta ética como expressão de cuidados humanos é inerente à própria existência. Para Paulo Freire, o ser humano é “[...] ser de relação”, e uma de suas características mais marcantes é justamente o “[...] inacabamento”.

“Assim como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo que são seres em si mesmos, [...] é, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão. Conforme estabeleça estas relações o homem pode ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir”.

(FREIRE, 2001, p. 17).

É justamente isso que nos confere a condição de “sujeitos históricos”, que se constroem no tempo como “seres inacabados, inconclusos” Essa é a condição que enseja a transformação: a formação em trânsito no mundo é tão essencial e manifestada desde muito cedo nas nossas vidas. O trabalho desenvolvido na escola, com a discussão dessa responsabilidade coletiva pela contribuição individual pelos cuidados políticos, assegurou aos estudantes tocarem nos fundamentos de sua existência e conduziu à maior participação em momentos decisivos da vida dos alunos, como o conselho de escola.

Entendo que esses temas relacionados à condição humana necessitam ser aprofundados e, na maioria das vezes, levantados pelos professores ao longo da vida escolar dos estudantes. Além disso, notei, ao longo do trabalho, que essas dimensões (ética e política) são tratadas, na maioria das vezes, de maneira velada na escola.

Por isso falamos de ética e de responsabilidade coletiva, além de política na escola, como forma de superar as ideologias que Gramsci entende que devam ser diferenciadas:

“É verdade que uma época histórica e uma determinada sociedade são representadas, sobretudo, pela média dos intelectuais e, conseqüentemente, pelos medíocres; mas a ideologia difusa, de massa, deve ser diferenciada das obras científicas, das grandes sínteses filosóficas, que são, ademais, as suas verdadeiras chaves de interpretação; tais sínteses devem ser nitidamente superadas, ou negativamente demonstradas a sua falta de fundamento, ou positivamente, contrapondo-lhes sínteses filosóficas de maior importância e significação”. (GRAMSCI, C. v11, p. 141).

Uma filosofia da práxis é justamente o que vem sendo feito com os estudantes, capacitando-os a construir novos significados para a expressão “filosofia política” em tempos de seu esvaziamento. Ao tratar da política como tema fecundo a ser desenvolvido por professores de filosofia e/ou outras disciplinas do currículo escolar, vejo que ela se constitui como elemento imprescindível para constituição de um ser pleno na escola. Afirmamos mesmo que sem ela a educação escolar está fadada ao fracasso.

Percebi também, durante o trabalho com os alunos, que é impossível separar as reflexões filosóficas da existência concreta dos estudantes e que a relevância da discussão sobre política não se dissocia daquilo que se entende por conduta ética, cuidados individuais e coletivos. Essas dimensões humanas se manifestam no zelo pelo bem comum, que justamente por pertencer a todos, requer uma responsabilidade coletiva de cuidados para que seu representante seja democraticamente escolhido pelos alunos ou pela sociedade na qual representa um mandato. E em nosso caso, a representação se dá pelo grêmio estudantil e outras formas de representação estudantil.

Isso suscitou a necessidade de praticar uma filosofia que ultrapassasse os muros da escola, pois “a filosofia da práxis não busca manter os simples na sua filosofia primitiva, do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”. (GRAMSCI, C. v1, p. 44). Uma filosofia que supere os desafios da própria filosofia na educação atual é o que proponho; uma reflexão que se apresenta como exigência de professores e alunos:

“Se ela [a filosofia] afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os "simplórios" não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1978a, p. 18).

A filosofia aplicada no trabalho é concreta, ao mesmo tempo sensível às transformações históricas, considerando as diferenças estruturais, e possibilitando politicamente um progresso intelectual acessível a todos, e não apenas a pequenos grupos de alunos privilegiados pertencentes às classes sociais mais abastadas.

Para que a escola, com o auxílio indispensável da filosofia, cumpra o seu papel emancipador, tornou-se necessário reverter essa relação de tutela docente. Não é minha intenção, é claro, defender o que haja um esvaziamento da autoridade do professor e dos gestores escolares, reconhecidamente os principais tutores do conhecimento.

Diferentemente do que se pensavam alguns professores a formação do grêmio e do conselho estudantil na Escola Oliveira Castro, reafirmou-se a importância da atuação docente a partir da percepção no meio discente de que, afinal, professores, gestores e demais profissionais desejavam justamente maior participação dos alunos.

Esse movimento de construção coletiva também deve sempre levar em consideração a valiosa contribuição dos estudantes no governo da escola, pois somente assim ensino e aprendizagem fazem sentido como destaca o professor Thiago Dadalto: “Existe uma construção de uma autonomia e protagonismo por parte dos estudantes no grêmio. Percebemos que é como se o Grêmio fosse uma peça do quebra cabeça que possibilita a participação deste aluno nas decisões, e assim trabalhamos o princípio do projeto que é a gestão democrática, explica”. (Thiago Dadalto Melo, técnico da Educação Cidadã da Secretária de educação).

O fortalecimento da gestão democrática faz que a escola passe a ser vista pelos alunos como meio de evidenciar os objetivos na busca de soluções para os problemas de toda a comunidade escolar, e tudo isso numa atitude de descoberta como pessoas de direito à cidadania para construção histórica daquilo que todos buscam que é a sonhada felicidade, pois “é preciso pensar uma nova qualidade para uma nova escola, em uma sociedade que começa, paulatinamente, a exigir a educação como um direito objetivo de cidadania” (CORTELA, 1999, p. 13).

A ideia da felicidade como bem coletivo, foi trabalhada com os alunos como forma de refutar o discurso de que é utópica, de que o bem-estar é para poucos e somente vencerão aqueles que, lutando entre si, conseguirem permanecer de pé após a batalha. Para Boff, “a interdependência nos abre para a solidariedade universal. Sendo dependentes, ajudamo-nos uns aos outros na construção coletiva da vida. Ao invés de culpar os outros por nosso desamparo ou de nos omitir de batalhar contra ele, assumimos uma atitude positiva de empenho e de luta.” (BOFF, 2001, p. 35).

Boff lembra que a saída para a consolidação de uma sociedade mais solidária somente será construída quando o ser humano tomar consciência de que estamos “conectados” uns aos outros; quando a esperança de um mundo melhor para todos, e não somente para alguns, for compreendida; quando reconhecermos que não podemos ser felizes sozinhos. Por isso, a filosofia como práxis política sob um olhar Gramsciano é tão necessária. Somente assim a reflexão

filosófica se tornará uma “arma” contra a alienação, a indiferença e a falta de oportunidades sociais e políticas, a começar pela escola.

Toda ação do professor estabelece uma relação pedagógica, por isso ele sempre exerce uma ação política com os alunos. Segundo Gramsci, o professor sempre age politicamente ao ensinar, embora muitos docentes ignorem o caráter político de sua ação. Muitos professores não têm consciência de que atendem a um determinado viés ideológico, e com isso não sabem o que esperar dos alunos, nem a finalidade do seu fazer pedagógico, não é possível dissociar, “[...] não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são também, fatos políticos”. (GRAMSCI, C.v.1, p. 97).

O processo de construção do grêmio estudantil possibilitou o entendimento por parte dos alunos e professores de que o espaço escolar precisava assegurar uma discussão permanente de exercício democrático para formação de dirigentes na sociedade, para Gramsci, “a escola é o instrumento para elaborar os dirigentes de diversos níveis”.

“A complexidade da função intelectual nos vários estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização”. Para ele, “quanto mais extensa for à área escolar [...] tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização.” (GRAMSCI, 1968, p. 9-10). A compreensão de que a escola não pode limitar-se à transmissão de conhecimentos, devendo enxergar o estudante como indivíduo inserido num mundo repleto de relações políticas, foi outro ponto importante do pensamento de Gramsci transmitido no trabalho. Isso produziu a compressão da necessidade de garantir a expansão e a melhoria do ensino de uma filosofia libertadora, capaz de utilizar o legado de filósofos e conceitos a partir de articulações, ações e projetos, de modo que possam assegurar um dos principais deveres da escola que é o de “[...] ensinar e preparar os estudantes para a vida”. Assim garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 9.394/1996).

O que se concretizou na escola foi uma educação filosófica capaz de auxiliar verdadeiramente na construção de subjetividades não alienadas. Entendendo como alienada a pessoa que perde a identidade, o valor, os interesses e a vitalidade, ou seja, alheia-se de si mesma. Esse alheamento pode ser social, cultural, econômico, político e religioso.

Trata-se, em suma, daquela pessoa que Gramsci dizia ser *indiferente* como já mencionado acima. Nossa presença no mundo não pode ser despercebida, inerte, passiva, no que concordo que:

“[...] essa forma de presença e intervenção no mundo teve como consequência a destruição progressiva e irracional da natureza e a exclusão humana. Uma racionalidade fundada no princípio da cooperação deverá ter como consequências o equacionamento das principais crises vividas pela humanidade.” (ABDALLA, 2002, p.112).

Quando também defendo a cooperação e a democracia como elementos do ideal de igualdade, é necessário, no entanto, ter o cuidado para que com isso, não sejam atacadas as possibilidades de escolhas pessoais de exercício da liberdade, rotulando todos os indivíduos como iguais e aniquilando assim as subjetividades e a autonomia pelas quais tanto pugnamos.

Jamais podemos excluir o direito democrático de ser diferente, do pensar contraditório, como concebe Santos:

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. (SANTOS, 2003, p. 56).

As subjetividades devem ser consideradas, na história da filosofia, com a política e a democracia não foi diferente, muitos filósofos conferiram sentidos diversos, subjetivos e até mesmo antagônicos aos conceitos de cidadania, democracia e política em termos organizacionais, mas somente Gramsci enxergou na educação política dos filhos dos trabalhadores a força para transformar a sociedade, assim como praticado nesta pesquisa. Contudo, esses sentidos, quando tomados como “organização crítica” feita por estudantes no interior da escola, são entendidos por muitos como um ato de subversão e rebeldia contra a “certa ordem” já estabelecida exigida no cerne da escola, afinal, o espaço escolar, via de regra, é identificado como lugar de disciplina rígida que tende à “[...] formação para o mundo do trabalho”. (BRASIL. 9.394/1996).

Quando os estudantes, cujo segmento representa a esmagadora maioria da comunidade escolar, são ouvidos e estimulados por professores e demais atores a organizarem-se politicamente para um posicionamento mesmo responsável nas decisões no espaço escolar, estes passam a ser vistos com estranhamento, o que reforça a urgente necessidade das “sementes de resistência”. São essas sementes que promovem as mudanças necessárias à transformação dos formatos educacionais vigentes.

Acredito que a escuta e o diálogo efetivo com os estudantes geram uma responsabilidade autônoma e conduzem à melhoria das condições para o desenvolvimento pleno da cidadania e compreensão da política, a exemplo do que foi constatado neste trabalho.

Durante o desenvolvimento deste trabalho verificou-se, como já esperado, os dois movimentos, o de apoio e o de negação da contribuição discente.

Essas forças se manifestaram em simultâneo. De um lado estavam aqueles que, posicionavam-se contrários a este movimento de escuta dos alunos acreditarem ser uma ameaça à soberania da “intelectualidade docente”, já fragilizada em sua “autoridade” por motivos diversos, tanto dentro como fora da escola. Por outro lado, manifestaram-se aqueles que viam no diálogo democrático com os estudantes um caminho importante de colaboração e diminuição das

tensões e conflitos comumente existentes no espaço escolar conforme relata o professor Anderson Souza: “Tenho ajudado a construir o grêmio da escola em que dou aula”, contou sobre os desafios de criar um movimento mais horizontal. A hierarquização faz parte da cultura da escola brasileira, os alunos estão acostumados com isso. “Para mudar isso, temos que criar oportunidades para que eles falem”. (Anderson Souza, professor de Geografia da Emef. Antero José em Cariacica).

A organização dos estudantes no governo da escola mudou a imagem que eles tinham da instituição escolar. Ela passou de mera transmissora de conteúdos técnicos à missão de ensinar os estudantes a questionar o mundo e a sociedade diante das injustiças sociais. Por essa razão, todo o esforço desse trabalho ousado foi ao encontro de uma pedagogia alinhada com o desafio de estimular os estudantes a participarem politicamente e a não se conformarem com uma educação desconectada da sua realidade. Caso contrário, apenas reforçarão as ideologias políticas dominantes que destroem e geram os excluídos sociais.

Esses mesmos indivíduos são quase sempre os filhos dos trabalhadores assalariados das periferias onde se situam tais escolas e onde a grande maioria dos docentes atua, perpetuando a lógica excludente que precisa ser transformada, conforme analisa Manacorda: “Não se trata diretamente da escola, mas encontra-se aí toda deploração amarga contra os privilégios e as diferenças sociais”. (MANACORDA, 2008, p. 26).

É urgente repensar o modelo educacional vigente e assegurar maior participação não de estudantes, mas de toda a sociedade na escola. Uma saída para isso é apontada nesta pesquisa: criação de grêmios estudantis, além do fortalecimento dos conselhos de escola e escuta atenta de todos os segmentos que a compõem. Preparando os estudantes para assumirem a responsabilidade pela superação conjunta dos desafios da fazer que a educação seja libertadora.

Esse preparo de consolidou quando foram capazes de praticar uma filosofia voltada a ver o outro como cidadão passível de se tornar “governante”, para “[...] que seja assegurado a cada um o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a essa finalidade”. (GRAMSCI, 2006, C.v12, p. 50)

Aqui está o principal elemento que, segundo Gramsci, constitui o exercício da cidadania e o significado que a educação precisa adquirir: o de gerar, por meio da escola, uma sociedade de indivíduos emancipados e preparados para a resistência à cultura do domínio ideológico de uma classe sobre outra e a garantia de oportunidades. O trabalho na escola foi capaz de proporcionar um exercício de cidadania e o entendimento político e democrático.

Concordo com Gramsci que formar o cidadão é o verdadeiro papel da escola, e os projetos de filosofia sobre formação política para o exercício democrático executados neste trabalho referem-se à tarefa de tornar o aluno educado para trilhar o caminho de transformação de

“governado” para “governante”. Tenho clareza que a presença de projetos sobre a práxis filosófica pelo exercício político, como os desenvolvidos nesta pesquisa inspirada em Gramsci, não têm por objetivos “formar filósofos”, como acontece nas universidades.

Seu intuito é possibilitar os primeiros contatos com o mundo filosófico, a vida política e a democracia, com a finalidade de aguçar as perguntas, questionamentos e dúvidas dos alunos. Essas palavras sempre foram à raiz do pensamento filosófico e alimentam o fazer filosófico também na atualidade. Ainda que esse encontro radical com o filosofar tenha sido superficial para alguns estudantes, tendo em vista sua subjetividade, eles sempre carregarão a experiência singular da sua primeira eleição democrática de representação estudantil na escola. Isso assegurou um encontro com “As novas possibilidades de respostas agora observadas pela ótica filosófica que concedem uma libertação de visões de mundo, como apontada por Platão na alegoria da caverna”. (MARCONDES, 2000, p. 39).

As intervenções em práticas docentes como as desta pesquisa são meios de aprofundar conceitos e criar espaços para a discussão da filosofia política, da democracia e da ética sob a dimensão dos cuidados humanos. A importância desta e de outras ações semelhantes de professores de filosofia em escolas do município de Cariacica ecoa também em trabalhos de outros pesquisadores na área da educação que também já concentraram esforços com metodologias de pesquisas variadas para entender melhor a atuação dos professores de filosofia e as abordagens de temas filosóficos relacionadas aos conceitos tratados nessas experiências.

Artigos científicos, dissertações e teses ¹⁰, concluídos ou em andamento, trouxeram contribuições importantes, ao conferirem uma perspectiva geral das denominadas Práticas de Filosofia, indicando caminhos e alimentando mais inquietações dos professores, principalmente quanto à importância de possibilitar melhor compreensão a partir de experiências concretas da filosofia como formação política e exercício democrático nas escolas.

¹⁰- Entre as muitas pesquisas já elaboradas que tiveram como objeto principal ou parcial as Práticas de Filosofia, podemos citar *Agenciamentos nômades, pensamento, experiência*: fragmentos de um projeto de implantação de Filosofia e Ciências Sociais em uma escola de Cariacica (ES), do professor Jair Miranda de Paiva. Também merece destaque a tese de Doutorado do professor Edson Maciel Júnior, *Lucidez-embriaguez, movimento e arrebatamento: homens, [semi] deuses que perambulam e a educação menor num bairro de uma rede municipal*.

Diferentemente do espírito de competitividade da corrida pelos primeiros lugares, acredito que a filosofia, a educação e a escola permitiram, em caráter emancipatório e cooperativo, uma nova racionalidade aos alunos, pois:

“[...] a renúncia da diretividade ou da tarefa prescritiva da educação acaba servindo como reforço dos valores capitalistas (individualismo, consumismo, competição, submissão, lucratividade, etc.) e dos elementos segregadores da cultura ocidental (sexismo, homofobia, racismo, etnocentrismo, etc.)” (ABDALLA, 2002, p. 132).

Para que o processo de organização estudantil nas escolas surgisse como embrião de um exercício democrático e crescesse de forma consciente, foi necessário que os alunos e toda a escola entendessem sua contribuição como indivíduos socialmente responsáveis uns pelos outros. Isso possibilitou um percurso na contramão do egoísmo a fim de produzir uma educação crítica e cidadã comprometida com as mudanças necessárias para novos tempos.

Sendo assim, o trabalho executado consistiu em tecer algumas considerações sobre o ensino de filosofia e a práxis cidadã e filosófica tendo como principal referencia elementos cruciais do pensamento de Gramsci.

4- A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL E SUA LEGISLAÇÃO

Considerando a história da educação brasileira, e mais precisamente, referindo-se às garantias da população ao direito à escola pública, nota-se que o acesso a esse elemento fundamental nem sempre foi assegurado a todos de maneira igualitária. Desde a chegada dos primeiros jesuítas até nossos dias, foi longa a jornada rumo à universalização escolar. Os debates em torno do formato metodológico e do papel da escola na sociedade brasileira duraram séculos, até que surgissem as primeiras reflexões sobre a importância de uma escola pública e democrática para a todos e das contribuições dos estudantes na organização desta escola.

Assim, a discussão da participação organizada de estudantes de diversos níveis escolares em atividades de caráter político ou outro qualquer foi crescendo lentamente e tomando forças, principalmente no que tange aos discursos em defesa da maior participação do acesso da qualidade e da permanência dos alunos na escola pública brasileira. Diante disso, era imperioso que se pudesse apresentar aos estudantes um pouco da história do movimento estudantil no Brasil, o que justifica o melhor conhecimento das contribuições do movimento estudantil organizado na escola em relação a sua atuação marcante no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

São diversos os desafios históricos para a consolidação do movimento estudantil no Brasil, como também são muitos os motivos que justificam a necessidade de apresentar aos estudantes da escola durante o trabalho que a organização do seu segmento sempre foi essencial e promissora para aos estudantes e à própria saúde da democracia. E exemplo disso, foi o que ocorreu com os alunos e a escola pelo depoimento dos próprios estudantes:

“Há uma colaboração dos professores e diretores a dar voz aos alunos, com o grêmio, a gente vai aprendendo cada vez mais, aprendemos sobre as leis e o que é certo e errado”, (Raissa Lacerda, Aluna no 8º ano¹¹).

A riqueza dos temas e a centralidade da evidente participação política sempre ocuparam o centro das reflexões e bandeiras de lutas defendidas pelos estudantes que persistem ao longo dos anos como declarou a aluna Raissa nas palavras acima. No desenvolvimento do trabalho de

¹¹-Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/67521/i-encontro-de-gremios-e-representantes-estudantis-promove-troca-de-experiencias-entre-escolas>. Acessado em 08/06/2021.

formação política, consta necessariamente, também oportunizar que os estudantes tenham acesso ao conhecimento da existência de diversas leis, decretos e outros documentos acerca do tema.

Esses documentos colaboram para resguardar a organização estudantil com a proteção necessária ao seu funcionamento e crescimento, principalmente após o longo período de repressão política na época da Ditadura Militar (1964-1985).

Exemplo disso foi o Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969, também conhecido como AI-5, que proibia explicitamente a existência de qualquer tipo de organização da sociedade civil, inclusive de estudantes e previa punição severa:

“Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos; II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. § 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista proibidos estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional”.(BRASIL,1969).

É importante que os estudantes saibam que durante este período, as organizações estudantis e os poucos grêmios existentes foram de funcionar legalmente. Após o golpe militar de 1964 a organização de estudantes era expressamente proibida, somente mais tarde este sistema político contrário à democracia foi derrotado, graças a força da população e do auxílio imprescindível da clandestinidade dos movimentos alimentados com a força e a ousadia da organização estudantil conforme relata Martins.

“Em 1968, mais precisamente de março a outubro, há uma redefinição importante dos objetivos e dos métodos da luta política do movimento estudantil. Apenas no

primeiro semestre, são registradas cinquenta e seis manifestações antiditatoriais estudantis, mobilizando mais de trezentas mil pessoas. Isso corresponde a uma maior politização do movimento estudantil”.(MARTINS FILHO,1987, p.151).

Nesse período, em todo o País os estudantes organizavam-se e lutavam assiduamente por um sistema democrático de participação coletiva e escolha dos governantes. Inclusive, muitos estudantes foram presos, torturados, mortos e desaparecidos após serem presos pela ditadura militar. Havia perseguição e punição a todos, professores e estudantes que contrariavam o modelo de educação tecnicista eram perseguidos, presos, torturados e mortos como consta no relatório final da comissão nacional da verdade concluído em dezembro de 2014 e entregue a então Presidente Dilma Rousseff.

“Os estudantes organizados tiveram um papel político de luta fundamental contra a ditadura militar. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento. A participação dos estudantes foi expressiva, sendo que eles constituem uma grande parte dos mortos ou desaparecidos políticos brasileiros”. Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista¹².

Ao contrário do que pensavam os militares, a dura repressão motivou ainda mais os estudantes, que continuaram se organizando na clandestinidade, e juntamente com a classe artística e outros segmentos da sociedade, buscavam formas de ressignificar sua atuação na luta pela democracia. Isso levou os militares a impor um regime de controle e vigilância da educação ainda maior, entre as primeiras medidas, estavam as que se referiam as disciplinas de filosofia e sociologia que foram banidas do currículo das escolas em todos os níveis educacionais. Segundo o governo militar, estas disciplinas, representavam uma ameaça a ideologia estabelecida e foram consideradas subversivas.

Estas duas disciplinas foram substituídas por aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), esta substituição ocorreu pelo decreto de Lei 869/68. Este decreto tornou estas aulas obrigatórias no currículo escolar brasileiro a partir de 1969 e tinham por principal objetivo, exercer o controle do que pensava a juventude nas escolas por meio destas aulas, além de tentar impedir as revoltas estudantis que frequentemente

¹²- Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>. Acesso em 04/12/2021.

ocorriam na época. Também tinham o dever de sustentar a afirmação política do sistema de governo vigente, o regime militar. As aulas eram ministradas por militares e professores simpatizantes ao sistema e restritas a um currículo que atendia as necessidades de suprimento de “mão de obra barata” de trabalhadores para o mercado de trabalho industrial, bem contrário ao que pensavam Gramsci e Freire para a educação.

Esse modelo educacional fortemente alinhado ao sistema capitalista, não admitia participação democrática na escola, principalmente feita por estudantes o que era visto pelos militares como ideal. Inclusive, infelizmente ainda hoje a concepção educacional de caráter tecnicista e antirreflexiva é defendida por setores conservadores da sociedade e vem recebendo significativo estímulo político e principalmente financeiro do Governo Federal para implantação e ampliação de escolas cívicas militares em todo país, inclusive em Cariacica.

O movimento estudantil sempre esteve à frente das iniciativas que vão de encontro a um modelo de escola democrática capaz de proporcionar aos estudantes condições para desenvolvimento da autonomia e capacidade crítica. Isso sempre ocorreu pela organização estudantil e favorece o crescimento da gestão democrática na escola brasileira ainda em via de lenta construção após um longo período de supressão como ocorreu no regime militar.

O movimento estudantil organizado percorreu um longo caminho para o reconhecimento de sua importância na escola. Somente em 1985 e depois de muitos esforços, entidades estudantis como grêmios, centros acadêmicos e diretórios acadêmicos puderam retomar sua organização de classe, constituindo-se como representação estudantil com amparo legal. É importante que seja ressaltado aos estudantes que mesmo havendo legislação acerca do tema, não existe nenhuma que obrigue à escola a criar grêmios e outras entidades nos sistemas de ensino e caso ocorra a proibição, deve ser denunciado. A legislação existente hoje, como o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de uma década 2014-2024.

A história da organização estudantil aliada a uma legislação sólida, estimulam as diferentes maneiras de organização coletiva na escola. No caso da organização estudantil, ainda que sua participação no “governo” da escola seja assegurada na forma da lei, nos níveis nacional, estadual e municipal, a organização estudantil precisa ser mais incentivada. Escolas, professores, gestores e responsáveis deveriam tornar a participação coletiva regra e não uma exceção nas escolas e deveria ser incentivado e entendido como o primeiro passo para o amadurecimento de uma experiência democrática sobre política e cidadania para crianças, jovens e adolescentes já no ensino fundamental.

A legislação eleitoral, como a própria Constituição Federal, assegura a maioria política a partir dos 16 anos, quando é permitido aos jovens escolher seus governantes. No

entanto, entendo que a preparação, formação e a própria prática para escolha democrática devem ser garantidas na escola desde as séries iniciais do ensino fundamental como ocorreram nas aulas de filosofia em Cariacica que são regidas por lei .

Os estudos da relação entre a escuta das necessidades do movimento estudantil organizado e o ensino de filosofia sempre despertaram o interesse de muitos, e como exemplo, podem-se citar as manifestações estudantis no Brasil nos últimos 20 anos, que acenderam o desejo de me aproximar desses fenômenos. Esses eventos constituem uma fonte enriquecedora de experiências coletivas marcantes para os estudantes, sua escuta atenta também pode oferecer significados importantes de exibição de desejos democráticos diversos, insatisfações e anseios de grande parte da sociedade representada nesses movimentos, principalmente quando as expressões do movimento estudantil ocupam as ruas em protestos.

Referir-se ao “movimento estudantil de rua” é também fazer recordar em muitas pessoas, um dos mais significativos movimentos estudantis de rua ocorridos no País denominado Caras-Pintadas. Em agosto e setembro de 1992, as manifestações, prioritariamente de jovens e estudantes, pediam o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello que governou o país entre 1990- 1992 e figuraram como uma das maiores mobilizações estudantis da história brasileira.

Anos depois, outros protestos, em junho de 2013, também representaram uma importante manifestação democrática, liderada principalmente por estudantes. Na ocasião, mais de um milhão de pessoas participaram de protestos em várias cidades. As manifestações dos estudantes, acenderam em muitos a esperança do ressurgimento do interesse maior da juventude no envolvimento com as questões políticas e na solução dos problemas educacionais e sociais mais urgentes do País.

Além da reivindicação de maior qualidade nos serviços públicos e da redução de tarifas no transporte coletivo, outros temas também impulsionaram a onda de protestos. As "bandeiras de lutas" dos manifestantes reuniram uma série de outras reivindicações, como a contestação do vultoso gasto de dinheiro público nas obras para a Copa do Mundo de 2014, e a melhoria nos investimentos nas áreas de saúde, educação e segurança, além do urgente combate à corrupção política que infelizmente corroem os alicerces da democracia brasileira.

Os protagonistas principais desses protestos também foram os estudantes, o que chamou a atenção foi notar que foram organizados e impulsionados em diversos aspectos pelas redes sociais como o facebook, o Instagram e outros meios de comunicação mais modernos.

Ainda com relação aos protestos liderados por estudantes em 2013¹³, imagens impressionantes de milhares de estudantes, muitos deles acompanhados de familiares e amigos, ocupando toda a extensão da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça - Terceira Ponte - foram marcantes. Tais imagens da ocupação dos mais de 3,3 km de extensão da ponte de 70 metros de altura entre a capital Vitória e a cidade de Vila Velha, ficarão marcadas para sempre na memória do povo capixaba e repercutiu nas escolas.

O fenômeno, jamais visto no Espírito Santo, foi discutido e analisado por professores em dois seminários de pesquisa social intitulados “Brasil em Crise: o Legado das Jornadas de Junho”. Entre as contribuições, destaco a dos professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo. A esse respeito, o Prof. Marcelo Barreira discorre:

“O grande desafio dos agentes dessas novas ações políticas de massa seria a articulação do digital com o analógico. O digital não é antagônico à mobilização tradicional, mas expande a capacidade. As redes e as ruas se dialetizarão de hoje para frente... Esse é o ponto! Daí o curioso slogan: “Saímos do Facebook”. De uma conexão on-line se alcançou a rua; contudo, a rua também é lugar de se ficar plugado”. (BARREIRA, 2015, p. 55)

Estes e outros fatores despertaram a curiosidade profissional de refletir sobre os significados e contribuições do ensino de filosofia tanto na escola como para a organização estudantil, inclusive, oportunizando a criação de espaços importantes de discussões e análises dos acontecimentos¹⁴. Alguns anos depois, em 2016, outros protestos de estudantes ocorridos não somente no Espírito Santo, mas também em outros Estados e até mesmo fora do país surgiram, e foram intitulados de Primavera Secundarista.

Este movimento de estudantes contou com a adesão de diversas entidades e universidades, institutos federais e escolas tanto públicas como privadas. A dimensão dos protestos fez que muitas pessoas acreditassem que aqueles atos fariam ressurgir a reorganização estudantil em todo o País e significaria um marco em sua história, algo que hoje sabemos que não ocorreu. Mesmo assim, fez que o movimento estudantil deixasse a apatia e indiferença vivida naquele momento para tomar as ruas de todo país com bandeiras e gritos de ordem.

Entre as maiores reivindicações dos estudantes, estava o pedido de rejeição por parte dos deputados e senadores da Medida Provisória (MP) nº 746/2016.

¹³- Brasil em Crise [recurso eletrônico]: o legado das jornadas de junho / Vitor Cei e David G. Borges (organizadores); autores, David G. Borges. - Vila Velha, ES: RCG Comunicação Total: Praia Ed., 2015. Disponível em : <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-promove-discussao-sobre-protestos-no-brasil-nesta-segunda>. Acessado em 10/11/2019.

¹⁴- Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/secretaria-de-educacao-promove-discussao-sobre-protestos-no-brasil-nesta-segunda>. Acessado em 11/11/2019.

Mesmo diante dos protestos a esta MP que tratava da reforma do ensino médio, ela foi encaminhada ao Congresso Nacional em setembro de 2016, aprovada e sancionada pelo então presidente da República Michel Temer em 16 de fevereiro de 2017.

Essa medida do governo também ampliava a carga horária das aulas e a alterava a estrutura curricular, entrando em vigor sem discussão com a comunidade escolar, estes protestos tinham uma peculiaridade em relação aos ocorridos no período militar, para Angélica Muller:

“O ressurgimento das movimentações de massa ocorreu em novos moldes e em situação bem diversa da que caracterizou aquelas de 1968: não havia grandes líderes, não houve enfrentamentos nem uso de armas, e a Plataforma de luta era bem ampla, ou seja, não restrita às reivindicações do movimento estudantil. O que se exigia era o fim da ditadura militar”. (MULLER, 2016, p.134)

Ao fazer uma ousada comparação entre as motivações históricas das manifestações, posso dizer que as cobranças de uma maior participação dos estudantes nos espaços de poder e decisão política atrelados ao desejo de maior liberdade democrática impulsionaram os protestos.

Outro motivador das manifestações dos estudantes, principalmente no Espírito Santo, foi o Projeto Escola Viva. Esta proposta educacional, definiu sem apresentar os critérios, quais as escolas que seriam contempladas pelo projeto. Isso ocorreu sem a previa consulta das comunidades escolares que de surpresa tiveram a notícia que suas escolas teriam uma carga horária de tempo integral para os alunos nelas matriculados.

A falta de diálogo fez que o projeto sofresse oposição da maior parte dos estudantes secundaristas nas comunidades que receberiam o projeto, principalmente porque o aumento da carga horária das aulas nos locais sem levar em consideração sua realidade social, impedia que muitos alunos que necessitavam permanecer em casa no contra turno, ou trabalhar para ajudar financeiramente as famílias, pudessem estudar em escolas próximas de suas residências em virtude da necessidade de maior tempo de deslocamento para estudar em escolas que não fossem de tempo integral e que na maioria das vezes ficavam distantes de casa.

Outro fator importante que também acredito ter impulsionou as manifestações em todo País, foi aprovação da PEC – Projeto de Emenda Constitucional nº 241, aprovado na Câmara e no Senado com o nome de EC 95. Essa Emenda Constitucional - EC tratava do teto de gastos públicos em geral e previa o congelamento de investimentos públicos em diversas áreas essenciais para a população mais vulnerável, diminuindo substancialmente o repasse de recursos importantes para a manutenção em setores como educação, saúde e assistência social por 20 anos.

Durante os protestos, os estudantes ocuparam mais de mil escolas em todo o País. No Espírito Santo, mais de sessenta escolas foram ocupadas, inclusive, também escolas de ensino médio próximas de onde o trabalho foi realizada, que em virtude disso, suspenderam as aulas, o

que repercutiu muito entre os alunos que integravam a organização estudantil na escola Oliveira Castro.

A ocupação das escolas foi marcante a ponto de fazer que a aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, que assegura o ingresso de estudantes de escolas públicas e privadas em cursos superiores de universidades e faculdades de todo o País fosse adiada em virtude das ocupações e de protestos dos estudantes.

Chamou a atenção o fato de que na grande maioria das escolas ocupadas, principalmente em Cariacica, ocorreu uma tímida presença dos movimentos estudantis organizados como a UNE e a EBES, entidades máximas de representação dos estudantes brasileiros, com importante trajetória de lutas pela democracia e reconhecidas nacional e internacionalmente. Os membros das entidades estudantis como chegaram até a visitar algumas das escolas ocupadas, orientando os alunos e ofertando apoio aos estudantes, que diante do desconhecimento de sua importância como entidades e sua representação, pouco puderam fazer pelos estudantes. Isso me levou a refletir sobre a necessidade de aprofundar, na escola onde atuava ações de aporte teórico filosófico capazes de auxiliar os estudantes envolvidos em um ações para o aprimoramento e organização estudantil local.

Além disso, não houve registro de ocupação de nenhuma escola particular no Espírito Santo, mesmo havendo, em muitas delas, grêmios e outros movimentos estudantis. Isso leva a pensar, ainda que superficialmente, que certas particularidades na concepção do papel da educação, e do modo que a ideia conceitual da organização estudantil se diferencia entre estudantes de escolas públicas e privadas.

Também interessante foi observar, no vocabulário presente nos discursos, cartazes e manifestações das ocupações, frases como “direito a uma educação melhor”, “educação de qualidade para todos!”, “mais democracia!”, “mais cidadania” e “o Brasil acordou!” Esses e muitos outros discursos faziam referência ao universo filosófico, particularmente ao vocabulário Gramsciano, o que despertou ainda mais o interesse pelo tema.

Notou-se também que as “bandeiras de luta” do movimento estudantil são semelhantes ao longo do tempo e mesmo que muitos obstáculos já tenham sido superados ao longo dos anos, diversas situações desafiadoras ainda persistem e muitos dos problemas enfrentados pelos estudantes há anos ainda assombram o meio educacional com a falta de formação política e praxis democráticas que alimentam o problema deste trabalho com já identificado.

Entre esses desafios, está a escassez de acesso ao conhecimento da legislação que fornece a segurança jurídica necessária para sua proteção, elemento essencial à sua organização em uma sociedade democrática.

4.1-A legislação acerca da Organização Estudantil

Entre as diversas legislações que garantem o amparo legal das organizações estudantis em todo o Brasil, podemos considerar as seguintes:

Lei Federal nº 7.398, de quatro de novembro de 1985 (lei do grêmio livre), que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º grau. No seu artigo primeiro, assegura a organização de grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais como podemos verificar a seguir:

“Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais” (BRASIL, 1985).

Essa lei foi um marco na reorganização dos estudantes em todo o território nacional, já que é fruto de um longo e doloroso enfrentamento ao totalitarismo militar no Brasil, que durou mais de 20 anos e cinco mandatos presidenciais.

Outra importante lei amplamente discutida e aprovada pouco tempo depois foi a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso IV, garante o direito dos estudantes de se organizarem e participarem de entidades estudantis:

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (Brasil, 1990).

Essa lei assegurou que a participação de crianças, jovens e adolescentes nestas organizações é salutar para a sua formação integral.

A Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996 em seu Art.5º, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional:

“O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical,

entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo” (BRASIL, 1996).

Ela garante a criação, no meio escolar, de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à direção da escola prover as condições para que os alunos se organizem no grêmio estudantil.

A Lei nº 1.224, de 2015, é outro instrumento que dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados, e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, prevendo o direito da livre associação estudantil como representação fundante para a gestão democrática no ambiente escolar.

Esses e outros dispositivos legais reforçam ainda mais o que assegura o Plano Nacional de Educação – PNE. Esse plano decenal (2014/2024) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014 e determinou dez diretrizes norteadoras da educação do País, estabelecendo 20 metas a serem cumpridas no período de dez anos, mas infelizmente, caminha a passos lentos. A meta 19 do PNE previa a efetivação da gestão democrática na educação e entre suas estratégias estão:

“Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações”. (Meta 19.4 do Plano Nacional de Educação).

No âmbito do sistema de educação da rede municipal de Cariacica em que há práticas de filosofia e o trabalho foi realizado, a legislação vigente que assegura a legitimidade do trabalho desenvolvido é composta principalmente dos seguintes instrumentos:

Lei Municipal nº 4.229, de 27/1/2004, que dispõe sobre a livre organização dos estudantes, ao mencionar, já em seu art. 1º: “É assegurada nos estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, públicos ou privativos, a organização livre de Grêmios Estudantis, para representar os interesses e expressar os pleitos dos alunos”.

A Lei Municipal nº 4.373, de 10/1/2006, institui normas para o sistema de ensino de Cariacica e dá outras providências. Para o art. 8º, desta lei: “O Sistema Municipal de Ensino obedecerá, ainda, aos seguintes princípios: Liberdade e autonomia para organização estudantil”.

A mais recente lei em nível de Município publicada foi o regimento comum das escolas da rede Municipal de ensino do Município de Cariacica publicado em 02/2018, entre outros aspectos, ela assegura em seu Art. 53. A importância da organização Estudantil como importante meio de favorecer o crescimento intelectual e social dos estudantes.

Todo o aporte legal apresentado, somado às legislações aprovadas em cidades de todo o País, garante a segurança jurídica necessária à mobilização e à formação adequadas para assegurar a participação democrática dos estudantes de escolas públicas e privadas,

possibilitando a ampliação das experiências democráticas capazes de aprofundar conceitos filosóficos fundamentais, numa aproximação entre teoria e prática filosófica.

É cada vez maior a necessidade de lançar luzes sobre os temas também como forma de ofertar reflexões a respeito do assunto. Por isso, concordo com Abdalla, quando afirma que: “Sempre houve forças contrárias à razão emancipatória na história, mas agora ela sofre com muito mais violência no quadro atual da política e das relações sociais em tempos de pós-verdade” (ABDALLA, 2019, p.1). Os defensores de um modelo educacional contrário a razão emancipatória, sempre negaram a relevância das manifestações estudantis por projetos que buscam enfraquecer seu movimento ou atuando com maior violência por meio dos aparelhos de Estado.

Ao suscitar-se o senso de responsabilidade comunitária, cria-se um comprometimento do pensar coletivo. Os estudantes devem se reconhecer como indivíduos que pensam autonomamente a fim de enxergarem o outro também como um ser de relações políticas.

A compressão destas relações leva as pessoas a entenderem que são capazes de gerar transformações e ainda, enxergar que são pertencentes a um grupo em desvantagem social e econômica, por isso, compreender o percurso histórico do movimento estudantil brasileiro e conhecer o arcabouço legal sobre a organização estudantil é imprescindível para seu fortalecimento.

Isso enseja o entendimento de que as desigualdades serão superadas quando os próprios estudantes compuserem o governo das decisões políticas no País. Segundo Gramsci, essa tensão se processa da seguinte forma:

“A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários e visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder”.
(GRAMSCI, C.V1, p. 62).

Para o filósofo, a luta pela busca do reconhecimento legal pelo direito a organização e a manifestação estudantil sempre forma precedidos de conflitos motivados pela busca de poder e pelo desejo de superioridade no domínio técnico que está necessariamente associado ao domínio intelectual, cultural e filosófico.

Nesse sentido, tanto o professor de filosofia como outros, ao serem conhecedores do significado de suas atuações docentes como políticas, pode provocar, com o auxílio dos estudantes, uma verdadeira “revolução” que pode se estender a todo o ambiente escolar.

A ideia de revolução consiste em expandir e tornar o pensamento político e filosófico mais democrático, a partir de decisões discutidas coletivamente. É o que Gramsci denomina “filosofia da práxis”. Para ele a escola é o local ideal para a difusão dessa maneira de fazer uma

filosofia da própria escola, isso é quando os estudantes compreenderem os significados intrinsecamente democrático dos conceitos filosofia da práxis e política:

“A posição da filosofia da práxis não busca manter os "simplórios" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os "simplórios" não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (Gramsci, 1978, p. 18).

As ações para a construção de organizações estudantis na escola orientam-se principalmente para a promoção cultural das massas, mas alçá-los a esta concepção de vida superior apontado por Gramsci é fundamental o conhecimento pertinente a legislação estudantil. Essa tarefa significa inicialmente protegê-las da ideologia dominante da burguesia mediante um modelo de educação provedora de uma visão de mundo liberta da interiorização de “certas verdades”; em seguida é necessário reverter o significado velado de uma educação que tem se prestado à manutenção da exploração social e da exclusão que aniquila a vida de milhares em detrimento dos privilégios de poucos, numa relação historicamente injusta entre exploradores e explorados.

Como meio de combater o problema da indiferença política, e proporcionar uma formação de caráter político democrática, ao final deste trabalho é apresentado um (guia), que ensina o passo a passo e o material utilizado durante o processo de formação e preparação dos estudantes para a constituição da organização estudantil nas escolas onde as ações foram desenvolvidas. Este guia servirá como referência conhecer os alicerces legais para organização dos estudantes e construir o caminho da cidadania pela formação política na representação estudantil em escolas de educação básica.

5- GUIA PARA INTERVENÇÃO PRÁTICA

Para estudantes que nunca haviam vivido a experiência da escolha política democrática, foi necessário, inicialmente, conscientizá-los de si mesmos como seres sociais, políticos e éticos, em seguida, esses alunos foram levados a se enxergar numa dimensão antropológica, já que fazer escolhas significava tomar um posicionamento diante de possibilidades, mesmo correndo o risco de errar nessas escolhas, com consequências si mesmos e toda a escola.

Como exemplo apresento abaixo uma das atividades avaliativas aplicadas aos alunos na escola durante o período de suspensão das aulas presenciais no ano de 2021. (Anexo V).

Demostro a seguir, um *Guia de Formação Política e Democrática* utilizado para auxiliar a construção do grêmio na escola. Estes encontros contemplam oficinas, dinâmicas de grupo, rodas de conversas, exploração de textos e outras metodologias dinamizadoras do saberes proporcionando o êxito nos resultados planejados na intervenção pedagógica.



Foto: propagandas eleitorais elaboradas pelos alunos durante o processo eleitoral. Fonte própria.



Oficina de formação sobre política e democracia com alunos na escola. Fonte Própria

ENCONTROS DE INTERVENÇÃO E FORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

1º Encontro:

Tema: A Filosofia.



Objetivo: Apresentar aos alunos o que é a filosofia e refletir sobre a importância do pensamento filosófico em suas vidas e em nossa sociedade.

Duração do encontro: 100 minutos, divididos em duas aulas de 50 min. Aproximadamente.

Local: sala de aula, sala de vídeo/ jardim da escola.

Material didático utilizado: Equipamento de áudio e vídeo ou TV.

Quadro e pincel.

Após introduzir o tema sobre coma pergunta: O que é Filosofia ? o professor passou as perguntas abaixo no quadro para que os alunos copiem em seus cadernos. Em seguida os alunos foram levados até o auditório da escola para assistirem ao vídeo. Episódio 01X 01 da série “Ser ou não ser” com duração de 09:35 min.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rHp5GXpbd0Q>.

Sinopse do vídeo:

Este vídeo é o primeiro episódio da série “Ser ou não ser” sobre filosofia, exibido no programa Fantástico da TV Globo (2005-2008). Apresentado pela filósofa Viviane Mosé, o vídeo oferece reflexões em torno do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) e de sua afirmação de que o pensamento filosófico nasce do espanto. Também aborda o nascimento da filosofia e a importância do pensamento filosófico diante do desconhecido. A capacidade de surpreender-se e o desejo de conhecer aquilo que não entendemos é o ponto de partida para o nascimento da atitude filosófica e da construção do saber seja na ciência na religião ou na própria filosofia. Segundo o filósofo Sócrates (470-399 a.C.), filosofar é primeiro também espantar-se diante de situações novas. O vídeo mostra os desdobramentos do pensar filosófico que ocorrem com o jovem Alexandre que deixa sua pequena cidade para uma vida nova na cidade Grande. A atitude de surpresa do pensamento diante do desconhecido e o reconhecimento da própria ignorância é o primeiro passo para o pensamento filosófico que nasce das perguntas que fazemos como uma criança que tenta entender o funcionamento do mundo a sua volta.

Dinâmicas de Grupos¹⁵: Em seguida, os alunos se dirigiram até o jardim da escola com os professores de filosofia e outra disciplina envolvida do projeto para uma roda de conversa em torno do significado da filosofia demonstrado no vídeo que foi novamente exibido a turma agora para realização da dinâmica de grupo.

Os alunos foram divididos em grupos com 5 a 8 membros e cada grupo tem a tarefa de eleger por indicação e de maneira democrática um líder e um vice líder para seu grupo, levando em consideração os critérios de espírito de liderança e protagonismo.

Perguntas a serem discutidas e respondidas pelos grupos:

1-O que mais chamou atenção do grupo no vídeo sobre o que é a filosofia exibido pelo professor?

2- Defina em sua opinião que é o pensar?

3- Porque segundo o filósofo grego Aristóteles a filosofia nasce do espanto da curiosidade e da necessidade de entendermos o mundo a nossa volta?

4-Elabore com o grupo uma pergunta que considera filosófica para outro grupo?



Fotos dos encontros de formação filosófica e política com os estudantes. Fonte própria.

¹⁵- Em todas as dinâmicas de grupo, foram utilizadas uma metodologia de roda de conversa que contou com a mediação dos professores e alunos eleitos por eles. Em cada dinâmica os grupos eram divididos de forma diferentes para escolha dos representantes do grupo naquela aula.

2º Encontro:

Tema: A Filosofia como uma experiência do pensar.



Foto: Foto: Infância

Objetivo: Oferecer uma reflexão antropológica e filosófica sobre o homem como ser social e político, demonstrando que apesar das diferenças existentes entre nós somos seres sociais e políticos. O objetivo também é mostrar que apesar de nossa “superioridade racional” em relação aos outros animais, nascemos como seres “inacabados” dependentes e necessitados de cuidados humanos nos primeiros anos de vida para sobrevivermos e construirmos nossa humanidade. Este encontro

também busca refletir com os alunos sobre os cuidados individuais e coletivos como forma de combater as indiferenças, principalmente a indiferença de caráter político para garantia de condições para acesso a cidadania.

O encontro também tem o intuito de demonstrar aos alunos quais seriam as consequências de alguém ser privado do convívio social nos primeiros anos de vida como mostra o vídeo.

A dinâmica da semente de girassol tem o objetivo de fazer um paralelo com o vídeo exibido ao possibilitar que os alunos vivenciem na prática sobre os cuidados necessários a sobrevivência já que cada aluno tem a missão de cuidar de sua semente até que brote em depois será responsável também pela sementes do grupo, com isso é levado a praticar o senso de responsabilidade e refletir sobre a necessidade de cuidados coletivos que a vida política proporciona.

Duração do encontro: 100 minutos, divididos em duas aulas de 50 min. Aproximadamente.

Local: sala de vídeo sala de vídeo, Horta e Jardim da escola.

Material didático utilizado: Equipamento de áudio e vídeo ou TV, sementes de girassol para plantio, recipientes e terra adubada para plantio, colher de jardineiro, cascalho para colocar no fundo do vaso que receberá as sementes, água para “acordar a semente”. Cada aluno deve levar seu próprio recipiente pequeno para servir de sementeira, ou colocar em copos descartáveis de 50 ml. A terra para preparação do vaso/ recipiente que receberá as sementes foi retirada pelos alunos juntamente com o professor da horta da escola. Em seguida as mudas já brotadas foram transferidas para o jardim da escola.

Após copiarem as perguntas em seus cadernos na sala de aula, os alunos são levados até a sala de vídeo para assistirem ao vídeo “Crianças selvagens”.

Sinopse do vídeo:

Os vídeos abordam a importância da socialização e as consequências da privação deste convívio com outras pessoas em sociedade. O vídeo Crianças selvagem relata a história de crianças que cresceram sem convívio social e cuidados com outros seres humanos nos primeiros anos de vida em diversas partes do mundo e ainda, como a ausência destes cuidados humanos podem

comprometer o desenvolvimento de sua humanidade. O segundo vídeo, trata da necessidade dos cuidados mútuos que indispensáveis para a sobrevivência de uma espécie.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C5cYyMN-M8E>. Duração. 6:18 min.

Também em <https://www.youtube.com/watch?v=vb-3NdH75d0>. Duração: 10:01 min.

Dinâmica de Grupo: As reflexões da dinâmica de grupo giram em torno da necessidade dos cuidados que os seres humanos precisam dispensar uns aos outros para sobreviverem. Assim como a semente de girassol plantada na terra, também o ser humano precisou dos cuidados dos outros (pais e responsáveis) a nossa volta e da socialização para crescer e desenvolver em sociedade principalmente nos primeiros anos de vida.

Após existirem ao vídeo, os alunos foram divididos em grupos com 4 a 5 membros. Cada grupo tem a tarefa de eleger por indicação e de maneira democrática um líder e um vice líder para coordenar juntamente com os professores a dinâmica e a elaboração das respostas das perguntas previamente copiadas nos cadernos. Foram distribuídas aos líderes escolhidos pelos alunos as sementes de girassol para que fosse entregue duas sementes cada aluno. Os recipientes foram preparados com a terra da horta e as sementes foram cuidadosamente acomodadas no vaso para receberem os cuidados necessários para que brotem e se desenvolvam. (pode-se dar nome as sementes recebidas) Cada aluno fica responsável pelos cuidados diários das sementes que são levados para casa e permanecem três dias com os alunos que dispensam os cuidados necessários. Após três dias, os alunos trazem novamente as sementes para a escola onde continuaram sendo cuidadas até comecem a aparecer os primeiros brotos que no caso dos girassóis costuma acontecer entre os primeiros sete e dez dias após o plantio da semente.

Os líderes dos grupos escolhem os “cuidadores”, que se revezam a cada dia nos cuidados dos girassóis dos grupos diariamente até que ocorra a floração que ocorre em torno de quarenta dias após saírem os brotos.

Para a dinâmica de grupo na horta e jardim da escola, foi utilizada a metodologia de roda de conversa que foi mediada pelos professores e alunos eleitos por eles em torno das perguntas e dos temas a serem explorados.

Como cuidar de girassol disponível: <https://casaefesta.com/como-cuidar-de-girassol/>

Perguntas:

- 1- *O que podemos aprender com o vídeo Crianças selvagens?*
- 2- *Porque podemos ser considerados como seres em construção, inacabados em relação à maioria dos animais?*
- 3- *Como aprendemos a sermos humanos?*
- 4- *Somos seres que necessitamos uns dos outros para sobrevivermos?*
- 5- *Qual é a importância de convivermos em sociedade?*

6-A escola é um ambiente (espaço) onde podemos aprender a conviver melhor com os outros ?





Fotos dos encontros com os estudantes sobre Política democracia e cuidados humanos. Fonte própria.

3º encontro.

Tema : O passo a passo para construir um grêmio estudantil na escola.



Objetivo: Proporcionar aos estudantes uma visão geral sobre como ocorrem os processos de formação do grêmio de estudantes na escola desde do início ao final do percurso de construção.

Duração: 50 minutos

Local: Sala de aula e jardim

Material didático utilizado: Cópias do passo a passo para criação do grêmio para ser distribuídas aos alunos.

Dinâmica de grupo: Após entregar as cópias como o passo a passo, aos alunos foram divididos em grupos com 5 a 7 membros e cada grupo tem a tarefa de eleger por indicação e de maneira democrática um líder e um vice líder para coordenar juntamente com os professores o estudo e tira dúvidas e esclarecimentos sobre o percurso para formação do grêmio descrito na folha que foi entregue aos alunos.

Passo a passo para criação do grêmio de estudantes em escolas de ensino fundamental

Antes de tudo, você sabe o que é uma organização estudantil como o Grêmio?

O grêmio é uma organização de alunos na escola que é formado por estudantes que se unem para representar os interesses dos estudantes juntos aos diversos espaços de participação na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, auxiliando nas decisões tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade tendo em vista sempre as melhorias da qualidade do ensino e da aprendizagem escolar. É um espaço democrático, onde todos os alunos podem participar com voz e escuta atenta favorecendo a aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade pelo exercício de cidadania.

Por que criar um Grêmio estudantil na escola?

Porque é uma das primeiras oportunidades de experiência cidadã democrática vivida pelos estudantes, isso garante que os alunos sejam escutados e fortaleçam sua participação social, política e cultural e que possibilita que tenham voz na Gestão da Escola, apresentando suas ideias e opiniões sempre em vista da melhoria das condições de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Como criar um Grêmio?

1º PASSO: (*QUERER*). Converse com outros alunos que também querem aumentar a participação dos estudantes na gestão escolar. Em seguida convide um ou dois professores para ajudarem os alunos na mobilização inicial. Depois procure a gestão da escola juntamente com outros alunos e professores apoiadores e comunique o desejo do grupo de alunos em construir um grêmio estudantil ou outra forma de representação como um conselho de alunos na escola.

2º PASSO: (*CONHECER*) Busque formação e informações sobre os temas relacionados o grêmio estudantil e a organização política procurem leis que falam sobre o grêmio para entender o que significa a organização estudantil e o que pode representar na escola. Existem entidades que podem fornecer o apoio necessário como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES e a União Nacional dos Estudantes- UNE e outros órgão e entidades dos estudantes veja em: <https://ubes.org.br/> e <https://www.une.org.br/>.

3º PASSO: (*MOBILIZAÇÃO*). Organize com o grupo de estudante e os professores referência/mediadores um dia “D” de mobilização sobre a importância da criação da organização estudantil e do grêmio na escola.

Forme uma Comissão Pró Grêmio e realize com os professores de referência as eleições para representantes de turmas e para a comissão eleitoral que coordenará juntamente com professores, gestores e demais segmentos as ações para as eleições do grêmio na escola.

A comissão juntamente com os professores de referência, confeccionará e espalhará cartazes, (modelo nos anexos V, VI, VII e VIII) falando sobre o grêmio. Façam visitas as turmas e converse com os alunos sobre o tema para que criem a curiosidade e o interesse em participar das decisões da escola. É importante que seja feita uma ampla divulgação sobre o papel do Grêmio e a importância da participação dos estudantes. Utilize os diversos espaços de convivência dos alunos na escola como sala de aula, quadra, refeitório, biblioteca, as redes sociais da escola etc., para promover ações sobre o tema.

O processo eleitoral é coordenado inicialmente pela diretoria do grêmio (caso já existe) até a formação da comissão eleitoral que será formada por dois representantes (titular e suplente) de todas as turmas.

4º PASSO: Os professores mediadores realizam um período de formação e fazem a eleição para representantes de turma em votação secreta na sala de aula. Esta eleição ocorre entre os alunos da mesma turma que escolherão os representantes para a comissão eleitoral que fará a eleição do líder e vice líder de turma no grêmio. Uma cartilha elaborada pela UNES e ilustrada pelo cartunista Ziraldo e lançada em 2015 pode auxiliar na formação dos estudantes. Disponível em: https://issuu.com/contraregras/docs/cartilha_capa___miolo_45jj.

Os alunos eleitos como representantes de turma e os professores mediadores trabalham na elaboração o estatuto e convocação da Assembleia Geral que pode ser por turno. (modelo de Estatuto disponível em : <https://ubes.org.br/gremios/>

5º PASSO: A assembleia geral é o órgão máximo de decisão dos estudantes. A assembleia faz alterações necessárias e aprova o Estatuto do Grêmio. Nessa reunião também elegem os membros da COMISSÃO ELEITORAL. A comissão eleitoral elege um presidente e secretário que juntamente com os demais alunos escolhidos pela turma. Estes alunos não participam como

candidatos nas eleições e a aprovação de seus nomes deve ser registrada em Ata ou documento semelhante que deve ser encaminhada a direção da escola. Modelo de ata disponível em <https://ubes.org.br/gremios/>. É a comissão eleitoral que cria e define com os gestores da escola um cronograma (Anexo II) com o período de recebimento das fichas de inscrições (anexo IX) campanha das chapas, a data das eleições, calendário eleitoral entre outras providências necessárias.

A comissão Eleitoral: É composta pelos alunos titulares representantes de turmas; pelo professor mediador; um representante da gestão; uns representantes de pais e responsáveis; um representante do conselho de escola e da Secretaria de Educação escolhidos pelos segmentos é esta comissão que será responsável por todo o processo eleitoral.

6º PASSO: A partir do cronograma, os alunos se organizam para a formação e inscrição das CHAPAS para concorrerem na eleições. A chapa será composta por Líder e vice líder de turma todos da mesma sala, podendo existir várias chapas na mesma turma que concorrem entre si. A Comissão Eleitoral organiza a ELEIÇÃO na data prevista no calendário eleitoral e em voto secreto e passa as orientações para o processo (Anexo II).

A eleição ocorre em dois turnos, (primeiro e segundo), sendo no primeiro turno, concorrem todas as chapas inscritas, e no segundo turno, concorrem somente as duas chapas mais votada pelos alunos da turma.

A contagem é feita pela comissão eleitoral e após a apuração dos votos o resultado final deve ser registrado em Ata, para posterior divulgação dos resultados.

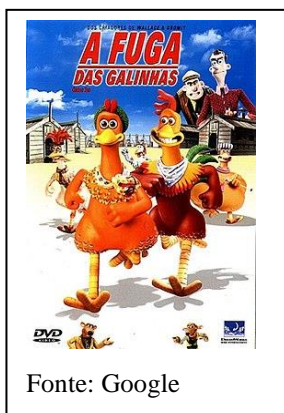
7º PASSO: A Comissão eleitoral envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para Direção Escolar e organiza a cerimônia de POSSE DA DIRETORIA do Grêmio que iniciará seu trabalho elaborando um plano de ação para atuação na escola pelo período de um ano.

Perguntas :

- 1- Qual dos passos para criação do grêmio é mais desafiador para o grupo ?
- 2- Ao final do quarto passo, é apresentada uma cartilha ilustrada que foi elaborada pela UNES (União Nacional dos Estudantes) para auxiliar na formação dos estudantes sobre o grêmio. Com a ajuda dos colegas do grupo e do professor, pesquisem na internet e outras fontes de informações sobre assuntos relacionados ao grêmio estudantil, anote e compartilhe com os demais colegas o que achar interessante.

4º Encontro:

Temas: Liderança, Política, Democracia. Protagonismo estudantil feminino, Alienação mulheres na política.



Fonte: Google

Objetivo: A partir da exibição do filme: “*A fuga das galinhas*”, uma animação em stop motion produzida em 2000. São explorados com os alunos os conceitos relacionados à liderança política, democracia e protagonismo estudantil.

Duração do encontro: 150 minutos. (3º aulas de aproximadamente 50 min.). Duração do filme: 84 minutos.

Local: Auditório/sala de vídeo.

Material didático utilizado: Equipamento de vídeo e áudio/TV para exibição do filme. A sinopse do filme e as perguntas exploratórias foram copiadas do quadro pelos alunos em seus cadernos antes da exibição do filme.

Visita ao galinheiro da escola. A visita guiada ao galinheiro existente na escola tem por finalidade proporcionar aos alunos primeiramente o contato direto com os animais mostrados no filme e segundo possibilitar uma experiência concreta dos estudantes com os conceitos explorados pela exibição do filme.

Sinopse do Filme:

O filme A fuga das galinhas, conta a história de um grupo de galinhas que vivem aprisionadas em um galinheiro e são abrigadas a colocar avos para os proprietários do galinheiro. O filme se passa em uma cidade do interior onde a maior parte das aves vive uma curta e triste vida, um dia aparece no galinheiro um galo (Rocky) que surge voando por cima da cerca da Granja e é convencido pela galinha Ginger a ensinar as galinhas a voar para que possam fugir do local. A galinha Girger desempenha um importante papel de liderança do grupo com seus persistentes planos de fuga do galinheiro. Juntamente com Rocky decidem ajudar as demais galinhas. Juntos os dois constroem um plano para tentarem conseguir a liberdade para todas as galinhas para um novo destino em suas vidas.

Dinâmica de grupo: Após a exibição do filme no auditório/ sala de vídeo, os alunos foram divididos em grupos com 5 a 7 membros e cada grupo tem a tarefa de eleger por indicação e de maneira democrática um líder e um vice líder para coordenar juntamente com os professores a dinâmica e a elaboração das respostas das perguntas previamente copiadas nos cadernos pelos alunos.

Perguntas a serem discutidas e respondidas pelos grupos:

1-O que podemos aprender com o filme?

2-Qual era o sonho/ objetivo das galinhas no filme? Por quê?

3-Como a Galinha Ginger conquistou a confiança de todos no galinheiro e fez que acreditassem que unidas poderiam superar os desafios e realizar seus objetivos?

4-Quais são as características que uma pessoa precisa ter para ser o líder de um grupo?

5-O que significa um trabalhar democrático de grupo?

6- o que é um ideologia?



Fotos dos encontros com os estudantes no galinheiro. Fonte própria.

5º Encontro:



Temas: Liderança Política, igualdade de gênero. Liberdade, Cuidados, relações de trabalho, Democracia, História e cultura afro-brasileira e africana, alimentação saudável, trabalho coletivo, meio ambiente, relações familiares e de poder, formas de violência entre outras possibilidades.

Objetivos: As aulas ocorridas no galinheiro existente na escola, antes e após a exibição do filme, tiveram por objetivo, proporcionar primeiro uma experiência significativa para as crianças e adolescentes. Muitos alunos têm a chance de fazer um contato próximo com os animais pela primeira vez, o que possibilita uma marcante fonte de aprendizagem sobre variados temas ao promover por meio de uma experiência concreta com os animais reflexões sobre igualdade de gênero. Cuidados, História e cultura afro-brasileira e africana, alimentação saudável, meio ambiente, relações familiares entre outros.

Variados conteúdos didáticos e temas filosóficos foram explorados com os alunos juntamente com os professores regentes, sempre de forma interdisciplinar e transversal. A pergunta geradora feita aos alunos é: *Quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha?* Desta discussão sobre a origem das coisas surgem muitos outros temas como a origem dos lugares das raças. (geografia e História), conceitos de aves e características dos animais (ciências), produção de desenhos, molduras e animais em argila, fotografia (artes), quantidade de ovos (matemática). Houve uma interpretação (Português) do poema e da música "A Galinha d' Angola", de Vinícius de Moraes e a música de Ney Matogrosso também com o mesmo título. O tema relações de cuidado parentais também foi abordado nas atividades, já que os ovos de galinha-d'angola e das outras aves foram chocados por outra espécie de galinha, que cuida dos pintinhos como se fosse a "verdadeira mãe". Outro campo que foi muito explorado pelos pelo professor de filosofia e professores regentes durante as aulas com a galinha ` D' Angola foi o que faz referência à lei sobre a Lei 10.639/03, que trata sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil.

Ao longo do projeto os alunos acompanharam desde a chegada dos ovos, que são chocados por uma "mãe adotiva" até nascimento e crescimento das aves o que auxilia para tornar as aulas e outras atividades relacionadas aos temas mais marcantes e interativas. Os alunos alimentam as aves com as sobras de merenda da escola e desenvolvem uma dimensão de cuidados e respeito aos animais.

Local: Galinheiro da escola. O galinheiro da escola possui aproximadamente 100 (cem) animais entre eles, galos, pintinhos, galinhas d, Angola, patos, Ganso e galinhas das mais variadas raças.

Duração do encontro: 100 minutos. (2º aulas de 50 min. aproximadamente)

Material didático utilizado: Equipamento de áudio, Sabão e água para higiene dos alunos após a visita.

Vídeo com a música disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/684687949593689329/>





Fotos dos encontros e oficinas sobre Liderança, Cuidados, Política, Democracia, História e cultura afro-brasileira e africana, Alienação e relações familiares entre outros temas correlacionados. Fonte própria

6º Encontro:

Temas: Plantando ideias sobre responsabilidade .



Objetivo: Desenvolver por meio do contato dos alunos com a horta da escola, Princípios éticos, Cuidados humanos, Liderança, Sustentabilidade, alimentação saudável, seres vivos, consumo sustentável, desperdício alimentar, cooperação, responsabilidade pessoal e coletiva, campo e cidade, cultura orgânica, processos de sementeira e adubação, organização e responsabilidade estudantil entre outros.

Local: Sala de vídeo e Horta da escola

Duração do encontro: 100 minutos. (duas aulas de aproximadamente 50 minutos). Uma aula para exibição e diálogo sobre o vídeo e da música e outra para a visita a horta da escola.

Material didático utilizado: Equipamentos de áudio e vídeo/ TV. Para a aula na horta: Rastelo, utilizado para nivelar o terreno e retirada do mato capinado pelos alunos, Colher de Jardineiro – utilizado em operações de transplante de plantas, Enxada, usada para misturar adubos e terra e nas capinações, Garfo de jardim, para coleta de mato e folhagem, Regadores e uma torneira com água e sabão para higiene dos alunos após a aula.

As visitas são registradas em uma ficha de acompanhamento das atividades na horta com cada turma. As hortaliças, temperos (cheiro verde) e outros alimentos produzidos na horta são utilizados na merenda escolar além de servirem para alimentar os dois Jabutis (Sócrates e Atena) que são as mascotes da escola.

Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vo8QfIN3kkg>. Horta Escolar, como começar? Duração do vídeo: 4:47min.

Sinopse: O vídeo traz informações relevantes sobre como dar início a uma horta na escola.

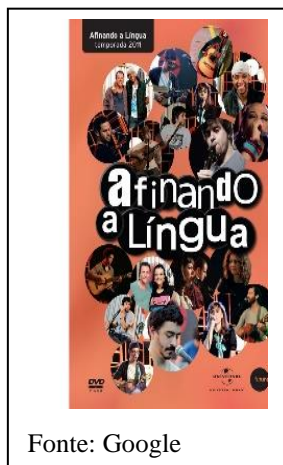




Fotos dos encontros com os estudantes durante aula na Horta. Fonte própria.

7º Encontro:

Tema: A Política e a representação estudantil.



Objetivos: Refletir sobre o que é Política e a sua importância no cotidiano da vida dos alunos. Conversar sobre as necessidades da escola a partir de suas impressões sobre o que é a política e como o envolvimento dos estudantes em espaços de poder político pode contribuir para a melhoria nas condições da educação. Aprofundar o diálogo sobre conduta ética e política na gestão democrática e na formação do grêmio estudantil na escola. Conversar sobre democracia, representação estudantil e Grêmios sobre o que significa representar um grupo, qual é a função de um representante escolhido democraticamente.

Local: Auditório/ sala de Vídeo. Jardim

Duração do encontro: 100 minutos. (duas aulas de aproximadamente 50 minutos). Exibição dos episódios 02, e 10 da série Mala democrática, canal futura. 2013. O que é Política? Duração de cada episódio, 20min.

Material didático utilizado: Equipamentos de áudio e vídeo. Urna e cédulas de papel para votação.

Vídeo Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2021/03/01/documentario-sobre-os-quatro-paralamas-do-sucesso-resulta-sem-foco-e-sem-a-pegada-da-banda.ghtml>.

Sinopse: *O vídeo aborda o tema política por meio da música, literatura e língua portuguesa e faz um apanhado histórico sobre o processo de construção da consciência política e democratização do país. Apresenta também a participação política como uma esperança de transformação social para as pessoas que acreditam em dias melhores principalmente para os mais vulneráveis socialmente.*

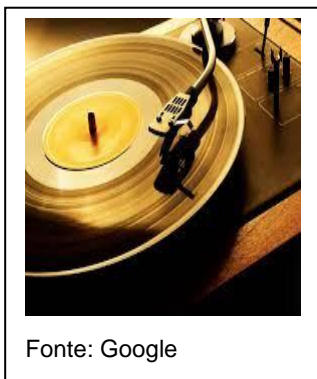




Fotos dos encontros com os estudantes durante a eleição de líderes de turma. Fonte própria.

8º encontro:

Temas: Diversidade política, democracia e respeito, arte, cultura.



Fonte: Google

Objetivos: proporcionar um diálogo sobre respeito e diversidade política por meio da apresentação de uma variedade de ritmos musicais como Samba, Rock, Rap, gospel, funk, pagode, Hip-hop, clássica, Pop entre outros escolhidos pelos alunos. Apresentar aos alunos um disco de vinil, CD, Fitas K7 e conversar sobre as transformações que a música assim como a política passaram ao longo do tempo.

Local: sala de aula, Auditório e Jardim da escola.

Duração do encontro: 100 minutos. (duas aulas de aproximadamente 50 minutos).

Dinâmica de grupo: Após apresentação de um repertório musical variado, formar cinco grupos com 5 alunos. Cada grupo elege um líder para coordenar as atividades. Escrever em seguida em um papel, e sortear qual grupo ficará responsável em tocar a música para os demais grupos que deverão descobrir de qual ritmo se trata. Durante a dinâmica fazer um debate sobre preferência musical e diversidade partidária, opiniões políticas e partidos políticos como fator democrático. Pedir aos alunos que também apresentem os gêneros musicais mais ouvidos em suas casas e aqueles que gostaram de conhecer.

Material didático utilizado: Equipamentos de áudio e vídeo. Músicas de variados gêneros e estilos. Disco de vinil, CD e Fitas K7.

Perguntas:

Refleta com os colegas do grupo sobre a frase do professor Boaventura de Sousa Santos:

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.”. Em seguida respondam:

O que é ter o direito de ser diferente?

A variedade de formas de pensamentos gostos e opiniões diferentes que as pessoas têm a respeito de determinadas coisas é bom ou ruim? Expliquem.

Permanecemos as mesmas pessoas com o passar do tempo? Ou podemos mudar? O que ainda pode permanecer em nós na medida em que ficamos mais velhos?

As pessoas podem mudar de opinião e ideias e transformar à sua maneira de enxergar o mundo como passar do tempo?

Como seria se fôssemos obrigados a ouvir apenas um ritmo musical por toda a vida?

Texto para reflexão com os alunos.

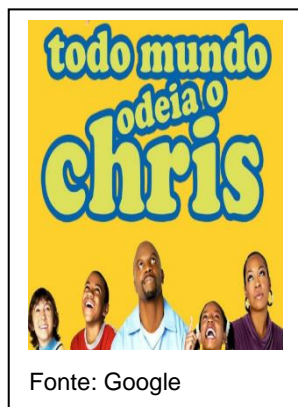
Todo ponto de vista é à vista de um ponto

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é à vista de um ponto. Para. Entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. As cabeças pensam a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive que experiência tem em que trabalha que desejo alimenta como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é coautor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita. Com estes pressupostos vamos contar a história de uma águia, criada como galinha. Essa história será lida e compreendida como uma metáfora da condição humana. Cada um lerá e relerá conforme forem seus olhos. Compreenderá e interpretará conforme for o chão que seus pés pisam.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha, a metáfora da condição humana. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.02.).

9º Encontro:

Temas: Participação política, organização estudantil e grêmio escolar.



Objetivos: Conhecer sobre o que é protagonismo estudantil e como formar um Grêmio. Apresentar um pouco da história do movimento estudantil e sua relevância no processo de democratização no Brasil

Duração do encontro: 100 minutos. (2 aulas de aproximadamente 50 minutos).

Local: Auditório/ sala de Vídeo/ Jardim da escola.

Material didático utilizado: Equipamentos de áudio e vídeo/ TV.

Dinâmica de grupo: Fazer uma roda de conversa e refletir com os alunos sobre participação política, democracia, organização estudantil.

estudo do regimento eleitoral (anexo dois) e criação de um cronograma de ações necessárias para a formação do grêmio na escola.

Vídeo: Episódio 2x 01 e 02 da série de TV “*Todo mundo odeia o Chris.*” Presidente do Grêmio HD. 25min cada.

Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x7vy1kn>.
<https://www.dailymotion.com/video/x7vx5cm?fbclid=IwAR1nU9iv5RBKxCPpeulbnCdlmZXIUSNWM0iBtEcaFid4bp72iHT7yCR-HSA>. Também em: <https://globoplay.globo.com/todo-mundo-odeia-o-chris/t/tDyxRKNSFp/>

Sinopse do vídeo: *O episódio faz parte da 2ª temporada da série de tv “Todo Mundo odeia o Chris” e apresenta os desdobramentos da tentativa do personagem principal em concorrer como candidato a presidente do grêmio escolar contra Joey Caruso.*

Inicia-se a realização da formação das chapas para a campanha de eleição dos representantes de turma e construção do Conselho de Representantes de Turmas 3º, ao 9º ANOS, (CRT) que coordenara as eleições para o grêmio ocorre em sala da aula ou em outro espaço.

Perguntas:

1 – *Qual é a importância da participação política e da organização dos estudantes em uma escola?*

2-*Quais seriam os primeiros passos para os estudantes formarem uma representação estudantil na escola?*

3-*O que são escolhas democráticas?*

4-*Quais alunos em sua sala de aula poderiam ser escolhidos representantes de turma junto ao conselho de estudantes e grêmio estudantil na escola?*



Fotos dos alunos durante o processo de formação e eleições para escola de representantes de turma para o grêmio estudantil. Fonte própria

10º Encontro:

Tema: Autoestima, Motivação, Capacidade de superação apesar das circunstâncias desfavoráveis existentes do meio onde vivemos.



Fonte: Google

Objetivos: Refletir com os alunos sobre suas experiências marcantes pessoais marcantes em relação ao seus objetivos de vida e como a política pode proporcionar mudanças sociais. Discutir a respeito de temas correlacionados as intervenções como, a condição social e política, a liderança e a perspectiva humana e levar os estudantes a

pensar sobre as possibilidades transformação sua realidade educacional, social e política desde que se compreendam como sendo capazes de enxergar o mundo com olhos diferentes a exemplo da águia criada no galinheiro como descrita da fábula do autor. O texto a Águia e a galinha. (foi feita uma adaptação para o ganso e a galinha e virtude de termos um ganso convivendo com as galinhas). Durante a discussão do texto foi explorado com os alunos os temas sobre a processo de formação do Grêmio estudantil. Conversar com os alunos que a filosofia também possui uma ave como símbolo a coruja (Minerva) e pedir que os alunos desenhem uma coruja.

Local: Jardim e galinheiro da escola.

Duração: 50 min aproximadamente

Material didático utilizado: Copias do texto para ser distribuído aos alunos ou escrever no quadro para que os alunos copiem no caderno.

Texto de Leonardo Boff em forma de fábula, intitulado: A águia e a galinha. (BOFF, 2001, 136 p.). (Texto adaptado em anexo 1).

O texto foi explorado com os alunos no galinheiro que foi construído para o desenvolvimento de um dos projetos de filosofia na escola.



Fotos dos alunos durante o processo de formação e eleições para escola de representantes de turma para o grêmio estudantil. Fonte própria.

11º Encontro:

Tema: Direitos, Democracia e Participação.



Objetivo: Escolher os representantes de turma, Conhecer as diversas leis, decretos e outros documentos acerca do tema.

Realizar as eleições dos líderes de turmas para o grêmio estudantil.

“Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece

comigo”. *“Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida.”*

Herbert de Souza (Betinho)

Duração: 50 min.

Local: Sala de aula e Jardim da escola.

Material didático utilizado: cópias com as características de um representante de turma, Papel, caneta e urna para votação.

As informações abaixo devem ser trabalhadas com a turma, para posterior escolha dos representantes de turma composto por líder e vice para eleições do grêmio estudantil.

Responda em grupo (4 a 5 alunos):

1- *O que é ser um líder?*

2- *Todo grupo precisa de um líder? (líder na natureza, animais).*

3- *Qual é o papel do representante de Turma?*

O representante é o principal elo entre a turma e a instituição escolar. É o interlocutor do grupo e será responsável por administrar eventuais conflitos, apresentar reivindicações da turma para escola e deve estar permanentemente aberto ao diálogo.

Converse com os colegas do grupo sobre quais seriam as cinco principais características atribuições e devem ter o representante de turma.

As características e atribuições do representante de turma

1- Conhece e divulga as normas da escola;

2- Tem conduta adequada aos princípios da instituição escolar;

3- é responsável e imparcial;

4- Tem respeito pela opinião do outro, ainda que não concorde;

5- é um bom moderador e sabe escutar;

6- Líderes democráticos (representará a turma com cooperação de todos);

7- Compreensivo (entende as dificuldades dos colegas da turma);

8- Educado e cortês; - responsável;

- 9- Ser elemento de ligação da turma com os professores, coordenação e os serviços da escola;
- 10- Participar das reuniões solicitadas pela direção, coordenação equipe pedagógica e professores;
- 11- Transmitir à turma recados e informações sobre assuntos de interesse dos alunos.
- 12- Estimula a participação;
- 13- Assíduo às atividades escolares e extracurriculares;



Fotos dos alunos durante o processo de formação e eleições para escola de representantes de turma para o grêmio estudantil. Fonte própria

CONCLUSÃO

A ideia de que é a escola o mais importante espaço de preparação para as escolhas democráticas foi defendida por filósofos ao longo do tempo, e como sabemos, historicamente, desde a Grécia até nossos dias, muitos filósofos, ao voltarem o olhar para o homem, perceberam que as experiências sobre as visões de mundo passavam pelo papel que a escola desempenha na sociedade. É ela que constrói as leituras de variados sentidos sobre o mundo a exemplo do que pensava Gramsci: “Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas”. (GRAMSCI, C.v.1, p. 96).

Ao final do trabalho entendo que o principal desafio foi desvendar aos alunos que à criação e consolidação de uma proposta educacional que contemplasse as temáticas aqui adotadas impactariam o cotidiano da escola e ainda, que era necessário fazer do ambiente escolar um espaço de reflexão política e práxis democrática.

Aos poucos, mesmo os alunos dos anos iniciais do nível fundamental de ensino, foram mudando os critérios para escolher seus líderes e com cada vez maior responsabilidade e consciência do que suas escolhas representariam coletivamente.

A experiência democrática concreta dos estudantes, favoreceu a construção de sua autonomia e amadureceu a compreensão de todos quanto à importância da gestão democrática e da certeza de que a iniciativa em confiar na capacidade de comprometimento no governo das decisões da escola precisavam fazer parte do cotidiano escolar dos alunos.

Os estudantes demonstraram grande interesse nos temas do trabalho quando abordados a partir das metodologias e referenciais utilizados nos encontros do guia de formação (p.73).

O cotidiano dos alunos também passou a ser pautado por condutas mais responsáveis de cuidados coletivos, ou seja, os ensinamentos relativos à vida política e à democracia sob a ótica dos cuidados humanos passaram a ser aplicados no dia a dia dos alunos. Inicialmente comportamentos aparentemente simples, como respeitar a fila da merenda, não jogar lixo no chão e não rabiscar as paredes e outras atitudes foram notadas por toda a comunidade escolar. Posteriormente, a escola tornou-se referência pelo trabalho sobre formação político filosófica e recebeu o 1º encontro de Grêmios e representantes estudantis realizado na escola Oliveira Castro em setembro de 2019.



Foto da 1ª conferência municipal sobre organização estudantil e grêmios do município realizado na escola. Fonte Própria

Este encontro ocorreu na escola onde o trabalho foi realizado e foi escolhido pela Secretaria de Educação-SEME, em virtude dos resultados das aulas de filosofia sobre formação política e organização estudantil, tornar-se referência para as demais escolas da rede de ensino¹⁶.

Os primeiros passos na obtenção dos resultados foram notados quando os estudantes passaram a ter a percepção de que a indiferença política era nociva e que atingia diretamente as possibilidades de fazer que haja uma sociedade mais justa e igualitária e ainda, que a apatia era odiosa. Isso ocorreu simultaneamente ao notarem que os problemas e soluções de caráter político, pedagógico, disciplinar e administrativo da escola também eram responsabilidade dos alunos que passaram a entender que precisavam empenharem-se para que princípios básicos da cidadania como a participação democrática fossem assegurados na escola.

O segundo passo foi o êxito na aplicação metodológica das ações de formação filosófica de caráter político democrático que culminariam no processo de organização estudantil para as eleições do grêmio e na constituição de uma prática de exercício democrático por meio do acompanhamento e participação efetiva dos alunos na gestão dos desafios cotidianos da escola exemplo disso foi a participação dos estudantes no conselho de escola que antes do grêmio era exclusiva de participação dos professores, pedagogos e diretores.

¹⁶- Disponível em: <https://www.cariacica.es.gov.br/noticias/67521/i-encontro-de-gremios-e-representantes-estudantis-promove-troca-de-experiencias-entre-escolas..> Acessado em 08/06/2021.



Foto dos alunos participando ativamente do conselho de classe. Fonte Própria

Essa mudança de atitude em relação a maneira que a escola passou a enxergar os alunos levou ao alcance dos efeitos desejados no início do trabalho, ou seja, à redução das indiferenças e a compressão da importância do papel da política, da democracia e da própria filosofia como problematizada e mesmo provedora de condições para auxiliar na formulação de respostas para os questionamentos dos discente e participação em espaços de decisão.

Em 2021, o corpo pedagógico da escola, decidiu que diante da relevância do trabalho realizado nas aulas de filosofia seriam incluídos no simulado que é aplicado anualmente pela escola, perguntas sobre participação política e organização estudantil (Anexo V). As questões de filosofia foram as únicas a contemplar todas as turmas de 6º ao 9º ano já que as ações envolveram todos os alunos da escola.

Os alunos e a escola acreditaram que uma práxis político democrática poderia configura-se como principal alternativa capaz de proporcionar uma vivencia cidadã mais responsável, além disso, também a atuação docente passou a ser entendida como um instrumento de formação política e preparação para a vida democrática em sociedade. Dessa forma, foram colocados em prática o que afirma Gramsci: “A identificação das palavras e sua conceituação devem ser efetuadas levando em conta o contexto cultural e histórico”. (GRAMSCI, 1975, p. 1545).



O resultado obtido na escola caracterizou-se por uma filosofia defensora da liberdade de escolhas. Isso ocorre pelo exercício político do estudante em nível fundamental de ensino, que vai além da exigência curricular e vem sendo cada vez mais reconhecido como essencial para a construção de uma escola cidadã como afirma a aluna Rayssa Lacerda, do 8º ano, que é membra do grêmio da Emef Oliveira Castro. Ela destaca que há uma colaboração dos professores e diretores a dar voz aos alunos. *“Com o grêmio, a gente vai aprendendo cada vez mais. Aprendemos sobre as leis e o que é certo e errado”*¹⁷.

Sendo assim, a experiência de cidadania vivida no processo de construção da organização dos estudantes para participação efetiva nas decisões tomadas na escola levou os discentes reflexões que passaram do campo da filosofia puramente teórica para uma filosofia da vida.

Ela é capaz de introduzir, pela própria filosofia, uma nova visão de mundo, o mundo da responsabilidade coletiva, solidária, com menos competitividade e mais cooperação, como defende Abdalla: *“Ao invés de conceber o outro ser humano como concorrente, com o qual precisamos competir, os indivíduos veriam na presença do outro uma complementariedade”* (ABDALLA, 2002, p. 52).

Era aceitável que em pleno século XXI, profundamente marcado pela reinvenção das relações do significado do papel ideológico da escola na sociedade, que a participação dos estudantes não fosse colocada no centro dessa discussão de caráter dialético. Isso que fez emergir a necessidade da reflexão sobre a oportunidade de acesso a um ensino e aprendizagem escolar que assumissem um formato de maior participação.

Diante do enorme do desafio de ofertar educação emancipadora e capaz de estimular a autonomia e possibilitar a centenas de alunos o alcance de instrumentos para a construção do conhecimento, o processo de formação política e democrática na Escola Oliveira Castro mostrou-se como uma alternativa eficaz para aproximar os estudantes do universo antes desconhecido.

A organização estudantil foi capaz tornar sua corresponsabilidade pelo governo da escola ainda maior, houve um comprometimento dos professores e gestores para a garantia das condições de aprendizagem acerca dos conteúdos escolares com maior interdisciplinaridade e escuta ativa.

¹⁷- Idem

Outro resultado do trabalho, foi a percepção da importância dos alunos na participação da formulação do Plano de ação e do cronograma escolar para o ano letivo 2020/21 além da elaboração de um plano de ação e de um cronograma para atuação do próprio grêmio na escola com por exemplo a inserção de atividades culturais, esportivas, pedagógicas e políticas promovidas pelos estudantes que somente foi possível após a formação da organização estudantil.

A defesa da oferta aos alunos de conteúdos de caráter político sob a ótica filosófica demonstrou que esses conhecimentos podem e devem ser ensinados, e principalmente, quando passam a ser exercitados pelos alunos como ocorreu na intervenção, a práxis política apresentou resultados promissores e quando desenvolvidos já no início da vida escolar dos alunos apresenta resultados ainda mais satisfatórios.

Outro fator importante para os resultados do trabalho ocorreu durante o período de suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19. Graças a atuação dos alunos do grêmio, a escola pode realizar uma busca ativa que foi feita com a participação fundamental dos estudantes que auxiliaram os que estavam tendo dificuldades no acesso as aulas remotas.

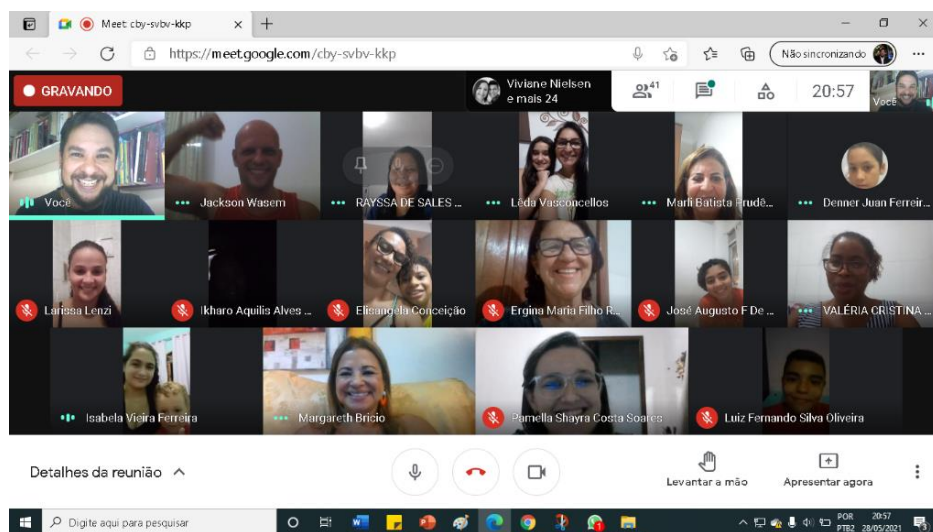


Foto de encontro online promovido pelos alunos do grêmio juntamente com professores, responsáveis e gestão para construção do plano de ação da escola para o ano letivo de 2020/21 . Fonte própria.

O intuito do trabalho de formação política e democrática na escola, foi de apresentar reflexões que ultrapassem o campo da filosofia exclusivamente academicista rumo a uma filosofia da vida concreta, ao introduzir pela própria filosofia uma nova visão de mundo. Um mundo mais solidário, menos competitivo e mais cooperativo, como afirma Abdalla: “Ao invés de conceber o outro ser humano como ‘concorrente’, com o qual precisamos competir, os indivíduos veriam na presença do outro uma complementaridade” (ABDALLA, 2002, p.122).

Essa noção de complementaridade nos leva a refletir sobre a importância da política como característica essencial para a organização humana e o bem comum.

Aulas que inspirem estudantes à construção de organizações estudantis constituem-se como uma importante maneira de lutar por direitos básicos de viver resistindo à indiferença, já que a organização da defesa coletiva do bem comum se configura como profunda expressão de solidariedade, difusão do cuidado. Esse ato de “resistência” no campo da educação quase sempre veio atrelada à ideia de solidariedade num sentido como esclarece Abdalla:

“Apesar do desgaste que a palavra “solidariedade” sofreu por ter sido utilizada para caracterizar ações assistencialistas e caritativas, a designação Economia Solidária não é um conceito vago capaz de aglutinar fenômenos absolutamente distintos nos quais a solidariedade aparece como pura abstração ou sentimento de ajuda. Tampouco é uma mera criação intelectual que pode ser manipulada ao bel prazer dos jogos linguísticos acadêmicos. A construção do conceito se deu em um processo longo de prática social e econômica concreta, aglutinada por elementos ideológicos comuns e projetos utópicos semelhantes. Como tal, o conceito se refere a um movimento emancipatório unido em redes objetivas (fóruns, redes de troca, ONG’s, etc.) e subjetivas (concepções sociais, antropológicas e éticas comuns) de caráter mundial. “(ABDALLA. 2002 p. 62)”.

Como característica humana, a solidariedade quando provocada na escola por meio da inclusão da formação sobre a responsabilidade política para com o mundo a nossa volta é uma saída para combater a exclusão intimamente ligada à ausência de ações que amenizem o sofrimento alheio e confira mais cidadania na Pólis.

A questão se torna mais abrangente quando tocamos em temas como meio ambiente, comprovando fartamente que as agressões ambientais em regiões distantes do “meu quintal” podem comprometer o futuro de todo o planeta. Desta maneira, os frutos do trabalho realizado na escola Oliveira Castro, afetaram o comportamento pessoal dos alunos e ainda que em dimensões diferentes, a vida de todos numa macro escala .

A compressão política da dimensão de nossa existência coletiva foi aplicada durante o trabalho com os alunos, para entenderem que a responsabilidade coletiva parte de escolhas particulares cotidianas na escola e que esta é a fonte matriz que nutre a sensibilidade e a solidariedade capaz de combater a indiferença política.

“A essência da Filosofia deve ser movida por elementos não racionais, como a sensibilidade, a indignação, o amor, a solidariedade, e tantos outros, tanto quanto as complexas operações lógicas e matemáticas dos computadores só funcionam movidas pela energia elétrica. Retire o mais moderno computador de uma simples fonte de energia e toda sua capacidade de processamento afunda na mera potência”. (ABDALLA, 2019, p.01).

Existem dois aspectos importantes nos diversos apelos à solidariedade atualmente. O primeiro deles é que, mesmo pouco notada ou refutada por muitos, a solidariedade dependente é um fator marcante nos seres humanos; o segundo é que, apesar do desuso em termos de norma de conduta, ela foi evidenciada após dois anos de trabalho e apresenta-se como uma solução ao problema da indiferença e passou a ser encarnada na vida dos alunos como necessidade inerente à existência humana. Por isso mesmo, concordo que:

“Essa forma de presença e intervenção no mundo teve como consequência a destruição progressiva e irracional da natureza e a exclusão humana. Uma racionalidade fundada no princípio da cooperação deverá ter como consequências o equacionamento das principais crises vividas pela humanidade” (ABDALLA, 2002, p. 112).

Por esse e outros fatores, era inaceitável a escola, que tem entre suas prerrogativas fundamentais a função de aprimorar os traços de construção solidária e interdependente nas pessoas ficar alheia ao problema. Ao contrário disso, o trabalho foi capaz de transformar um tema aparentemente banal para muitos em uma rica discussão sobre o verdadeiro papel da escola.

O trabalho fez que fossem estreitadas as relações de acirramento entre gestão, professores e sobretudo entre os próprios alunos. Antes do trabalho de formação política e democrática, numa dimensão de cuidado e cooperação, o que imperava era uma visão egoísta a partir da competitividade cega que transforma os outros em potências oponentes na luta pela consolidação profissional, familiar e financeira. Esse foi um elemento fundamental no trabalho, já que a formação ética e política construiu espaços de diálogo entre todas que a compõe, professores gestores, estudantes, pais e responsáveis numa discussão dialética de formação cidadã responsável.

Sendo assim, o projeto de intervenção pedagógica desenvolvido nas aulas de filosofia como forma de enfrentar o problema da indiferença política, possibilitou uma reflexão filosófica sobre o ressignificado da vida política e da práxis democrática para os alunos e desenvolveu com os estudantes de 3º ao 9º anos princípios básicos para o exercício da cidadania.

A formação sobre as consequências de nossas escolhas pessoais e coletivas por meio de atividades de intervenção pedagógicas nortearam a trabalho que levou em consideração sempre as realidades concretas da vida dos alunos, apresentando-se como um caminho para a superação dos desafios mais atuais que impedem a ocupação democrática de estudantes em espaços de decisão dentro e fora do ambiente escolar.

Entendo que os objetivo de promover um ação de caráter metodológico de princípio dialético, foram alcançados com intervenções realizadas de formas variadas e a realização de

projetos e ações que buscaram refletir com os estudantes e outros segmentos da escola sobre a relevância da participação cidadã para superação da indiferença.

O trabalho teve os objetivos alcançados já que sua meta era a construção, fortalecimento e maior compreensão da importância do papel que a política exerce em nossa sociedade e de como a formação sobre os temas relacionados a ela são imprescindíveis para que sejam assegurados o acesso ao direito de participação política em vista de um futuro melhor para todos.

Inclusive, o trabalho foi tema de uma audiência pública promovida por uma frente parlamentar que discutiu entre os temas centrais as meta dos planos nacional e estadual de educação que trata da gestão democrática nas escolas.

Na ocasião, foi convidado para apresentar os resultados preliminares dos estudos da dissertação do mestrado sobre formação política que foi exibido pela TV Assembleia, que é um importante espaço de discussão política, e contou com a participação expressiva dos alunos da escola e de outros estudantes inseridos na promoção e no fortalecimento de grêmios a nível do Estado do Espírito Santo.

“O professor de Filosofia Pierre Francisco Alves, que pesquisa a formação e atuação dos grêmios estudantis, destacou que eles também desempenham um importante papel na formação política dos alunos”¹⁸..

“A organização estudantil teve um papel fundamental na democratização do país. Eu trabalho em uma escola de ensino fundamental do município de Cariacica e trabalhei a formação do grêmio dentro de uma discussão sobre formação política. Há uma escassez grande de formação política em nossas escolas”, destacou o professor, que é mestrando em Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Segundo Alves, “muitos professores e gestores escolares pensam que a formação do grêmio estudantil vai enfraquecer a autoridade escolar, o que não é verdade. A representação estudantil traz grandes benefícios para a comunidade”¹⁹.

Concluo que os temas abordados nesta intervenção e tratados numa dimensão ética e política demonstrou ser um caminho promissor para combater as manifestações da indiferença política com a apresentação e aprofundamento de conceitos importantes que devem ser abordados com urgência pela escola em seu dia a dia.

Dentre as muitas possibilidades de temas que puderam ser tratados ao longo do seu desenvolvimento destaque: Filosofia Política, Democracia, Indiferença política, Liderança,

¹⁸- Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2021/08/41459/formacao-de-gremios-estudantis-em-debate.html>

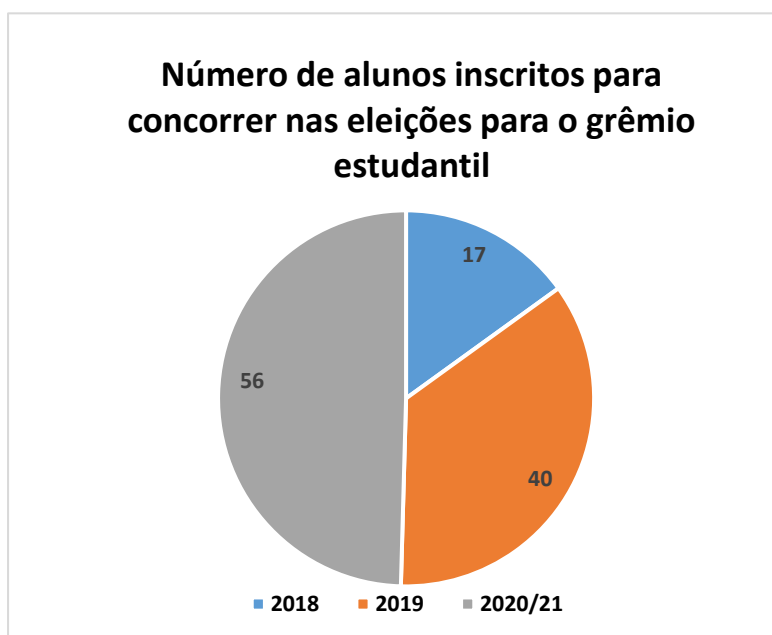
¹⁹- Idem

Cidadania, Legislação estudantil, Subjetividade, Sustentabilidade, Cuidado, Meio ambiente, Direitos Humanos, Democracia racial, Diversidade Cultural, Liderança política, Desigualdade Social, História do movimento estudantil no Brasil, Preconceitos, Família, Estética, Natureza, Intersubjetividade, Educação e muitos outros que foram explorados por mim e por outros professores por meio das ações de caráter transversais e interdisciplinares realizadas durante a execução dos projetos.

Exemplo disso, foi o aumento significativo do número de alunos de 6º ao 9º ano inscritos para participarem das eleições para o grêmio conforme gráfico abaixo.

Tabela 04

Turma/ano	2018	2019	2020/21
6º ano	17	40	56
7º ano	15	36	42
8º ano	14	28	47
9º ano	10	25	31
TOTAL	58	151	176



Houve uma evolução no desejo de participação política dos estudantes, mesmo considerando a suspensão das aulas presenciais em março de 2020. Isso mostra êxito nos objetivos do trabalho, ou seja, combater a indiferença, proporcionar aos alunos uma sólida formação política e uma experiência de práxis para que pudessem ser suscitadas primeiro, vontade de participação política nas decisões que se referem ao governo da escola. Segundo garantir que as discussões acerca da importância da compreensão dos alunos com agentes de transformação social se efetivassem.

7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício Guerrieri. O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. Pensamento Crítico. Em defesa da Filosofia. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 2, n.21, março. 2019. Disponível em www.diplomatique.org.br/em-defesa-da-filosofia/ acessado em 10/05/2019.

_____. Educar para a cooperação: A nova racionalidade e as perspectivas para a educação crítica. 2009.191f. Tese (Doutorado Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

_____. Como ensinar filosofia? O desafio do filósofo-educador. 96 p. 1. ed. São Paulo: Mercuryo Jovem, 2009.

_____. Uma janela para a filosofia. 2º edição. SP: Paulus, 2014. ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, v.80, p. 71-96, 2010.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

_____. Ética a Nicômaco; poética/Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Peçanha. — 4. ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991. — (Os pensadores; v. 2).

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN; Zygmunt. Vida Para Consumo: A Transformação Das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. Modernidade Líquida – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001.

_____. Globalização: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARREIRA, Marcelo Martin. A educação para os valores humanos pela prática do diálogo. Aprender (Vitória da Conquista), v. 7, p. 137-147, 2006.

_____. Filosofia Política II. 1. ed. Vitória/ES: Universidade Federal do Espírito Santo/Secretaria de Ensino a Distância, 2016. v. 1. 100p

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Saber Cuidar: ética Moralidade do cuidado humano – compaixão pela terra. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Ética da vida. Brasília (DF): Letraviva; 1999.

BONAMIGO, Gilmar Francisco. O Percurso da Educação em Emanuel 4. A Moralidade em Movimento e Vida. 2013.594 f. Tese (Doutorado Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

CEI, Vitor e David G.BORGES. (Organizadores). Brasil em crise [recurso eletrônico]: O legado das jornadas de junho. (Dados eletrônicos) - Vila Velha, ES: RCG Comunicação Total: Praia Ed., 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.(1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm. Acesso em: 01/10/2020.

_____. Lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei n.º 8069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069) Acesso em: 05/12/ 2021.

_____. Presidência da República Secretaria de Juventude.3º Conferência Nacional da Juventude: direitos da juventude: subsídios para o debate. 114 p.2015.Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jsui/handle/192/185>.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

CARIACICA, Diretrizes Curriculares do Município/ES - Ensino Fundamental (6o ao 9o Ano) / Prefeitura Municipal de Cariacica - ES: Secretaria Municipal de Educação. 2012.

_____. Documento para consolidação das práticas de Filosofia e Ciências Sociais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: Desafios e Perspectivas. Proposta Curricular revista. Cariacica, 2009.

_____. Lei 4.373/2006, art. 65 da Câmara Municipal de Cariacica; Lei 4.505/2007 da Câmara.

_____. Resolução 007/2011 do Conselho Municipal de Educação de Cariacica. 2011.

CENTRO de Filosofia: Educação para o pensar. Programa educação para o pensar: filosofia na rede pública de ensino Disponível em:<http://www.centro-filos.org.br/file=filosredepublica/listaescolassaojose.php>. Acessado em 22 de setembro de 2020.

COMEC, O Conselho Municipal de Educação de Cariacica, Nº. 001/2016.

CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e políticos. 2ª edição. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia, Ed. Ática, São Paulo, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Organizador. Escola “sem” partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Pedagogia do oprimido. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Educação e mudança. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. A importância do ato de ler. Em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1ª edição. 1981.

GADOTTI, Moacir. (Orgs.). Escola cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção questões da nossa época - Vol. 24. KOHAN, Walter Omar (org.). Ensino de filosofia: perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

_____. 1982. La città futura: 1917-1918. Torino: Giulio Einaudi.

_____. Cadernos do Cárcere, volume 1 e 2. Introdução ao Estudo da Filosofia de Benedetto Croce. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere - volume 3 e 4. Maquiavel - Notas Sobre o Estado e a Política. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cadernos do Cárcere. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cadernos do cárcere, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. Cadernos do Cárcere. Volume 11 e 12. (1932-1933): introdução ao estudo da filosofia. Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Os Dirigentes e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Escritos Políticos. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. O princípio educativo em Gramsci. Trad. William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

_____. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRÊMIO ESTUDANTIL – História – O movimento estudantil na história do Brasil: Caderno Grêmio em forma, do Instituto Sou da Paz. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/>. Acesso em 10/11/19.

KOHAN, Walter O. O trabalho de filosofia com crianças e jovens nos últimos vinte anos. In: Lugares da infância: filosofia. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

LORIERI, Marcos Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. Filosofia no ensino fundamental. São Paulo. Cortez, 2002.

_____. (Org). Ensino de filosofia - perspectivas. Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci: Americanismo e conformismo. Tradução: William Laços, Ed. Alínea, Campinas – SP, 2008. (Coleção educação em debate).

_____. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2004.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção de capital. 9ª. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, v.1. 1984.

_____. Teses Contra Feuerbach. In: Marx – Coleção: Os pensadores. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARCONDES, Danilo. A Alegoria da caverna: A Republica, 514a-517c tradução de Lucy Magalhães. In Textos Básicos de Filosofia: dos Pré- socráticos a Wittgenstein. 2a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987.

MULLER, Angélica. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979). Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2016.

SANTOS, B.S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANFELICE, J. L. Breves reflexões sobre juventude educação e globalização. In: MACHADO, L, O (Orgs.). Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania. Frutal, MG: Prospectiva, 2013.

_____. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.) História das instituições escolares. In. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987.

SOU DA PAZ. <http://soudapaz.org/o-que-fazemos/desenvolver/prevencao-da-violencia/violencia-nas-escolas/gremio-em-forma/>. Acesso em: 07/10/2020.

APÊNDICE

ANTONIO GRAMSCI.

Antonio Gramsci (1891-1937) nasceu em Ales, Sardenha, Itália, no dia 22 de janeiro de 1891. Foi um ativista político, jornalista e intelectual italiano e um dos fundadores do Partido Comunista da Itália. Filho de Francesco Gramsci e de Guiseppina Marcias foi o quarto de sete filhos e nasceu com uma deformidade na coluna, mas sua capacidade intelectual o ajudou a superar todas as dificuldades. Em 1902, concluiu o curso primário e após a prisão de seu pai acusado de desvio de verbas públicas e peculato, sua mãe e os sete filhos passaram por sérios problemas financeiros, e diante da pobreza foi obrigado a parar de estudar para trabalhar por dois anos tendo que estudar em casa.

Antonio Gramsci era um aluno brilhante participava ativamente do movimento estudantil socialista em sua época onde discutiam sobre os problemas econômicos e sociais da Sardenha. Em 1910, publica no jornal *L'Unione Sarda* onde escreveu seu primeiro artigo intitulado (*oprimidos e opressores*), nele Gramsci manifesta um profundo sentimento de rebeldia contra os ricos além de grande apressamento ao regionalismo.

Conclui o segundo grau em 1911 e ganha um concurso e recebeu como prêmio uma bolsa para estudar Literatura na Universidade de Turim. Nesse período, recebeu grande influência dos socialistas, entre eles, o político e filósofo Benedetto Croce. Em 1913 filiou-se ao Partido Socialista Italiano e teve uma intensa atividade como jornalista, cronista teatral e redator trabalhando em várias publicações periódicas do partido, entre eles, o “Avanti”, a publicação oficial do partido convertendo-se num dirigente da ala esquerda do partido.

Em 1917, redige e organiza o lançamento em único número de *La Città Futura*, uma publicação da Federação Juvenil Socialista do Piemonte. Nela Gramsci escreve os artigos *três princípios, Três Ordens, a disciplina e Margens e os indiferentes*.

Neste período o nome de Gramsci aparecia com frequência nos relatórios da polícia acusado de voluntarismo, que significava um compromisso político com táticas revolucionárias extremas. Dois anos depois em 1919, fundou a revista “L’ Ordini Nuovo” e em 1921. Nesse mesmo ano, representou o partido no XVII Congresso Socialista em Livorno, na região da Toscana na Itália e se torna um dos principais líderes do (PSI) Partido Socialista Italiano de onde posteriormente sai e auxilia na fundação do Partido Comunista da Itália (PCI).

Em 1922 representou o partido na Terceira Internacional realizada em Moscou. Nessa época, conheceu a violonista Giulia Schucht, que se tornaria sua futura esposa e mãe de seus dois filhos (Delio e Giuliano). Em 1924 criou o órgão de imprensa oficial do partido o “L’ Unita”. Nesse mesmo ano, foi eleito deputado por Vêneto e nos primeiros anos de atuação, o partido foi

dominado por uma tendência majoritária cujos objetivos eram destruir o Estado burguês e abolir o capitalismo através da revolução e da ditadura do proletariado os mesmos ideais definidos por Lenin.

Em janeiro de 1926 por ocasião do III Congresso do partido, realizado clandestinamente na cidade de Lyon, na França, ocorreu uma decisiva mudança de orientação, com a aprovação das “Teses de Lyon”, elaboradas por Gramsci. As “medidas excepcionais” adotadas pelo regime fascista após ocorrer um estranho atentado contra Mussolini, fez que Gramsci fosse preso junto com outros deputados comunistas por motivos políticos. Foi enviado a prisão de Regina Coeli, mesmo desfrutando de imunidade. Permaneceu em isolamento absoluto e em condições rigorosas e mesmo assim, com alguns companheiros e amigos, organiza uma escola para os confinados na prisão.

Em seguida foi enviado à Ústica, uma pequena ilha situada no Mar Tirreno, ao norte da Sicília onde permaneceu por cerca de um ano e foi transferido para Milão, onde pode ocupar uma cela paga, mas foi submetido novamente a um regime de isolamento. Alguns anos depois, foi autorizado a ler alguns jornais, faz uma dupla assinatura na biblioteca da prisão que lhe dava o direito a pegar oito livros por semana, além disso, passou a receber também livros e revistas de fora da prisão enviados por amigos e familiares. Também foi autorizado a escrever duas cartas por semana.

Antonio Gramsci foi processado e condenado em novembro de 1926 a mais de 20 anos de prisão. Em seu julgamento o promotor afirma: “Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante 20 anos”. Passou o resto de sua vida aprisionado e mesmo submetido a maus tratos e condições severas a sua frágil saúde, Gramsci foi capaz de produzir uma grande obra que seria intitulada “Cadernos do Cárcere”, que reúne uma revisão original do pensamento de Marx, no sentido histórico com tendências a modernizar o legado comunista e adaptá-lo às exigências de seu tempo. Nos primeiros tempos de sua permanência em Turim recebe frequentes visitas do pároco local. Em 1934, com a saúde ainda mais debilitada, Gramsci recebeu a liberdade condicional.

Na noite de 25 de abril Gramsci sofre um derrame cerebral e falece dois dias depois em Roma, Itália, no dia 27 de abril de 1937. O funeral acontece na tarde do dia 28. As cinzas de Gramsci são colocadas em uma urna e sepultadas no cemitério dos Ingleses, em Roma. Na Itália e no exterior, todas as correntes antifascistas prestam homenagem a sua memória. Posteriormente, as cartas e escritas aos parentes e amigos foram reunidas e publicadas juntamente com outros escritos oferecendo um grande legado a humanidade.

Referencias:

MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Tradução: Paolo Nosella. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, (Coleção Educadores). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7019-554-8 1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Educação, Pensadores, História. I. Título. CDU 37. Recife. 2010.

_____. Cronologia da vida de Gramsci. In: GRAMSCI, A. Escritos políticos. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 1ªed.: Civilização Brasileira. Volume 2. Rio de Janeiro.2004.

(Anexo I)

A ÁGUIA E A GALINHA

Certo dia apareceu próximo à escola um pequeno filhote de águia necessitando de cuidados. Para que a pequena águia não morresse uma pessoa pegou a ave e levou para o galinheiro que existia na escola junto com as outras galinhas até se recuperar dos ferimentos. Então de águia passou ser criado em seu galinheiro junto às galinhas que possuía. Passou a tratar a águia da mesma maneira que tratava as galinhas, de modo que assim que crescia a águia passou a pensar que também era uma galinha.

A guia recebia o mesmo alimento jogado no chão, a mesma água num bebedouro ao solo todos os cuidados dados a uma galinha. Águia passou a ciscar para complementar a alimentação, como se fosse uma galinha.

Pouco tempo se passou e com a influência do galinheiro e a águia passou a se comportar como se fosse uma verdadeira galinha.

Certo dia, a escola um novo professor para trabalhar na escola. E ao visitar o galinheiro da escola, se deparou com aquela “galinha” bem diferente das outras, e vendo a águia que pensava ser galinha ciscando no chão, falou com o senhor:

- Isto não é uma galinha, é uma águia!

Ora ela é uma galinha! Disse o senhor: veja como se comporta.

Não, é uma águia e uma águia é sempre uma águia, vamos ver uma coisa.

A professora levou-a águia para cima do telhado da escola e elevou-a nos braços e disse: – Voa, você é uma águia, assume sua natureza! - Mas a águia não voou, pulou no chão o começou e a ciscar com as outras galinhas. Então o senhor disse: ela virou uma simples galinha, aqui temos uma variedade de espécies de aves, ela talvez nem saiba, com qual se parece mais!

- Eu não falei que ela agora era uma galinha! Ela acredita ser uma galinha! Inclusive já canta como galinha. Com as outras galinhas ela acredita ser como ela e não pensa em ir muito longe. O professor disse: – então amanhã, veremos... No dia seguinte, bem cedinho, o professor pegou a águia colocou em um saco e subiu com o senhor até a montanha mais alta da cidade que chamada de MOXUARA, lá de cima poderia se avistar todo o horizonte.

Lá no alto o professor levantou a águia e disse:

- Águia, veja este horizonte, veja o sol lá em cima, e os campos verdes e cidades lá em baixo vejam tudo isso com o novo olhar, despertem para sua natureza, e voe como águia que você é... A águia ficou um pouco confusa, e se recordou de todas, mas ao lá do alto as coisas de maneira diferentes de tudo aquilo que havia vivido, foi ficando maravilhada com a beleza das coisas que nunca tinha visto.

O professor então jogou a águia do alto da montanha. Ao ver que estava caindo, sem entender o porquê o professor havia feito aquilo, começou a bater a asas em direção ao sol e de repente surgiu de dentro da águia uma vontade imensa de viver, começou a bater as suas asas e sentir dentro de si uma força que nunca havia sentido em seu sangue de águia.

Assim, águia que estava adormecida dentro dela partiu num vôo lindo, até que desapareceu no horizonte azul.

E bem lá do alto, a águia passou a observar o galinheiro e as galinhas ciscando migalhas nos limites do galinheiro.

Então a águia refletiu em como pode passar tanto tempo, acreditando ser uma coisa que não era. Passou a pensar em como seria sua vida se existisse alguém que acreditasse que ela era capaz de voar muito mais alto que os limites do galinheiro.

(foi feita uma adaptação e apresentado aos alunos um ganso que tínhamos na escola)

Texto: BOFF, Leonardo. A águia e a galinha, a metáfora da condição humana. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Adaptação: Pierre Francisco Alves

(Anexo II)

MODELO DE DOCUMENTO ORIENTATIVO PARA A COMISSÃO ELEITORAL REGIMENTO INTERNO

Comissão eleitoral do Grêmio

A Comissão eleitoral juntamente com o professor referência que coordenaram a eleição dos líderes e vice líderes de turmas para o grêmio estudantil que será composta preferencialmente por alunos de todos os turnos em funcionamento na escola. Os alunos da Comissão eleitoral não poderão concorrer às eleições como candidatos a líder a vice líderes de turma para o grêmio.

-A comissão eleitoral deverá ser formada por 02 (dois) aluno de cada turma (titular e suplente) ao menos um mês antes da data das eleições e definirá o calendário e as regras eleitorais que devem conter:

- I - Prazo de inscrição de chapas;
- II - Período de campanha;
- III - Data da eleição; do 1º e 2º turnos.
- IV - Regimento interno das eleições.

Das inscrições;

1- As inscrições de chapas deverão ser feitas com os membros da Comissão Eleitoral, em horários e prazos previamente divulgados, não sendo aceitas inscrições fora do prazo ou horário.

2- A comissão eleitoral será composta por (02) alunos (a) de cada uma das turmas de cada turno, (titular e suplente), (01) representante da direção e um funcionário da escola. O professor referência e (01) representante de pais e responsáveis. A comissão deverá eleger dentre os alunos um presidente (a), secretário (a) e vices que coordenarão a comissão que juntamente com a comissão coordenará todo processo eleitoral e tem o papel de julgar todas as situações que se referem às eleições para o grêmio estudantil.

3-Os pedidos de impugnação/ recurso (anulação) das chapas tanto indeferidas como eleitas para o 2º turno poderão ser feitas por qualquer aluno e será realizada no horário estipulado pela comissão no dia anterior a divulgação da listagem de alunos junto à pela comissão.

4- As chapas inscritas deverão conter os nomes dos candidatos à líder e vice líder de turma; e somente serão aceitas inscrições de chapas completas.

5-O grêmio estudantil da escola será formado pelos alunos eleitos pelos estudantes como LIDER e VICE LIDER de todos os eleitos no 2º turno das eleições do grêmio ou em 1º turno nas turmas onde não houver 2º turno.

A eleição dos estudantes como líder e vice líder ocorrerá em cada turma em 1º e 2º turnos da seguinte forma;

6- Todos os alunos da turma que manifestarem interesse em concorrer aos cargos de Líder e Vice Líder da turma, deverão inscrever-se em formulário próprio (anexo 1) junto à comissão da escola dentro do prazo estabelecido pela comissão eleitoral.

7- Após análise dos pedidos de inscrições pela comissão eleitoral e conselho de escola, os candidatos terão seus pedidos deferidos ou indeferidos. Sendo que, o aluno que possuir histórico de ocorrências junto à coordenação escolar ou alguma ocorrência durante o período de eleição que configure ato indisciplinar grave conforme Regimento Comum das escolas será julgado pela comissão eleitoral que decidirá como agir em cada caso.

8- Os estudantes que tiverem seus pedidos de inscrição de chapa aceitos pela comissão e conselho de classe, terão seus nomes divulgados e autorizados para campanha para o 1º e 2º turno juntos as turmas dentro dos prazos estabelecidos.

9- As 02 (duas) chapas que obtiverem o maior número de votos da turma serão eleitas para o 2º turno das eleições do grêmio. Em caso de empate entre as chapas no 1º ou 2º turnos, ocorrerão novas eleições na turma nos prazos estabelecida pela comissão eleitoral.

10- A chapa que obter o maior número de votos da turma na eleição do 2º turno será eleita e deverá compor o grêmio estudantil e o Conselho de Estudantes. Sendo que, o líder fará parte do grêmio estudantil e o vice líder fará parte do Conselho dos estudantes (CRT).

11- São elegíveis para os cargos de líder e vice líder, que deverão compor o Grêmio e o Conselho de Estudantes a todos os alunos (as) matriculados e frequentes do 3º ao 9º ano.

12- O mandato da diretoria do Grêmio e do conselho de estudantes será de 01 (um) ano a partir da data da posse.

Da propaganda eleitoral

13- Todas as chapas deverão respeitar o período de campanha estabelecido pela comissão eleitoral;

14- Cada chapa deverá respeitar rigorosamente o horário de divulgação de suas propostas nas turmas e turnos, desde que autorizados pela COORDENAÇÃO e COMISSÃO ELEITORAL;

15- Para divulgação em sala de aula, o tempo máximo a ser utilizado é de 05 (cinco) minutos previamente estabelecido pela comissão, coordenação escolar e professores no tempo/espaço estabelecidos pela comissão.

16- Não será permitido utilizar informações falsas (fake News) e imagem das outras chapas ou de qualquer um dos seus componentes em meios de comunicação virtuais ou redes sociais.

17- Evitar qualquer tipo de poluição ambiental, visual e sonora;

18- Respeitar o calendário de atividades da escola;

19- A propaganda das chapas será através de material conseguido ou confeccionado pela própria chapa.

20- É vedada que qualquer pessoa que trabalhe na escola faça propaganda eleitoral para qualquer chapa, ou auxilie na criação, confecção, ou fornecimento de material ou dinheiro para a propaganda eleitoral.

21- É expressamente proibida a campanha eleitoral fora do período estipulado pela Comissão Eleitoral bem como a boca de urna no dia das eleições.

22- A destruição ou adulteração da propaganda de qualquer chapa por membros de outra chapa, denúncias de irregularidades da chapa ou qualquer irregularidade deverá ser denunciada a comissão eleitoral do grêmio que analisará as provas e aplicará a punição determinada pela Comissão Eleitoral.

23- Toda decisão de impugnação de chapas só poderá ser tomada por maioria simples da comissão Eleitoral, após exame de provas e testemunhas.

- A votação e apuração

24- O voto será direto e secreto, sendo que a votação será realizada em local previamente escolhido pela Comissão Eleitoral e aprovado pela Direção da escola, no horário de funcionamento de cada turno.

25- Cada chapa poderá se desejar, designar um fiscal identificado com crachá, para acompanhar todo o processo de votação e apuração dos votos.

26- Só votarão os alunos presentes em sala na hora da votação.

27- A apuração dos votos deverá ocorrer logo após o término do processo de votação, em uma sala isolada em que permanecerá apenas a direção da escola e pessoa por ele designada, membros da secretaria de Educação, membros da Comissão Eleitoral e os fiscais de chapa. Nenhum outro aluno poderá entrar ou permanecer nesta sala durante o processo de apuração.

28-Fica assegurado às entidades estudantis (UNE, UBES) o direito de acompanhar todo o processo eleitoral.

29- Todo ato de anulação de votos ou urnas será efetivado a partir da decisão da Comissão Eleitoral deliberado por maioria simples, baseado na comprovação do ato que implicou na anulação.

30- Não será aceito nenhum pedido de recontagem de votos ou recursos de qualquer chapa após a divulgação dos resultados oficiais das eleições, exceto, nos casos em que se comprove inobservância deste regulamento por parte da Comissão Eleitoral.

31- Cabe à Comissão Eleitoral e conselho de escola dar posse aos alunos eleitos como Líder e Vice Líder ao Grêmio estudantil eleito no prazo máximo 01(uma) semana após a data da apuração dos votos.

32- Todas as situações que surgirem durante o processo eleitoral deverá ser decidido pela comissão eleitoral.

(Anexo III)

Modelo de Ficha de Inscrição para concorrer às eleições do Grêmio

Turma

FICHA DE INSCRIÇÃO DE CHAPA PARA ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL**NOME DO ALUNO A CANDIDATO A LIDER DA TURMA:****NOME DO ALUNO CANDIDATA A VICE LIDER DA TURMA:**

O estudante acima vem por meio deste, inscreverem-se como candidatos para eleição de líderes de turma.

O pedido de inscrição foi:

DEFERIDO INDEFERIDO

Escola xx, cidade, ____ de _____ 20__ Tel. _____ - _____

Assinatura dos candidatos: líder _____

Vice líder: _____

Assinatura do membro da comissão eleitoral que recebeu a inscrição: _____

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ELEIÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL**

Vimos por meio deste atestar que os alunos (a) _____ (Líder) e _____ (vice-líder) da turma _____ fizeram inscrição para concorrer a eleição do grêmio estudantil 20__.

Escola XX, Cidade, ____ de _____ 20__.

 Assinatura do membro da comissão eleitoral que recebeu a inscrição

(Anexo IV)

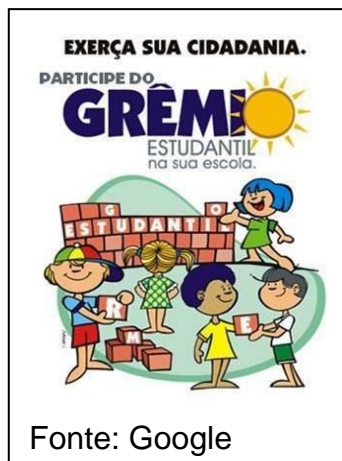
Modelo de cronograma para Eleição do grêmio estudantil

CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES DO GRÊMIO		
DATA		RESPONSÁVEL/ LOCAL
	Período de inscrição das chapas	Membro da comissão eleitoral de cada Turma. SALA DE AULAS
	Sensibilização e divulgação sobre a importância da construção do Grêmio Estudantil DIA D DE MOBILIZAÇÃO (Cartazes, informativos e tira dúvidas)	Comissão Eleitoral, SALA DE AULA, PATIOS
	Divulgação da listagem dos candidatos inscritos e aceitos em cada turma para participarem da eleição do 1º turno	
	Recebimento dos pedidos de recursos dos candidatos com inscrição indeferidos (não aceitas) pela comissão eleitoral e conselho de classe dos professores.	
	Reunião para orientação dos candidatos no 1º turno das eleições do Grêmio.	
	Período de campanha do 1º turno dos candidatos inscritos em cada turma.	
	1º TURNO DAS ELEIÇÕES DOS REPRESENTATES DE TURMA PARA O GRÊMIO ESTUDANTIL e APURAÇÃO DOS VOTOS.	Comissão Eleitoral,
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO 1º TURNO	Salas de aula, Pátios interno, externo.
	PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO (ANULAÇÃO) DE CHAPA	Sala da comissão eleitoral

	Reunião para orientação com os eleitos para o 2º turno das eleições do Grêmio.	Auditório
	Período de campanha do 2º turno	Salas de aula, Pátios interno, externo.
	Debates das propostas dos candidatos ao grêmio no 2º turno.	Auditório
	Eleição do 2º turno	Biblioteca
	Apuração dos votos, divulgação dos resultados e período para recursos.	
	POSSE DA DIRETORIA DO GRÊMIO	

(Anexo V)

QUESTÕES DE FILOSOFIA DO SIMULADO APLICADO NA ESCOLA EM 2021 .

QUESTÃO 1.**“ODEIO OS INDIFERENTES”**. (Antônio Gramsci).

“Odeio os indiferentes (...) Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. (...) A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo para o inovador, é a matéria inerte na qual frequentemente se afogam os entusiasmos mais esplendorosos. (...) A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. (...) O que acontece, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode gerar, não se deve tanto à iniciativa dos poucos que

atuam, quanto à indiferença de muitos. (...) Os fatos amadurecem na sombra porque mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva e a massa não sabe, porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões restritas, os objetivos imediatos, as ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora, porque não se preocupa”.

(Trecho extraído do artigo publicado por Gramsci na revista La città futura. Torino. 1917 p.29).

A partir do texto acima e da ideia filosófica sobre participação política e cidadania, podemos afirmar EXCETO que :

- a)- A formação do grêmios estudantil na escola faz que os estudantis percebam a necessidade da participação política e do exercício democrático como meio de combater a indiferença política tão danosa a sociedade.
- b)- É necessário que haja crescimento da participação política em nossa sociedade por mecanismos de exercício democrático como são as eleições do grêmios. O grêmios contribui para uma tomada de posicionamento político alicerçado no desejo coletivo de melhores condições de vida justa para todos.
- c)- a análise sobre a histórica e cultural indiferença com a política em nosso país, bem como a análise dos mecanismos que sustentam essa indiferença, nos ajudam a melhor compreender a situação política em que nos encontramos inspirando o desejo de mudanças.
- d)- a indiferença que se expressa através da ausência ilusória do cidadão em assumir um posicionamento político, isso já é tomar partido. Esta indiferença odiosa atua lenta e de passiva na história agravando ainda mais as desigualdades e injustiças sociais.

e)- Para o filósofo Antonio Gramsci (1891-1937), a massa dos homens não ignora a vida política porque sempre podem usufruir de todos os seus direitos como cidadão sem cobrar melhorias sociais.

QUESTÃO 2.

A política

Não é raro ouvirmos dizer que “lugar de estudante é na sala de aula e não na rua, fazendo passeata” ou “estudante estuda, não faz política e nem tem maturidade para participar das decisões da escola? Também ouvimos o contrário, alguém diz que “os estudantes estão mais interessados por política e pelo bem comum”. No primeiro caso, considera-se a política uma atividade própria de certas pessoas encarregadas de fazê-la – os políticos profissionais -, enquanto no segundo caso, considera-se a política um interesse e mesmo uma obrigação de todos. Assim, há uma contradição? ela é uma atividade específica de alguns profissionais da sociedade ou precisa ser praticada por todos nós, porque vivemos em sociedade?

A política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política se refere às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo as melhores condições de vida em sociedade? A política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. Numa palavra, como o modo pelo qual os humanos regulam e ordenam seus interesses conflitantes, seus direitos e obrigações enquanto seres sociais.

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política.

(CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia, Ed. Ática, São Paulo, 2000.p.42.)

A foto abaixo mostra alunos (6º ao 9º) que decidiram participar democraticamente da vida política na escola ao integrarem a diretoria eleita pelo estudantes para compor o Grêmio Estudantil no ano de 2019.



Foto dos estudantes eleitos para o grêmio estudantil-2019. Fonte própria

Você concorda que a atuação político democrática dos alunos em organizações estudantis como o Grêmio escolar é capaz de aumentar o senso de responsabilidade coletiva, autonomia e desenvolver interesse por questões relacionadas ao bem comum na escola?

(A)- Não, já que o envolvimento dos estudantes em discussões de caráter político democrático sempre gera brigas, assim e melhor não participar.

b)- Não concordo que os estudantes tenham maturidade e responsabilidade para participarem da gestão escola.

c)- A discussão política dever ficar distante do ambiente escolar pois pode distrair os alunos.

d)- Os seres humanos não se interessam por política na fase escolar, somente na vida adulta.

e)- Concordo que a participação dos alunos na organização estudantil é importante para eles e para a escola.

Gabarito	
01	E
02	A

(Anexo VI)

01-MODELO DE CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO DO GRÊMIO NA ESCOLA



ATENÇÃO

**GALERINHA O GRÊMIO ESTUDANTIL
VEM AÍ!**

O GRÊMIO é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola; Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de AÇÕES tanto na escola como na comunidade

(Anexo VII)

02- MODELO DE CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO DO GRÊMIO NA ESCOLA

Monte uma chapa com líder e vice líder em sua turma e concorra !!

**Todos podem participar,
Isso é democracia!**

SUA PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL

COMISSÃO PRÓ- GRÊMIO



(Anexo VIII)

03-MODELO DE CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO DO GRÊMIO NA ESCOLA



GRÊMIO ESTUDANTIL

Você sabe o que é um Grêmio Estudantil.

Você sabe o que pode fazer um Grêmio Estudantil em nossa escola.

Pergunte ao seu professor o que é uma grêmio?

Pergunte aos alunos de sua turma se algum sabe o que faz um grêmio estudantil na escola?